



**PLANO LOCAL
DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
E PROMOÇÃO DA CONVIVÊNCIA
DISTRITO DO LAJEADO**

1.	Introdução	P. 3
2.	Descrição dos Parceiros	P. 5
3.	Metodologia de trabalho	P. 10
4.	O distrito do Lajeado	P. 15
5.	Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência	
a.	Apresentação	P. 24
b.	Estrutura de Gestão Local	P. 27
c.	Compromisso 1 – Promover a convivência pacífica e segura no distrito	
i.	Desafio 1.1 – Estimular a resolução pacífica de conflitos	P. 31
ii.	Desafio 1.2 – Promover a ocupação pacífica e segura de espaços coletivos	P. 42
d.	Compromisso 2 – Reduzir o envolvimento de adolescentes e jovens em situações de violência	
i.	Desafio 2.1 – Reduzir situações de crime e violência envolvendo adolescentes e jovens	P. 59
ii.	Desafio 2.2 – Promover oportunidades de desenvolvimento para jovens e adolescentes	P. 70
iii.	Desafio 2.3 – Prevenir a violência e promover a convivência pacífica nas escolas	P. 77
e.	Compromisso 3 – Promover a redução dos crimes de maior incidência e/ou maior impacto na sensação de segurança do distrito.	
i.	Desafio 3.1 – Reduzir a violência doméstica e de gênero	P. 95
ii.	Desafio 3.2 – Reduzir a incidência de crimes contra o patrimônio	P. 117
6.	Agradecimentos	P. 123
7.	Bibliografia	P. 124

O Projeto *São Paulo em Paz* é um projeto piloto de segurança municipal para a cidade de São Paulo, que busca contribuir para a prevenção da violência e promoção da convivência harmônica e pacífica em três distritos: Brasilândia (zona norte), Grajaú (zona sul) e Lajeado (zona leste). O projeto nasceu da preocupação da Prefeitura do Município de São Paulo com as altas taxas de homicídios e de violência em nossa cidade, além do reconhecimento do papel que a ela cabe desempenhar na construção de uma cidade mais segura.

Assim, o *São Paulo em Paz* foi desenvolvido a partir da ótica de que o município tem um papel fundamental na prevenção da violência, uma vez que é a instância de governo mais próxima da realidade local, presta serviços nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Infra-estrutura urbana, além da própria Guarda Municipal; todos com grande potencial preventivo quando focados em regiões e populações mais vulneráveis à violência. Além disso, para lidar com o problema da violência e da criminalidade, torna-se cada vez mais necessário desenvolver ações de natureza preventiva, trabalhando com a complexidade do problema e com as dinâmicas urbanas que contribuem para seu crescimento, em oposição à ação reativa, imediata e sem planejamento, características das ações meramente repressivas.

Com isso em vista, o grande objetivo do projeto foi elaborar um **Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência**, por meio de uma metodologia específica de participação comunitária e articulação intersetorial, em cada um dos distritos selecionados. Os Planos trazem novas propostas, mas, em muitos casos, propõem a articulação, complementação e fortalecimento de ações já desenvolvidas nos locais.

Vale ressaltar que em um **Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência**, governo e comunidade locais são atores prioritários, que podem contribuir para a identificação mais precisa dos principais problemas de violência e das ações positivas em andamento; além disso, após sua elaboração, caberá a tais atores participar da execução das ações do plano local e, ainda, monitorar e zelar pelo seu bom andamento.

O Projeto *São Paulo em Paz* foi desenvolvido em duas grandes etapas. A primeira consistiu na elaboração de um amplo diagnóstico, em cada um dos distritos, contendo informações quantitativas e qualitativas sobre crimes, violências, programas de prevenção do poder público e da sociedade civil, equipamentos e serviços públicos e percepções sobre o tema¹. A segunda, cujo resultado consolida-se no presente documento, consistiu na elaboração de um Plano contendo propostas prioritárias, identificadas pelos próprios atores locais, para prevenir a violência e promover a convivência em cada um dos distritos.

¹ Os Resumos Executivos dos Diagnósticos encontram-se disponíveis no *website* do Instituto Sou da Paz www.soudapaz.org.

DESCRIÇÃO DOS PARCEIROS

O desenvolvimento do projeto foi viabilizado a partir da parceria entre a Secretaria Especial de Participação e Parcerias da Prefeitura de São Paulo e o Instituto Sou da Paz.

Secretaria de Participação e Parceria

Criada a partir do decreto nº 45.683 de 1º de Janeiro de 2005, a Secretaria de Participação e Parceria tem o objetivo de integrar a sociedade civil ao governo da cidade de São Paulo. Sua principal função é ouvir e absorver as propostas e reivindicações dos segmentos sociais organizados e inserir a população nas decisões e ações da nova administração.

A Secretaria é composta por seis Coordenadorias, que tratam das políticas públicas do município em relação a setores específicos da sociedade, a saber:

A *Coordenadoria da Juventude* tem a função de relacionar-se com os movimentos jovens da cidade. São Paulo tem 20% de sua população na faixa etária entre 15 e 24 anos. Ou seja: são três milhões de jovens que vivem na capital. Esses jovens lidam com o problema do desemprego, da violência, da falta de espaços de cultura e de lazer, entre outros. A Coordenadoria da Juventude dialoga com todas as Secretarias e identifica as especificidades de cada um desses órgãos em torno da questão do jovem.

A *Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra* tem a função de formular, coordenar, acompanhar, sugerir e implementar políticas públicas de ação governamental para suprir as necessidades específicas da população negra, como combate à desigualdade racial no município. A Coordenadoria trabalha em conjunto com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Cultura, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, e também com entidades da sociedade civil, Movimento Hip Hop, e demais órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo.

A *Coordenadoria da Mulher* tem o objetivo de elaborar e executar programas e projetos de combate a todas as formas de discriminação e preconceitos praticados contra a mulher. Essa entidade se compromete com a defesa da integridade física e psicológica da mulher e em estimular e desenvolver iniciativas que possibilitem a autonomia das mulheres.

A *Coordenadoria do Idoso* busca incentivar políticas sociais que preparem a sociedade para a mudança da pirâmide populacional e conscientizem a população sobre as especificidades do idoso. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 20 anos o Brasil será o sexto país no mundo com o maior número de pessoas idosas. O papel dessa coordenadoria é articular e coordenar o setor público, o privado, o voluntariado e a sociedade civil organizada, em prol de ações que melhorem o bem-estar e a qualidade de vida do cidadão de terceira idade.

A *Coordenadoria da Diversidade Sexual* tem o objetivo de estimular e divulgar toda ação que trate e combata o preconceito relacionado ao homossexual e a todo tipo de orientação sexual que a sociedade possa manifestar. O órgão pretende oferecer o respaldo político necessário para que cada grupo construa e conquiste seu espaço na sociedade, apoiando eventos de afirmação social, como a Parada Gay e outros.

A *Coordenadoria de Participação Social* é um espaço organizado da Administração Pública Municipal, dedicado às questões da participação dos cidadãos e da sociedade civil nas ações governamentais. Tem por objetivo formular, subsidiar, debater e apoiar ações que impliquem no processo de desenvolvimento da democracia participativa.

As coordenadorias funcionam como ponte entre as entidades e movimentos que apostam na atuação social como instrumento eficaz para melhorar a qualidade de vida do cidadão.

A Secretaria de Participação e Parceria age também em conjunto com outras esferas de poder, como governos estadual e federal.

A relação direta entre Prefeitura e sociedade civil pode resultar em propostas práticas, no aumento da autonomia do cidadão e na solução de problemas em diversas áreas. Em síntese, segue o princípio de apostar na atuação social como instrumento eficaz para melhorar a qualidade de vida na cidade.

Instituto Sou da Paz

Fundado em 1999 a partir da Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento, o Instituto Sou da Paz é uma OSCIP² que está sediada em São Paulo.

O Instituto Sou da Paz tem como missão contribuir para a efetivação no Brasil de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área.

O Instituto desenvolve inúmeros projetos de prevenção da violência, que estão distribuídos em cinco áreas distintas, porém complementares e integradas entre si. No entanto, é na Área de Políticas Municipais de Segurança que o Sou da Paz desenvolve os projetos de gestão local da segurança pública:

1. Área de Políticas Municipais de Segurança – Historicamente, as questões relacionadas à segurança pública eram consideradas um problema restrito ao governo estadual, por ser ele o responsável pela polícia civil, militar e os sistemas de justiça e penitenciário. Mas essa visão vem mudando e o Sou da Paz acredita que o governo municipal tem um papel fundamental no combate à violência, afinal, a prefeitura é quem melhor conhece os problemas e conflitos da comunidade e é capaz de solucioná-los quando ainda têm proporções reduzidas. Muitas ações, principalmente as de prevenção à violência, são de competência do município: iluminação pública, limpeza de terrenos baldios, projetos sociais, de educação, esporte e cultura. É por isso que essa área do Instituto realiza diagnósticos da violência em diversas cidades brasileiras, bem como desenvolve e assessora a implementação de planos municipais de segurança, além de treinar as guardas para uma atuação cidadã, cada vez mais ativa e próxima da comunidade.

2. Área de Controle de Armas - Esta área tem como principal objetivo a redução do número de armas em circulação no Brasil. Vivemos numa sociedade na qual as relações sociais são extremamente tensas e comportamentos violentos são legitimados e, muitas vezes, até valorizados. Uma arma de fogo nesse cenário acaba sendo usada para resolução de conflitos "banais", que poderiam ser resolvidos com diálogo e negociação. Além disso, existe a ilusão de que uma arma traz proteção para as pessoas. Isso não é verdade. Com uma arma na mão a pessoa está muito mais exposta a homicídios e acidentes dentro de

² Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

casa. Em meio a uma série de pesquisas, uma lógica é capaz de resumir o que os fatos falam por si: quanto menos armas há em circulação, menos homicídios são cometidos. Por acreditar que nosso maior patrimônio é a vida é que o Sou da Paz luta pelo desarmamento desde o início de suas atividades.

3. *Área de Juventude e Segurança* - Outra importante área do Instituto Sou da Paz que desenvolve projetos com o público mais vulnerável à dinâmica da violência, que são adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos. Junto a eles, o Instituto desenvolve ações que estimulam a resolução pacífica de conflitos e a ocupação democrática de espaços públicos (tanto na comunidade, como no ambiente escolar). O Sou da Paz acredita que o caminho para um Brasil socialmente mais justo passa por formar jovens ativos, responsáveis e capazes de desenvolver cotidianamente habilidades como diálogo, negociação e associativismo.

4. *Área de Justiça e Segurança Pública* - Todo trabalho eficiente de redução da violência, como pretende fazer o Instituto Sou da Paz, precisa combinar ações preventivas e repressivas, sempre pautadas pelo respeito aos direitos humanos. Por isso, o Sou da Paz trabalha para aprimorar a eficiência e aproximar da sociedade os órgãos de justiça e de segurança pública (sistema judiciário, penitenciário e polícias). Atualmente, o Instituto atua com ênfase na polícia, procurando identificar e valorizar o bom trabalho policial e aproximar o cidadão desses profissionais, estimulando uma relação regida pelo respeito e profissionalismo, visando uma polícia cada vez mais inteligente e eficiente. O Instituto trabalha, ainda, na capacitação de policiais e participa intensamente do debate público sobre esse tema.

5. *Área de Mídia* - A maneira como a mídia retrata a violência provoca um impacto direto na percepção (racional ou inconsciente) que os cidadãos têm do problema. Conseqüentemente, o comportamento coletivo e os investimentos públicos são influenciados. Por isso, outra preocupação do Sou da Paz é dialogar e compactuar junto à mídia uma cobertura mais profunda, responsável e contextualizada dos temas relacionados à segurança pública. Para tanto, o Instituto analisa a forma como os diversos meios de comunicação vêm trabalhando o tema, reconhecendo méritos e também identificando os principais problemas nessa abordagem, de forma a contribuir para uma reflexão mais equilibrada na sociedade, possibilitando uma análise mais complexa e madura do problema.

Para desenvolver seu trabalho, o Instituto Sou da Paz conta com uma equipe de mais de 60 funcionários e dezenas de voluntários, além de um Conselho Consultivo composto por 17 representantes da sociedade civil.

DIRETORIA

Denis Mizne

Mariana Montoro Jens

Melina Risso

Sede

Rua Luiz Murat, 260

05436-050 São Paulo/SP

Tel/fax: (11) 3812.1333

www.soudapaz.org

Equipe São Paulo em Paz

Coordenadora Geral: Carolina de Mattos Ricardo

Assistente Executiva: Maitê Fernandez Gauto

Brasilândia – Coordenador: Valdir Assef Jr.

Assistente: Júlia Paradinha Sampaio

Grajaú – Coordenadora: Mara Brunelli Zeyn

Assistente: Alex Sandro Gomes de Lima

Estagiário: Carlos Henrique Ferreira Carvalho

Lajeado – Coordenadora: Ana Carolina Assan Botelho

Assistente: Gabriel Di Pierro Siqueira

Todo o desenvolvimento do Projeto *São Paulo em Paz* teve como princípio a participação da comunidade e dos atores públicos locais³. As atividades realizadas procuraram sensibilizar e mobilizar os atores do Poder Público e da comunidade, de forma a gradualmente envolvê-los e empoderá-los para sua participação ativa, desde a elaboração do diagnóstico, na construção e implementação do Plano de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência, apropriando-se do Projeto e seus objetivos.

Tanto a elaboração do **Diagnóstico**, quanto a elaboração dos **Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência** foram feitas em parceria com esses atores.

Elaboração do Diagnóstico

Para a elaboração do diagnóstico do Projeto *São Paulo em Paz*, foi utilizada a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos relativos aos diferentes aspectos e variáveis que compõem a questão da violência e da criminalidade. Os dados foram pesquisados a partir de fontes primárias e secundárias.

Os dados quantitativos foram, primordialmente, coletados a partir de fontes secundárias, a saber:

- ✓ Dados populacionais, demográficos e territoriais: Fundação SEADE e IBGE;
- ✓ Dados sociais sobre condições de vida: Fundação SEADE, SIM-DH;
- ✓ Dados criminais: Fundação SEADE, INFOCRIM (SSP/SP), PRO-AIM (SMS/PMSP);
- ✓ Dados sobre infra-estrutura/equipamentos públicos: Prefeitura de São Paulo, Subprefeitura da Freguesia do Ó/Brasilândia; Subprefeitura da Capela do Socorro; Subprefeitura de Guaianases e suas respectivas coordenadorias de Educação, Saúde, Assistência Social, Obras, Defesa Civil, Planejamento, Guarda Civil Metropolitana, entre outras;
- ✓ Pesquisas realizadas por outras instituições.

Os dados qualitativos foram coletados através de entrevistas e reuniões, a saber:

- ✓ Reuniões das Comissões Locais do Programa Ação Família;
- ✓ Reuniões dos CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança);
- ✓ Reuniões com representantes de entidades sociais que atuam nos distritos;
- ✓ Reunião com jovens, participantes do Programa Agente Jovem;
- ✓ Visitas a equipamentos públicos;
- ✓ Visitas a entidades sociais que desenvolvem trabalho específico com a temática da violência;
- ✓ Visitas às Inspetorias da Guarda Civil Metropolitana;
- ✓ Visitas aos Distritos Policiais responsáveis pela área de cada Distrito;

³ O exercício da democracia participativa vai além da mera consulta popular; envolve o compartilhamento de responsabilidades na tomada de decisões para estabelecer políticas públicas e alocar recursos. Processos participativos devem estar preocupados em incluir diferentes públicos, além da preocupação com a qualidade e os métodos de deliberação que dão suporte e legitimam as decisões sobre políticas públicas, os quais geram um amplo repertório de *accountability*.

- ✓ Visitas aos Batalhões e Companhias da Polícia Militar.

Foi também elaborado um questionário específico sobre violência nas escolas, respondido pelas escolas municipais e estaduais dos distritos.

Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência

O diagnóstico de cada distrito foi finalizado e apresentado para o Grupo de Gestão Estratégica⁴ do projeto, no dia 21 de junho de 2006. A partir daí, foi apresentado no Comitê Local de cada distrito e para a comunidade local envolvida. Após essas apresentações, a equipe do Projeto *São Paulo em Paz*, em conjunto com o Grupo de Gestão Estratégica e os Comitês Locais, realizou um processo de priorização dos principais desafios identificados em cada um dos distritos. Os critérios utilizados para a seleção dos desafios foram: a alta incidência do problema e sua relação com a violência e/ou criminalidade, a importância atribuída ao tema pela própria comunidade e/ou Poder Público local, o potencial de articulação política e comunitária para a efetivação de ações.

Com a lista de desafios em mãos, teve início o processo de elaboração do Plano, que consistia na definição - a partir de cada desafio (grandes temas nos quais é necessário intervir para efetivamente prevenir a violência) - dos resultados esperados e principais ações para lidar com cada um desses desafios. Esse processo foi composto por uma série de grupos de trabalho intersetoriais, envolvendo atores de diferentes áreas de trabalho (lideranças, responsáveis por entidades, policiais, guardas civis, conselheiros tutelares, representantes da subprefeitura, assistência social, saúde, educação, infra-estrutura urbana, entre outros), e temáticos (violência doméstica, juventude, espaços de convivência, entre outros).

A metodologia utilizada nos grupos de trabalho foi composta essencialmente por duas atividades. A primeira atividade consistiu na apresentação e discussão mais amplas sobre o diagnóstico, sendo um espaço para também esclarecer dúvidas e questionamentos em relação ao projeto. A segunda foi uma atividade mais propositiva, em que os grupos de trabalho foram divididos em grupos menores para elaborar propostas viáveis para os desafios apresentados. As atividades dos grupos de trabalho foram desenvolvidas a partir de uma planilha específica, com alguns itens básicos (desafio, ação, estratégia, local, responsável, prazo).

Metodologia específica de trabalho no distrito do Lajeado

No distrito do Lajeado, foram constituídos os seguintes grupos de trabalhos, a partir dos temas prioritários apontados pelo diagnóstico:

- o Jovens: composto por jovens do Programa Agente Jovem Associação Voluntários Integrados no Brasil - AVIB e da Associação Comunitária do Lajeado Joilson de Jesus. Foram realizados dois encontros.
- o Crianças e adolescentes: composto pela Associação Comunitária do Lajeado Joilson de Jesus, Associação Voluntários Integrados no Brasil (AVIB) e agentes comunitários do Programa Ação Família. Foi realizado um encontro.

⁴ O Grupo de Gestão Estratégica e os Comitê Locais são estruturas de gestão do Projeto São Paulo em Paz – ver pág. 27

- o Espaços de convivência: composto pela Coordenadoria de Assistência Social e Desenvolvimento (CASD), Supervisão de Esportes, Supervisão de Cultura, Coordenadoria de Planejamento e Obras (CPDU), Guarda Civil Metropolitana, Coordenadoria de Juventude, Coordenadoria de Educação, Habitação, representantes do CEU e de diversas organizações da comunidade. Foi realizado um encontro.
- o Concentração de Crimes contra o patrimônio: composto pela Polícia Militar, Polícia Civil (68º DP, 67º DP), Guarda Civil Metropolitana, e Subprefeitura. Foi realizado um encontro.
- o Violência doméstica e de gênero: composto pelo Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, Conselho Tutelar, Coordenadoria de Educação, Coordenadoria de Saúde – Regional Leste, Supervisão de Saúde, Programa Ação Família, Rede Criança de Combate à Violência Doméstica e Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) João de Lima Paiva. Foram realizados três encontros.
- o Saúde: composto pela Supervisão de Saúde e gerentes de Unidade Básica de Saúde (UBSs). Foi realizado um encontro.
- o Educação Municipal: composto por Diretores, Coordenadores Pedagógicos e professores das escolas municipais do distrito. Foram realizados dois encontros.
- o Educação Municipal/Estadual: composto por Diretores, Coordenadores Pedagógicos e professores das escolas municipais e estaduais do distrito. Foi realizado um encontro.

Esses grupos de trabalho temáticos tiveram o objetivo de realizar discussões setoriais aprofundadas, com os principais atores locais envolvidos em cada uma dessas temáticas, para pensar propostas focadas nos desafios identificados no distrito. No total, foram realizadas doze reuniões dos Grupos de Trabalho, que tiveram como resultado a elaboração das principais ações contidas no Plano Local.

Em um segundo momento, foi iniciado um processo de realização de grupos de trabalho territorializados, com objetivo de articular, intersetorialmente e por territórios, os atores locais em torno da proposta dos CONVIVE – Pólos de Convivência a serem criados em cada uma dessas regiões. Três grupos foram constituídos, a saber:

- o Grupo de Trabalho no Jardim Fanganiello: composto pela Supervisão de Assistência Social, Escola Estadual Pedro Geraldo Costa, EMEF Dias Gomes, Associação de Mulheres do Jd. Fanganiello e associações de bairro. UBSF⁵ do Jardim Fanganiello, Associação El Shaday, grupos de jovens, Comitê Contra Fome do Jardim Fanganiello. Foram realizados quatro encontros.
- o Grupo de Trabalho no Jardim 1º de Outubro/ Jardim Lourdes: Associação Comunitária do Lajeado Joílson de Jesus, Esperança Jd Lourdes, UBSF 1º de Outubro, Associação de Moradores do Jardim 1º de Outubro, Supervisão de Esportes, Supervisão de Cultura e Coordenadoria da Juventude. Foi realizado um encontro.
- o Grupo de Trabalho no Jardim Etelvina/ Jardim Centenário: Comunidade Local, Pastoral da Criança, Paróquia Bom Pastor. Foram realizados três encontros.

Foram realizados oito encontros desses grupos, com o objetivo de detalhar as ações e iniciar a articulação para a implementação de ações específicas.

Após a realização desse processo, em que as propostas foram elaboradas pelos representantes da comunidade e do Poder Público, foi realizada a sistematização das mesmas e sua reapresentação aos participantes dos grupos de trabalho, que tiveram a oportunidade de discutir e aprimorar as ações.

⁵ Unidade Básica de Saúde da Família

Em seguida, foi iniciado o processo de consolidação do Plano. Buscando qualificar as ações em termos de prevenção da violência e construir uma unidade conceitual para os três planos, foram feitas reuniões de imersão no Instituto Sou da Paz sobre cada um dos grandes temas identificados como prioritários nos três distritos: i. promoção da convivência pacífica e segura no distrito, ii. redução do envolvimento de adolescentes e jovens em situações de violência, iii. promoção da redução dos crimes de maior incidência e/ou maior impacto na sensação de segurança no distrito. Foram também realizadas discussões com alguns especialistas nos temas específicos, para aprimoramento das ações.

1. Dados gerais do distrito

- a) *Área territorial (SEADE-2005⁶): 9,2 km²*
- b) *População(SEADE-2005): 175.632 habitantes*
 - População masculina: 86.389 habitantes
 - População feminina: 89.243 habitantes
- c) *Taxa Geométrica de Crescimento Anual População (SEADE-2000/2004): 2,24% a.a.*
- d) *Densidade demográfica (SEADE-2005): 18.684 hab/km².*
- e) *Índice de Vulnerabilidade Juvenil: grupo 5 – alta vulnerabilidade.*
- f) *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS):* o índice nos mostra que 75,2% da população da região administrativa de Guaianases encontra-se entre os grupos de média, alta e altíssima vulnerabilidade social. É possível constatar uma concentração ainda maior dos grupos 5 e 6 no distrito do Lajeado, evidenciando os graves problemas sociais enfrentados nesse local, aspecto importante para análise da situação da violência e desenvolvimento de estratégias de prevenção.
- g) *SIM-DH⁷:* A garantia de Direitos Humanos na região da Subprefeitura de Guaianases foi classificada como **precária**, considerando as dimensões: sócio-econômica; violência; criança e adolescente; mulheres e negros.
- h) *Presença de equipamentos públicos no distrito (Municipais e Estaduais):*

Assistência Social	15
Cultura	02
Educação	31
Esporte e Lazer	10
GCM (Bases)	02
Polícia Militar (Cias)	01
Polícia Civil (DPs)	02
Saúde	10

2. Criminalidade e violência – análise dos dados

A análise dos dados de criminalidade e violência foi feita a partir de duas principais fontes de dados, a saber: Pro-Aim (Programa de Aprimoramento de Informações sobre Mortalidade – SMS/PMSP⁸) e o InfoCrim (Sistema de Informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP⁹).

Os dados do PRO-AIM confirmam a tendência de queda dos homicídios na cidade de São Paulo. É importante comparar esses dados com os dados da Secretaria da Segurança Pública, partindo do pressuposto que a informação produzida por uma das instituições controla a informação produzida pela outra e, ainda que haja imprecisões em ambas as fontes, a tendência de queda nos homicídios é inquestionável. A tendência de queda na taxa de homicídios fica evidenciada a partir de 2003.

⁶ Informações sobre os distritos da Capital - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE: www.seade.gov.br

⁷ Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos

⁸ Secretaria Municipal da Saúde/Prefeitura Municipal de São Paulo

⁹ Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Entre 2003 e 2004 houve uma redução de 50,5% e entre 2004 e 2005, de 34,7%. Apesar disso, nota-se ainda a prevalência de jovens: 74,5% do total de homens mortos tinham entre 15 e 34 anos. Destes, 58,4% tinham entre 15 e 24 anos. Identificamos também que a maior parte das mortes ocorre nos hospitais, ficando evidente, assim, a importância da Saúde na questão da violência, particularmente, no registro de informações. O alto número de homens mortos nas ruas também indica a necessidade de fortalecimento de ações preventivas, que garanta, por exemplo, a presença mais intensa do Estado (policiais ou outros órgãos) no espaço público e que evitem que algumas dessas mortes ocorram.

A partir do InfoCrim, analisamos o geo-referenciamento dos dados e estatísticas de dez tipos de crimes, a saber: homicídios; estupros; ato infracional; roubo e furto a transeuntes; roubo e furto de veículos; porte de armas; porte e tráfico de entorpecentes.

Em relação aos crimes de **homicídio**, podemos notar sua concentração em áreas de favela (50% em 2005) e durante as sextas, sábados e domingos (aproximadamente 78%), sendo quase 90% entre a noite e a madrugada. Entre as regiões de maior concentração, podemos destacar a área entre a Vila Minerva e Jd Aurora. Os casos de **estupro** se concentram nas proximidades da linha do trem e na região do Mercado Municipal. Em 2005, foram registradas 28 ocorrências. As ocorrências se concentram nos finais de semana, durante a noite e madrugada.

O centro do distrito do Lajeado é o ponto de maior concentração de **atos infracionais**, no entorno da Praça do Mercado e na Estrada do Lajeado Velho, locais de grande circulação de pessoas e veículos. Observam-se, também, concentrações menores próximas a algumas escolas. É possível verificar que os atos infracionais são praticados mais freqüentemente nos períodos da tarde e noite (quase 70%), sem nenhuma concentração específica em relação aos dias da semana.

Em relação aos crimes de **roubo e furto a transeuntes**, as ocorrências encontram-se bastante concentradas, especialmente ao redor das principais vias e áreas de maior movimento e circulação de pessoas, e também de comércio, como a região comercial "central", e ao redor de duas áreas de favelas. Entre os casos de roubo registrados, verificamos a maior concentração no período da noite. Já em relação aos casos de furto, estes ocorrem de segunda a sexta-feira, principalmente no período da tarde.

Em relação aos crimes de **roubo e furto de veículos**, nota-se sua concentração nas principais vias de circulação do distrito, como a Estrada do Lajeado Velho, a Rua General Americano Freire e a Avenida Nordestina. A quarta-feira é o dia que apresenta maior número de ocorrências, e em geral, o período da noite é o que apresenta menor número de casos.

Apesar do baixo número de ocorrências, o crime de **porte de armas** tem como característica a concentração na região central do distrito e nos bairros Jardim São Paulo, Jardim Fanganiello e Jardim Bandeirantes. Em relação aos crimes de **porte e tráfico de entorpecentes**, não foi possível estabelecer nenhum padrão de análise devido às poucas ocorrências.

3. Violência, Espaço Urbano e Comunidade – principais apontamentos.

O Lajeado caracteriza-se pela alta densidade de ocupação urbana, populacional e de construções, ocupação esta que ocorreu de maneira não planejada, principalmente através de invasões e ocupações. Alguns problemas urbanísticos resultaram deste processo, tais como a extrema escassez de áreas livres e de áreas públicas de circulação e convívio, bem como a proximidade entre as moradias. Há um número

relativamente reduzido de praças e, especialmente, de áreas verdes e de arborização, e, conseqüentemente, de terreno permeável. Não há nenhum parque localizado no distrito.

A circulação das pessoas é prejudicada pelo fato de as vias não favorecerem o pedestre, com calçadas estreitas, falta de pontos de ônibus e lotação cobertos, falta de locais para sentar, etc. Esses fatores são especialmente relevantes levando-se em conta que a população local se desloca preponderantemente à pé ou pelo sistema de transporte público, e não através de transporte privado. A escassez de iluminação também desfavorece a circulação e o convívio em alguns locais no período noturno. A falta de luminosidade em algumas vias e regiões se deve, por vezes, à ausência de postes, mas também pela quebra de lâmpadas e furto de fiação, ou mesmo pelo fato da iluminação existente ser muito fraca. Essa insuficiência reforça a sensação de insegurança da população.

Os equipamentos públicos estão entre os principais instrumentos de que o Estado dispõe para se fazer presente nas comunidades e promover a cidadania junto aos seus moradores, por meio da oferta de serviços que efetivam direitos individuais e sociais básicos. A maioria dos equipamentos existentes recebe uma demanda maior do que aquela que consegue absorver com qualidade. Há escassez especialmente dos serviços genericamente conhecidos como "de referência", para encaminhamento de casos especialmente nas áreas de Saúde, Educação e atendimento a populações historicamente discriminadas, como mulheres, crianças, jovens, negros, idosos, portadores de deficiência, etc.

As escolas são a principal referência de equipamento estatal e de espaço de convivência presentes nas comunidades. Isso se dá por duas razões: primeiro, porque estão presentes em maior número e em praticamente todas as regiões do distrito, atendendo praticamente todo o universo da população de crianças e jovens; segundo porque, ao contrário das unidades de saúde, estas possuem espaços mais amplos, destinados a práticas esportivas, de lazer e cultura e ao convívio cotidiano de crianças e jovens.

Os dados obtidos através do Infocrim apontam as grandes vias e a região central como lugares de maior incidência de crimes, especialmente contra o patrimônio. Os relatos colhidos no distrito evidenciam ainda a insegurança nos diversos bairros, em especial nos locais de maior vulnerabilidade social. Apontam, em especial, lugares mais ermos, sem ocupação mais efetiva da comunidade, com pouca iluminação ou sob o domínio do tráfico de drogas.

O principal espaço institucional onde a população e as autoridades se encontram para tratar da segurança no distrito do Lajeado é o CONSEG¹⁰. Nessas reuniões, realizadas mensalmente, a comunidade aponta os problemas que estão enfrentando para que sejam tomadas providências. O disque-denúncia, os B.O.s (Boletins de Ocorrência) e o contato direto com o Poder Público são as outras formas possíveis do cidadão buscar resolver essas questões; observando o funcionamento das reuniões, pudemos constatar que de fato esse fluxo - denúncia e encaminhamento - vem ocorrendo com certo sucesso.

A violência doméstica foi apontada por alguns atores sociais como muito recorrente na região, tendo havido um número significativo de homicídios de mulheres praticados por seus cônjuges no ano de 2005. Há relatos de que cinco desses homicídios teriam ocorrido na região do Jardim Lourdes dentro de um curto período. Essa informação é confirmada pelas unidades de saúde, e ainda, pelo SIM-DH, que coloca a subprefeitura de Guaianases entre as maiores taxas de internação por agressão tanto de mulheres como de crianças entre 0 e 14 anos de idade na cidade.

¹⁰ Conselho Comunitário de Segurança

Há relatos de casos em praticamente todas as unidades municipais de saúde e educação visitadas, embora a grande maioria dos profissionais que ali trabalham não tenha recebido capacitação profissional específica para identificar e encaminhar o problema. Caso essa sensibilização fosse feita, estima-se que os profissionais desses equipamentos públicos identificariam um número muito maior de ocorrências, trazendo à luz muitos casos que provavelmente jamais seriam denunciados.

Percebe-se um claro viés de gênero nesse tipo de violência, pois, no caso dos adultos, normalmente ele é praticado contra mulheres e o autor costuma ser seu cônjuge. Crianças e adolescentes constituem outro grupo frequentemente vitimado, havendo relatos, também, de violência contra idosos. Os agressores domésticos de crianças e adolescentes seriam normalmente seus pais, padrastos, e mães. A percepção de que há um grande número de mulheres depressivas e com desequilíbrios psíquicos foi mencionada como um fator de agravamento desse quadro. A violência sexual fora do ambiente doméstico também foi citada em diversos casos. A região do centro do Lajeado, próxima à linha do trem, teria sido palco de alguns estupros, em alguns casos seguidos do homicídio das vítimas. Também houve relatos de exploração sexual comercial de adolescentes, principalmente em bares e casas de forró.

A escassez de oportunidades de desenvolvimento para crianças, adolescentes e jovens é a maior preocupação da comunidade e do Poder Público, pois as gerações adultas vislumbram um futuro incerto para esses jovens que não puderam adquirir o grau de escolaridade e capacitação profissional demandadas pelo mercado de trabalho. Esses fatores, associados à crise de valores e a desestruturação da família, são, possivelmente, facilitadores do aliciamento de grupos de criminosos para todo o tipo de exploração e atividade ilícita, da exploração sexual ao tráfico de entorpecentes.

Cabe ressaltar que a maioria dos jovens, que não está diretamente envolvida com tais organizações, também é frequentemente prejudicada pela estigmatização e pelo preconceito que sofrem os jovens pobres, moradores das periferias brasileiras, em geral e o jovem do distrito do Lajeado, em particular.

No que diz respeito aos diversos tipos de violência, crianças e adolescentes constituem uma população especialmente vulnerável. Os jovens representam, por exemplo, um grande percentual das vítimas de homicídios. Em termos de escolaridade, o Lajeado apresenta altos índices de defasagem idade/série, evasão e reprovação, quando comparado aos demais distritos da capital. Outros temas recorrentes são o grande número de casos de gravidez na adolescência, que estaria acontecendo cada vez mais precocemente, e o alcoolismo e a drogadição, que começaria, em alguns casos, ainda na infância.

Durante as duas reuniões realizadas com jovens, com o objetivo de levantar suas percepções acerca da violência e da convivência nos bairros onde vivem, suas respostas apontaram uma falta de identificação e vínculo com o local de moradia, sendo que tiveram enorme dificuldade em citar algum aspecto positivo sobre a vida nesses locais.

Embora não seja um aspecto necessariamente relacionado com a violência, a situação familiar – desestruturação – é comumente mencionada como um fator relevante nos relatos de envolvimento de jovens com a criminalidade e de violência doméstica. Essa desestruturação se caracterizaria pela dificuldade de pais assumirem a tutela, o cuidado e a educação de suas crianças; bem como as dificuldades de diálogo e relacionamento com filhos adolescentes.

Segundo profissionais e moradores do Distrito, é cada vez mais comum observar famílias em que pais, crianças e/ou adolescentes se tornaram dependentes químicos; mulheres com problemas de depressão e

desequilíbrios psíquicos; jovens que se tornam pais e mães precocemente; adolescentes que fogem de casa para constituir seu próprio núcleo familiar ou para se unir a grupos ligados ao tráfico de drogas.

Há poucas informações consolidadas a respeito do tráfico de drogas. Os números de ocorrências indicados pelo Infocrim são bastante reduzidos, apontando 11 ocorrências em 2006 e aproximadamente 24 em 2005. Para "porte de entorpecentes", indica oito ocorrências em 2005 e três em 2006.

Contudo, quando passamos a conversar com os diversos atores sociais, sejam eles policiais, gestores do Poder Público, ou representantes da comunidade, o problema se torna muito mais presente. Segundo eles, os maiores problemas de violência estão relacionados ao tráfico, que permeia os mais diversos aspectos da vida no distrito. Ao tráfico estariam associados, além do consumo e venda de entorpecentes, também homicídios, roubos e furtos.

Um fator diretamente associado à presença do tráfico de drogas é o medo. Diversos atores do poder público já sofreram, e sofrem, ameaças, assim como os moradores. Nas comunidades, a convivência com o tráfico de drogas passa a desenhar a vida cotidiana, desde regras de comportamento social, o costume de lidar com a violência por ele proporcionada e a capacidade de dialogar e negociar com seus líderes. Houve relatos de casos de organizações comunitárias que fecham mais cedo e de jovens que evitam ou são proibidos de sair à noite por causa dos traficantes.

Via de regra, a população mais afetada são os jovens. Primeiro, porque são consumidores em potencial, mas, principalmente, porque são aqueles que mais ingressam no crime, sendo sua maior fonte de recursos humanos. Em segundo lugar, porque passam a compartilhar signos, valores e formas de se relacionar, cultivando uma cultura que tem como base relações mediadas pelo uso da violência. As formas de envolvimento e exploração de crianças e adolescentes pelas organizações que promovem esses crimes são as mais diversas. Segundo interlocutores, vem aumentando o envolvimento de garotas de até 12 e 13 anos com criminosos. Muitas delas se prostituiriam e seriam exploradas sexualmente.

As polícias relatam uma grande dificuldade de enfrentamento da questão. Faltariam denúncias e a necessidade do flagrante dificultaria o trabalho. A grande maioria dos atores com os quais tivemos contato entende que o problema do tráfico e do consumo de drogas deve ser enfrentado através da prevenção, melhorando a qualidade de vida no distrito.

Quanto ao tratamento de dependentes químicos, as informações indicam que falta uma rede de atenção específica. As unidades de saúde informam que não há atendimento especializado em alcoolismo e drogadição. Tanto os gestores de saúde quanto a comunidade apontam uma alta incidência destes problemas nas regiões aonde atuam.

*PLANO
DE PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA
E PROMOÇÃO DA
CONVIVÊNCIA*

Distrito do Lajeado

O Instituto Sou da Paz trabalha com o conceito de segurança pública cidadã, que consiste na garantia de direitos dos cidadãos, aliando ações de controle do crime com ações preventivas, que sejam eficientes, planejadas e democráticas. Essa 'nova' segurança pública aposta no controle e redução de crimes e na construção de ambientes seguros e democráticos como espaços de promoção da convivência entre as pessoas, a partir de ações integradas entre os diferentes níveis de governo – municipal, estadual e federal – e a sociedade civil. A partir dessa concepção, o Plano foi construído.

Um **Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência** é um documento de planejamento para a intervenção local com foco na prevenção da violência. Deve conter princípios e valores de atuação, as principais diretrizes e também propostas detalhadas de ação, construídas a partir de grandes temas prioritários identificados a partir da análise do diagnóstico da situação de violência. O plano deve ser construído de forma participativa, implicando os atores que o construiram tanto na sua implementação quanto na fiscalização dessa implementação.

Além disso, todo o Plano é orientado segundo princípios e valores que devem guiar a ação municipal na área da segurança pública: o respeito aos Direitos Humanos, o exercício da Democracia Participativa, o foco em ações preventivas, conciliando-as com ações repressivas (sempre dentro do limite da Lei), o planejamento e avaliação, a eficácia das ações, o controle social sobre as ações e a intersetorialidade.

O Plano é guiado por duas grandes diretrizes transversais, as quais perpassam todos os compromissos, desafios e ações propostos. A primeira delas é a **articulação social**. Para promover essa articulação é preciso mobilizar e fortalecer as alianças entre os atores da comunidade, entre estes e o Poder Público e entre os atores do próprio Poder Público. Esse processo é essencial para uma boa política local de prevenção da violência, dado seu caráter multidimensional e intersetorial. Toda estratégia de articulação social se pauta pelos objetivos de incentivar a capacidade de atuação conjunta em torno de objetivos comuns, de se sustentar no tempo, de gestão coletiva de ações e espaços e de tornar efetivos os canais de participação.

A segunda diretriz transversal é a **reestruturação do espaço urbano**. A atuação da Prefeitura em ações de prevenção da violência e promoção da convivência tem ligação direta com a melhoria da infra-estrutura urbana nos locais de maior vulnerabilidade. O investimento em melhorias dessa natureza tem alto potencial preventivo, uma vez que a presença do Poder Público nos locais em que há maior problema de violência demonstra um cuidado com o espaço e com as pessoas, além de garantir que o Estado esteja presente, antes do crime. Além disso, é possível fazer intervenções simples no espaço urbano que diminuem a sensação de insegurança e que, de fato, tornam os locais mais seguros. Investir na redução da ilegalidade estrutural dos bairros, regularizando as áreas irregulares, é outra ação importante que contribui para que a legalidade comece a ser implantada nos locais, contribuindo para um processo de legalização mais amplo.

Assim, a reestruturação do espaço urbano contribui para promover a vigilância natural, estimula o controle natural de acessos, estimula a confiança e a colaboração, reforça a identidade da população com o espaço público e estimula a participação e a responsabilidade da comunidade.

O presente Plano contém três *Compromissos*, que são os grandes eixos norteadores das propostas de intervenção apresentadas: i. Promover a convivência pacífica e segura no distrito, ii. Reduzir o envolvimento

de adolescentes e jovens em situações de violência, iii. Promover a redução dos crimes de maior incidência e/ou maior impacto na sensação de segurança no distrito.

Cada um dos compromissos é composto por *Desafios*, que são um detalhamento destes compromissos e para os quais há justificativas e resultados esperados. Para cada desafio há uma série de ações propostas, também detalhadas e com justificativa, estratégias, local, responsável, parceiros, prazo de execução¹¹, recursos e possíveis fontes, resultados esperados e indicadores de resultado, para serem efetivamente implementadas pela Prefeitura de São Paulo.

Tais prioridades dialogam com o sucesso alcançado por um conjunto de políticas já implementadas, experiências bem sucedidas em outros lugares do Brasil e do mundo e um conjunto de soluções para os desafios que envolvem essa temática.

Trata-se de um Plano de ação amplo, que esperamos ser capaz de reduzir a criminalidade como um todo, mas cujo foco está na defesa da vida e da convivência pacífica entre os moradores do distrito do Lajeado e para que ele tenha sucesso, é necessário que seja executado pelo Poder Municipal em suas diversas instâncias, em parceria com a Sociedade Civil e com os demais órgãos de segurança que atuam nos distritos.

Antes de apresentar as ações detalhadas que compõem o Plano, apresentamos em seguida uma proposta de estruturação da gestão local da segurança pública.

¹¹ O prazo total para a execução do Plano é de dois anos, 2007 e 2008. Criamos três prazos distintos para as ações de forma contemplar possibilidades diferentes de implementação: curto prazo (seis meses), médio prazo (12 meses) e longo prazo (24 meses).

ESTRUTURA DE GESTÃO LOCAL

Para implementar um plano local de forma exitosa é necessária uma aliança entre os principais atores do Poder Público e da comunidade, compondo uma estrutura de gestão dos **Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência**, englobando os mesmos atores que tenham participado do diagnóstico dos problemas e da concepção das propostas de ação. Essa aliança precisa ter um formato que permita a participação efetiva desses atores, de forma consistente e continuada. Para isso, é importante consolidar os grupos previstos e iniciados durante a elaboração dos diagnósticos e dos planos locais; particularmente, o Comitê Local de Segurança e Convivência de cada distrito, o Grupo de Gestão Estratégica e o Comitê Municipal de Segurança e Convivência.

Fortalecer e desenvolver uma estrutura de funcionamento desses espaços de participação ajudará os processos de articulação e mobilização, comunitária e do Poder Público, a se consolidarem e perdurarem no tempo, contribuindo para a sustentabilidade da política local de prevenção da violência e promoção da convivência.

Comitê Local de Segurança e Convivência

Funções:

- o Monitorar a implementação dos planos locais;
- o Definir estratégias no nível local, para lidar com as novas circunstâncias surgidas durante a implementação do plano;
- o Mobilizar novos parceiros locais;
- o Estabelecer um canal direto, de comunicação e atuação, com a Subprefeitura de cada distrito;
- o Articular, localmente, as diversas ações contempladas pelos planos;
- o Aumentar o controle social e o *accountability* sobre políticas públicas de prevenção da violência e promoção da convivência;
- o Contribuir para o fortalecimento do vínculo entre sociedade civil e Poder Público na área de prevenção da violência;
- o Aproximar as Polícias, Militar e Civil, das Subprefeituras, articulando e integrando focos de ação;
- o Articular e qualificar a discussão sobre violência entre os diferentes atores envolvidos no Comitê.

Composição: Representantes das diferentes áreas da Subprefeitura, Guarda Civil Metropolitana, Polícias Civil e Militar do distrito, Ministério Público, igrejas, associações comunitárias, grupos juvenis, lideranças comunitárias, representantes do Instituto Sou da Paz, entre outros. É importante que façam parte do Comitê as pessoas responsáveis diretamente pela implementação das ações previstas no Plano, sejam elas representantes governamentais ou não governamentais.

Periodicidade: Reuniões mensais regulares (havendo a possibilidade de realizar reuniões extraordinárias, quando for necessário).

Estrutura de Funcionamento: O Comitê deverá eleger uma diretoria composta por um Diretor e um/dois Secretários. É importante que a Diretoria seja renovada a cada seis meses, para haver rotatividade e todos/as terem a oportunidade de exercer maior responsabilidade no Comitê. A Diretoria é responsável por elaborar a pauta das reuniões e divulgá-las com antecedência, registrar e sistematizar o conteúdo das reuniões (através de atas), elaborar listas de presença e de contatos; criar estratégias de divulgação e comunicação; levantar dados para subsidiar as discussões nas reuniões ou convites a palestrantes para

exposição de temas referentes à prevenção da violência e elaborar propostas de encaminhamento. Durante os seis primeiros meses de funcionamento, o Instituto Sou da Paz acompanhará e estimulará o funcionamento do Comitê, com o objetivo de contribuir para sua consolidação.

Grupo de Gestão Estratégica

Funções:

- o Monitorar a implementação do Projeto São Paulo em Paz e corrigir eventuais erros de execução;
- o Definir estratégias para lidar com as novas circunstâncias surgidas durante a execução do Projeto;
- o Mobilizar novos parceiros;
- o Articular recursos para a implementação dos planos locais;
- o Contribuir para aumentar a integração entre as diversas áreas do Poder Público Municipal;
- o Decidir sobre a expansão e continuidade do Projeto.

Composição: Secretário de Participação e Parceria, coordenadores da Secretaria de Participação e Parceria, Subprefeitos da Freguesia do Ó/Brasilândia, da Capela do Socorro e de Guaianases, representantes das secretarias envolvidas no projeto e representantes do Instituto Sou da Paz.

Periodicidade: Reuniões mensais regulares (havendo a possibilidade de realizar reuniões extraordinárias, quando for necessário).

Estrutura de Funcionamento: Este grupo não possui uma estrutura formal de funcionamento, mas é importante que suas reuniões sejam momentos de decisões estratégicas sobre a execução do projeto, contemplando a avaliação do andamento das atividades, a incorporação de novos parceiros e necessidades de mudanças e/ou novos rumos.

Comitê Municipal de Segurança e Convivência

Funções:

- o Analisar o andamento e os resultados do Projeto São Paulo em Paz;
- o Definir as ações da Prefeitura da Cidade de São Paulo, na área da prevenção da violência e promoção da convivência.

Composição: Prefeito da Cidade de São Paulo, Secretário de Participação e Parceria, Secretário das Subprefeituras, Secretário de Governo, Secretário de Educação, Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social, Secretário de Saúde, Secretário de Esporte, Secretário de Cultura, Coordenador Municipal de Segurança, Comandante da Guarda Civil Metropolitana, Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos e Subprefeitos Freguesia do Ó/Brasilândia, da Capela do Socorro e de Guaianases.

Periodicidade: Reuniões trimestrais regulares (havendo a possibilidade de realizar reuniões extraordinárias, quando for necessário).

Estrutura de Funcionamento: Este Comitê não possui uma estrutura formal de funcionamento, devendo ser convocado pelo Prefeito.

Compromissos

Desafios

Ações

COMPROMISSO 1 – PROMOVER A CONVIVÊNCIA PACÍFICA E SEGURA NO DISTRITO DO LAJEADO

Desafio 1.1 – Estimular a resolução pacífica de conflitos.

A vida social é marcada pelo conflito. No Brasil os conflitos existentes são inúmeros e de naturezas distintas, influenciando a conformação das relações sociais. Numa sociedade democrática como a nossa, entretanto, espera-se que o diálogo seja o meio privilegiado para a resolução de conflitos e que as instituições públicas se constituam como canais apropriados para essa prática.

As formas como são resolvidos os conflitos em regiões de alta vulnerabilidade social estão significativamente influenciadas pela insuficiente presença do Estado, inclusive como ente mediador desses conflitos. Esta lacuna na organização social destes locais implica, dentre outras conseqüências, na inviabilidade e/ou precariedade do acesso à justiça, limitando as possibilidades de resolução pacífica de conflitos a partir do diálogo e da mediação (obtenção de consensos), constituindo-se aí a violência como um instrumento de manifestação de poder.

Na medida em que a violência passa a ser um instrumento valorizado e diferenciado, como podemos perceber mais claramente entre os jovens do sexo masculino, o diálogo e o entendimento passam a ser percebidos como demonstração de fraqueza. Quando a prática dialógica perde espaço, a violência tende a crescer, como podemos observar nos grandes centros urbanos e, em especial, nas suas periferias.

Na região da Subprefeitura de Guaianases, a taxa de homicídios e tentativa de homicídios por 100 mil habitantes era de 60,01 ocorrências em 2004, segundo o Sistema de Informações Criminais – Infocrim, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, enquanto a taxa média das 31 subprefeituras é de 56,36. No distrito do Lajeado, ocorreram 465 homicídios entre 2000 e 2005 (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo – Pro-Aim). Apesar da região apresentar a mesma tendência de queda deste tipo de crime constatada em toda a cidade, no Lajeado podemos observar, desde o final de 2003, uma clara tendência de aumento dos casos de lesão corporal dolosa (Infocrim, 2006), havendo crescimento anual de 26% entre fevereiro de 2005 e fevereiro de 2006.

A descrença na resolução pacífica de conflitos leva alguns jovens, e também adultos, a utilizar atos violentos como meio de expressão e visibilidade sociais e aparta do convívio outros públicos, especialmente as mulheres e idosos, enquanto cresce a desconfiança em relação às pessoas da sua comunidade e/ou agentes públicos, e/ou externos. Como resultado, temos o aumento da sensação de insegurança e a desarticulação comunitária, reduzindo o capital político e social dessas regiões.

Ao pensarmos em prevenção da violência e promoção da convivência segura no Distrito, faz-se necessário estabelecermos mecanismos de resolução pacífica de conflitos – métodos, práticas e instâncias específicas para esse fim – e, concomitantemente, promover uma mudança cultural nas comunidades através de práticas de democracia, educação e comunicação, de forma a disseminar a cultura de paz, promovendo uma transformação duradoura nas formas de convivência entre as pessoas no Lajeado.

A educação para a resolução pacífica de conflitos se dará, portanto, através de ações que, além de sensibilizar e capacitar pessoas em metodologias específicas para esse fim, trabalhem também o respeito e

a convivência com as diferenças; a interação e a comunicação interpessoais; a convivência em grupo, com a instituição de regras e a resolução coletiva de conflitos; o cuidado e a relação com o espaço físico, com o meio-ambiente; valores e práticas democráticos e da vida em uma democracia.

Resultados esperados

- Diminuição das taxas de lesão corporal dolosa e de homicídio.
- Aumento da segurança e da sensação de segurança.
- População capacitada para resolver conflitos de maneira pacífica, através do diálogo.
- Maior integração entre os diferentes atores sociais do distrito.
- Maior conhecimento, por parte da população, de seus direitos e vias formais de reivindicação e acesso a estes direitos.
- Valorização da vida/população valorizando a vida.

Ação 1 – Implementar o projeto “Espaços da Paz”: qualificação e certificação dos espaços de convivência como espaços de convivência pacífica.

Para que um espaço físico realmente se torne e permaneça como um espaço de convivência pacífica, é necessário que nele haja um tipo de gestão e ocupação qualificadas, voltados para esses fins. Os espaços de convivência pacífica são, fundamentalmente, espaços seguros, onde há, ademais, sensação de segurança, onde as relações se dão dentro dos princípios, valores e métodos da cultura de paz. Entre estes valores se destacam a valorização da vida, da democracia, do respeito aos direitos humanos, da diversidade, da igualdade, da legitimidade/legalidade, entre outros.

Nem todos os espaços de convivência podem ser considerados, em princípio, espaços de convivência pacífica, dentro dos critérios do Programa São Paulo em Paz. Os “Espaços de Paz” serão aqueles nos quais as regras de convivência e os problemas coletivos são debatidos coletivamente, onde os problemas interpessoais são resolvidos pacificamente, através do diálogo, onde há cuidado e respeito ao ambiente e onde as pessoas se sintam seguras.

Este projeto pretende ajudar os espaços de convivência do Lajeado a se tornarem e permanecerem verdadeiramente como “Espaços de Paz”, funcionando como referências de convivência pacífica, “exemplos vivos” de que um tipo diferente de ambiente e de convivência é possível. Além disso, se tornarão referências no sentido de ajudarem a disseminar a cultura de paz e formas pacíficas de interagir e resolver conflitos entre as pessoas que vivem e trabalham no Distrito.

Os espaços qualificados receberão uma certificação, e, posteriormente serão incluídos numa rede, de forma a integrar fortalecer os atores sociais do Lajeado que estão atuando em torno dos mesmos objetivos.

Estratégias

- 1) Desenvolver uma metodologia de qualificação dos espaços de convivência como “Espaços de Paz”, que trabalhe os conteúdos, estratégias e métodos de promoção de uma cultura de paz. O objetivo é que os espaços participantes se tornem espaços referência de convivência pacífica, e que, recebam uma certificação de “Espaços de Paz”, atestando que aquele ambiente é não-violento, e funciona de acordo com os princípios da cultura de paz.

- 2) Realizar um processo de formação e qualificação em três etapas, para gestores e profissionais de espaços de convivência, públicos, comunitários ou privados, que desejam aderir ao programa, tais como bibliotecas, escolas, Unidades Básicas de Saúde, associações comunitárias e as comissões dos CONVIVE - "Pólos de Convivência" (Ver Compromisso 1, Desafio 2., Ações 1, 2 e 3).
 - a) Realizar um curso para gestores e profissionais dos espaços de convivência, em que serão trabalhados os conteúdos, estratégias e métodos de promoção de uma cultura de paz nesses ambientes. (1ª Etapa de formação).
 - b) Apoiar os gestores e profissionais na elaboração de um projeto específico para cada espaço, em que as atividades e práticas cotidianas da organização sejam pensadas e, conforme a necessidade, adaptadas à luz dos conteúdos e princípios trabalhados no curso. Os capacitadores realizarão uma espécie de consultoria, presencial e à distância, podendo visitar os espaços e conhecer suas atividades, para ajudar os gestores a desenvolver e implementar o projeto de acordo com a sua realidade. (2ª Etapa de formação).
 - c) Realizar momentos de formação em processo, em grupo ou individualmente, corrigindo, reforçando e re-adequando conteúdos e métodos, sempre que necessário. Esse processo, além de aprofundar e fortalecer o conhecimento adquirido, permite que as dificuldades da implementação de novos conceitos e de um novo projeto na prática sejam solucionados na medida em que aparecem. (3ª Etapa de formação).
- 3) Avaliar e certificar os espaços que atendam aos critérios para serem considerados "Espaços de Paz" que tenham aderido, se qualificado e se mantido ao longo de algum tempo de acordo com tais critérios. Esta avaliação deve ser refeita periodicamente, para garantir que os valores e métodos da convivência pacífica estejam sendo perpetuados.
- 4) Estimular a formação de uma rede integrando os "Espaços da Paz", promovendo ações conjuntas e o compartilhamento de informações.

Local

Os CONVIVE - Pólos de Convivência Pacífica e demais espaços de convivência que desejarem aderir, em todo o distrito do Lajeado, tais como associações, escolas, unidades de saúde, biblioteca, grêmios esportivos e culturais, entre outros.

Responsável

- o Prefeitura da Cidade de São Paulo (Secretaria Especial para Participação e Parceria).

Parceiros

- o Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento (Subprefeitura de Guaianases).
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases.
- o Diretoria de Ensino Leste 2.
- o Organizações não-governamentais.
- o Especialistas em convivência e cultura de paz.
- o Instituto Sou da Paz.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Dezembro de 2006 a março de 2007 – desenvolvimento da metodologia e do curso de capacitação e início da divulgação e sensibilização dos gestores de espaços de convivência.
- o Abril de 2007 – divulgação e matrículas.
- o Maio e Junho 2007 – cursos de capacitação.

- o Julho 2007 – desenvolvimento dos projetos de qualificação de cada espaço de convivência.
- o Agosto de 2007 – início da implementação dos projetos de qualificação.

Recursos (possíveis fontes)

- o Prefeitura da Cidade de São Paulo (Secretaria Especial para Participação e Parceria);
- o Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Resultados esperados

- o População capacitada para resolver conflitos de maneira pacífica através do diálogo.
- o Valorização da vida/população valorizando a vida.
- o Espaços (novos e já existentes) qualificados como ambiente de convivência pacífica.
- o Sensação de segurança aumentada nesses locais.
- o Uso mais intenso, pelas populações locais, dos espaços e atividades disponíveis.
- o Redução dos atos de violência nesses locais.
- o Mobilização da comunidade e Poder Público locais para manutenção dos espaços ampliada e consolidada.
- o Mudança da idéia de "espaço público, espaço de ninguém" para "espaço público, espaço de todos".

Indicadores

- o Número dos atos de violência praticados nesses espaços.
- o Número de conflitos resolvidos pacificamente.
- o Número de espaços que aderiram ao projeto.
- o Tempo de permanência dos espaços no projeto.
- o Regras de convivência estabelecidas coletivamente.
- o Variação do número de depredações.
- o Grau de limpeza do espaço.
- o Variação na participação dos indivíduos nas decisões e questões coletivas.
- o Freqüência a esses espaços.

Ação 2. Promover a Mediação de Conflitos no distrito, como instrumento de resolução pacífica de conflitos.

Temas como a falta de comunicação entre as pessoas, violência, conflitos, convivência pacífica, diversidades e preconceitos foram foco de diferentes discussões e debates nas comunidades, no âmbito de elaboração deste plano. De um lado, as diferentes observações acerca do funcionamento – ou não-funcionamento – do sistema de justiça e a sensação de impunidade, que revolta e paralisa a população, principalmente os setores mais expostos à violência. De outro, a declarada necessidade de encontrar meios alternativos de resolução dos conflitos – sejam estes conflitos geracionais, de gênero, de autoridade, etc. – para promover relações comunitárias mais humanas, solidárias e pacíficas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a mediação em segurança pública é o método capaz de reunir comunidade, agentes de segurança e membros do Judiciário para a prevenção e a resolução pacífica de conflitos.

Uma sociedade marcada pela violência, nas suas diversas formas, necessita de mecanismos eficazes e efetivos que minimizem os efeitos da vivência dessa violência e que busquem repactuar a confiança e a credibilidade do sistema de justiça. Uma forma possível é contribuir para a celeridade dos tradicionais

processos judiciais a partir da utilização da Mediação de Conflitos, onde um agente do próprio sistema de justiça busca, a partir do diálogo e conciliação entre as partes envolvidas em um conflito, solucionar disputas e questões legais; tendo esta resolução o mesmo *status* que quaisquer outras decisões judiciais resultantes dos trâmites legais processuais tradicionais.

Com a aprovação, no Senado Federal, do projeto de lei 94/02, deu-se um passo na possibilidade de solucionar conflitos a partir de instrumentos que reduzam a necessidade de submeter os casos a todos os trâmites legais formais dos processos judiciais. A tendência, portanto, é que a mediação seja cada vez mais incorporada como parte de uma política pública de segurança, para além de uma intervenção policial e judicial, tal como são tradicionalmente entendidas.

Além desse mecanismo, mais institucional, quando as pessoas têm a chance de resolver seus pequenos problemas, a ponto de prevenir situações ou atitudes violentas, a comunidade começa a melhorar suas relações cotidianas e encontra um novo instrumento para mediar conflitos. Para disseminar o conceito de mediação pacífica e reforçar a prevenção, faz-se necessário capacitar agentes públicos e lideranças comunitárias para lidar com casos de pequeno potencial lesivo, como brigas de família ou entre vizinhos, conflitos interpessoais e institucionais.

A idéia não é substituir o papel das polícias ou do poder Judiciário, mas fazer com que muitas das demandas que chegam até as delegacias, por exemplo, possam ser resolvidas na própria comunidade onde acontece a desavença, desafogando o sistema de justiça e promovendo maior autonomia ao cidadão. Além disso, prevenimos novos casos de violência, rompendo a lógica perversa da "justiça pelas próprias mãos".

Algumas experiências recentes, governamentais ou não, têm se utilizado da mediação de conflitos como meio de melhorar as relações cotidianas e prevenir situações de violência nas comunidades, resolvendo pequenos problemas através da figura de um mediador, capacitado para facilitar a conversação entre as partes. Ele deve garantir a condição de igualdade e a imparcialidade, visando que ambas possam decidir por um acordo comum. Com isso dissemina-se nas comunidades uma cultura do diálogo, fortalecendo a busca de acordos que beneficiem todos os envolvidos, em substituição ao uso da violência, onde uma parte se impõe à outra.

Estratégias

- 1) Implementar o Programa Segurança Cidadã para a Mediação de Conflitos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no Distrito. Esse programa engloba a capacitação de mediadores e a instalação de um Núcleo de Mediação.
- 2) Promover capacitação em Mediação Comunitária nas áreas de maior vulnerabilidade social.
- 3) Promover capacitação em Mediação Escolar nas escolas estaduais e municipais do distrito.
- 4) Promover capacitação em Mediação de Conflitos para agentes de segurança.
- 5) Envolver gestores públicos, professores, membros do Judiciário, guardas civis metropolitanos e policiais civis e militares do distrito.
- 6) Mapear locais para a realização das capacitações.
- 7) Buscar parceiros para a realização das capacitações.
- 8) Divulgar os eventos de capacitação no distrito, sensibilizando para a importância do tema.

Local

Todo o distrito.

Responsáveis

- o Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP),
- o Prefeitura da Cidade de São Paulo,
- o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),
- o Secretaria de Reforma do Judiciário.

Parceiros

- o Lideranças comunitárias;
- o Coordenadores Pedagógicos de Escolas Municipais e Escolas Estaduais;
- o Guarda Civil Metropolitana;
- o Polícias Civil e Militar;
- o Unidades Básicas de Saúde;
- o Núcleos Sócio-Educativos;
- o Associação de Moradores;
- o Instituto Sou da Paz.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Capacitação em Mediação Comunitária: até julho de 2007.
- o Capacitação em Mediação Escolar: até agosto de 2007.
- o Capacitação em Mediação de Conflitos para agentes de segurança: até dezembro de 2007.
- o Instalação de Núcleos de Mediação de Conflitos: até julho de 2008.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP),
- o Prefeitura da Cidade de São Paulo,
- o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),
- o Secretaria de Reforma do Judiciário.

Resultados esperados

- o Centros de mediação de conflitos implementados, com responsáveis habilitados tecnicamente.
- o Diminuição do número de atos de violência nas regiões atendidas pelos centros.
- o Conflitos das comunidades do distrito resolvidos a partir da ação desses mediadores.
- o Melhoria da relação entre policiais e comunidade, principalmente com adolescentes e jovens.
- o Aumento da eficiência da ação policial no distrito, a partir dos princípios do policiamento comunitário.
- o Ampliação e qualificação do acesso à justiça nas áreas de maior vulnerabilidade social e juvenil.
- o Expansão do conceito de cultura da paz, através do estímulo ao diálogo e o estabelecimento de pactos entre pessoas e instituições.
- o Promoção da cultura de mediação de conflitos entre lideranças comunitárias e servidores públicos do distrito.

Indicadores de resultado

- o Número de eventos de capacitação realizados.
- o Número de pessoas inscritas nas capacitações.
- o Percentual de inscritos que concluem as capacitações.
- o Número de atendimentos realizados pelos Núcleos de Mediação.
- o Variação das ocorrências de "desinteligência" nos distritos policiais.

Ação 3. Realizar projeto de orientadores jurídicos populares

O conhecimento dos direitos para a maioria da população é muito geral e difuso. Saber sobre a existência de leis certamente não é a mesma coisa que conhecer, de forma mais sistemática, os mecanismos e instituições públicas responsáveis pela garantia de direitos. Assim, este curso vem de encontro à necessidade de democratização do acesso à justiça em um contexto onde o sistema judiciário é percebido como uma entidade inatingível.

Uma vez capacitada, a população amplia seu repertório de recursos para a resolução pacífica de conflitos e tem reduzida a sensação de desamparo referente à proteção legal. Além disto, seria possível reunir diferentes atores sociais do distrito em torno de um tema de fundamental importância para o fortalecimento da integração e articulação social, possibilitando a formulação e execução de ações conjuntas.

No Lajeado há apenas um distrito policial. Tanto os órgãos do Poder Judiciário quanto as instituições que oferecem serviços de assistência e orientação jurídica ficam bastante distantes do distrito, o que torna difícil o acesso aos mesmos por parte da população local. É, portanto, necessário criar instrumentos que reduzam essa distância territorial e simbólica, de modo a promover a noção de legalidade e a resolução pacífica de conflitos, bem como reduzir a sensação de impunidade.

Estratégias

- 1) Identificar o público alvo: grupos organizados do distrito que atuem na área de defesa de direitos, grupos de jovens organizados e lideranças comunitárias; professores da rede estadual e municipal; policiais e guardas civis.
- 2) Realizar curso de capacitação dos orientadores jurídicos populares. Os grupos poderão ser formados a partir da distribuição territorial, com o curso sendo realizado nos bairros mais próximos para cada grupo.
- 3) Orientar e apoiar os orientadores jurídicos em suas atividades de multiplicação.
- 4) Promover encontros entre os orientadores jurídicos, seminários, palestras e outras atividades de formação para complementar e fortalecer os conhecimentos adquiridos e as ações por eles desenvolvidas.
- 5) Avaliação do projeto.

Local

Regiões de maior vulnerabilidade social do distrito.

Responsável

Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Parceiros

- o Supervisão de Assistência Social – Subprefeitura de Guaianases,
- o Organizações da comunidade,
- o Polícias Civil e Militar,
- o Guarda Civil Metropolitana,
- o Poder Judiciário,
- o Ministério Público,

- o Secretaria de Justiça e Defesa e Cidadania do Estado,
- o Ordem dos Advogados do Brasil,
- o Faculdades de Direito,
- o Promotoras Legais Populares.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

Recursos

- o Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado,
- o Secretaria Especial para Participação e Parceria,
- o Ordem dos Advogados do Brasil.

Resultados Esperados

- o Acesso à justiça ampliado e qualificado em áreas de vulnerabilidade social e juvenil.
- o População local melhor capacitada para a afirmação de seus direitos sociais e o uso das instâncias legais disponíveis.
- o Redução da ocorrência de agressões e outros conflitos.
- o Maior articulação política das lideranças comunitárias locais.
- o Lideranças comunitárias locais e gestores de organizações mais conhecedores de direitos sociais e acesso à justiça.
- o Maior integração entre atores que desenvolvam trabalhos políticos e sociais de diferentes regiões do distrito.
- o Ações sociais planejadas e executadas por grupos constituídos ao longo do curso.

Indicadores de resultado

- o Número de orientadores jurídicos populares formados.
- o Número de entidades beneficiadas com a capacitação.
- o Número de grupos/cursos realizados.
- o Taxa de evasão.
- o Variação do número de agressões/lesões registradas.
- o Número de ações e atividades conjuntas realizadas pelos grupos constituídos nos cursos.

Desafio 1.2 – Promover a ocupação pacífica e segura de espaços coletivos.

A convivência numa comunidade se dá, sobretudo, nos espaços coletivos, nos quais as pessoas se encontram. Se a qualidade da convivência está implicada com esses espaços, qualquer ação de promoção do convívio pacífico deve também promovê-lo, através de sua ampliação e qualificação.

No âmbito do Projeto São Paulo em Paz, entendemos que a promoção da convivência pacífica tem mais relação com a qualidade de ocupação dos espaços, com o tipo de convivência a ser promovida do que com a simples criação e adequação dos ambientes físicos. Promover a cultura de paz entre as pessoas que gerirão e frequentarão esses espaços é um dos requisitos principais para que eles realmente se tornem e permaneçam como ambientes de convivência pacífica ao longo do tempo.

Para que os espaços públicos e coletivos, novos ou pré-existentes, sejam ocupados pacificamente, é necessário que neles sejam desenvolvidas atividades de lazer, esportes, cultura e participação comunitária, oferecendo segurança e a utilização democrática e participativa pelas diversas camadas da população, como idosos, crianças, jovens, mulheres, homens, respeitando-se as diferenças étnicas/raciais, religiosas, entre outras. Portanto, para além de uma política de segurança, estamos falando de uma política pública que garanta e promova direitos humanos e sociais a esses moradores.

Isso não significa que a ampliação e reforma dos espaços físicos de convivência não seja, em si, uma tarefa prioritária, uma vez que a escassez de espaços públicos destinados à convivência tem privado boa parte dos 175.632 habitantes do Lajeado do pleno exercício de uma série desses direitos, especialmente em regiões mais afastadas da área central, próxima à linha do trem, onde se concentram alguns equipamentos tais como o Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro.

Na área cultural, com exceção do CEU, há apenas uma biblioteca, também situada na parte central. Quanto aos equipamentos esportivos, o distrito dispõe somente de nove campos de futebol, os quais são, majoritariamente, ocupados por um público jovem e masculino. Assim, nas demais regiões, a população tem como referências unidades de saúde e escolas, municipais e estaduais; no entanto, em alguns casos, o trabalho de articulação e abertura para a comunidade dessas instituições tem encontrado limitações e dificuldades.

Existem poucas praças no Lajeado: cerca de 27 foram contabilizadas pela Subprefeitura de Guaianases. Frequentemente, estes espaços são depredados, acumulam lixo ou se transformam em locais de consumo e venda de drogas. Desse modo, deixam de ser utilizados pela maioria da população, se tornando ermos, gerando insegurança e propiciando atos de violência. A população local também utiliza, com maior ou menor intensidade, os espaços das organizações não-governamentais e de igrejas. Entre os espaços privados mais utilizados estão os bares e casas noturnas, como os forrós.

Os dados obtidos a partir do Sistema de Informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública - Infocrim (2006), apontam para uma concentração de crimes contra a pessoa às sextas-feiras, sábados e domingos, nos períodos da noite e da madrugada. Considerando que nesses momentos boa parte da população procura lazer e diversão, os espaços coletivos frequentados nessas ocasiões podem estar sendo cenário de conflitos, resolvidos com violência, dentro ou fora dos mesmos.

Confirma-se, portanto, a necessidade de qualificação da maior parte desses espaços públicos abertos e estabelecimentos privados para que possam vir a ser espaços de convivência pacífica. De modo geral falta, por parte do Poder Público e da comunidade, considerar esses locais estrategicamente, buscando acolher públicos diferentes e fazer deles lugares para a articulação coletiva e a efetiva celebração da vida comunitária. Uma política de promoção da convivência não pode deixar de lado, por fim, a ampliação dos laços afetivos dessa comunidade entre si e com os espaços, a partir de uma cultura de participação e de um sentimento de pertencimento em relação a eles.

Para enfrentarmos esses desafios nas regiões do distrito que mais sofrem com a escassez de espaços e de oportunidades de convivência, algumas delas distantes da região "central" do Lajeado, propomos a criação dos CONVIVE – Pólos de Convivência Pacífica, que consiste num projeto de convivência para determinados bairros, envolvendo integração dos espaços de convivência já existentes, concomitantemente à criação de novos espaços, potencializando a sua ocupação e utilização pelas populações locais por meio de um tipo de gestão comunitária que favoreça a apropriação e

fortalecimento do vínculo da comunidade em relação a esse conjunto de espaços. O projeto encontra-se explicado mais detalhadamente abaixo e nas ações 1,2 e 3 deste Desafio.

Resultados esperados

- Novos espaços criados.
- Espaços (novos e/ou já existentes) qualificados como ambiente de convivência pacífica.
- Sensação de segurança aumentada nesses locais.
- Uso mais intenso, pelas populações locais, dos espaços e atividades disponíveis.
- Redução dos atos de violência nesses locais.
- Melhoria estrutural e estética nos espaços selecionados para a intervenção.
- Maior interação entre comunidades de diferentes bairros.
- Mobilização da comunidade e Poder Público locais, para manutenção dos espaços ampliada e consolidada.
- Mudança da idéia de "espaço público, espaço de ninguém" para "espaço público, espaço de todos".

CONVIVE - Pólos de Convivência Pacífica

As Ações 1, 2 e 3, apresentadas a seguir, dizem respeito à proposta central deste Plano para promover a ocupação pacífica e segura de espaços coletivos no Lajeado, a criação do projeto CONVIVE - Pólos de Convivência Pacífica.

O Projeto CONVIVE consiste em uma metodologia de promoção e qualificação da convivência a partir de ações integradas numa determinada região. Os espaços de convivência qualificados, em linhas gerais, são aqueles onde os conflitos são resolvidos pacificamente, onde há respeito às diferenças, gestão coletiva, respeito à legalidade, promoção da vida comunitária e dos direitos humanos.

Os Pólos deverão ser constituídos, prioritariamente, nas áreas de maior vulnerabilidade social do distrito. No processo de elaboração deste plano, 4 regiões foram priorizadas, e, na maioria delas, a comunidade já foi mobilizada. São elas: 1. Jardim Fanganiello; 2. Jardim Centenário/ Jardim Etelvina; 3. Jardim 1º de Outubro/ Jardim Lourdes; 4. Jardim Aurora.

As ações previstas para os Pólos visam promover:

- a) A gestão comunitária dos espaços existentes em cada região, através da criação de uma comissão de promoção da convivência. Essa comissão, em parceria com o Poder Público, irá planejar a ocupação e uso dos espaços, promovendo atividades e levantando as principais demandas locais em relação à convivência. As ações devem visar o melhor aproveitamento dos espaços, a ocupação pacífica e democrática dos mesmos e a integração da comunidade. A comissão deve ser composta por lideranças e moradores da região; organizações comunitárias; representantes das unidades de saúde da região; representantes das escolas estaduais e municipais; e, caso existam outros equipamentos públicos, estes deverão estar representados. (Ver Ação 1).
- b) Aproximação entre o Poder Público local e a comissão. Supervisões como a de Esportes e a de Cultura do CASD devem ser responsabilizadas para dar o suporte necessário para as

comissões a desenvolver atividades. Por exemplo: ceder técnicos e viabilizar equipamentos para eventos. É importante que enviem representantes nas reuniões das comissões quando forem convidadas. (Ver Ação 1).

- c) Criação de um espaço de referência aberto para a comunidade. Em cada região, construir ou reformar um espaço de convivência. Para tanto, o Poder Público deve abrir o diálogo com a comunidade a partir da Comissão. Um exemplo é a reforma de uma praça, com a colocação de equipamentos (como uma quadra poliesportiva, pista e brinquedos), em conjunto com a comissão. Essa ação deve garantir que cada pólo possua um espaço, além do escolar, para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, de lazer, educação e/ou comunitárias. (Ver Ação 2).
- d) Instalar um Telecentro em cada região onde haverá o CONVIVE – Pólos de Convivência, como uma nova alternativa de promoção da convivência e de educação para os moradores. O Telecentro funcionará de forma integrada aos demais equipamentos de cada Pólo.
- e) Reformas urbanas - ações como iluminação, recolhimento de lixo e pavimentação de ruas, visando aumentar a sensação de segurança nessas regiões, especialmente no entorno do espaço de referência. (Ver Ação 2).
- f) Promover as escolas como espaços de referência para o convívio comunitário. Sendo um dos poucos espaços disponíveis, as escolas devem ter um papel central na promoção da convivência. Portanto, nas regiões priorizadas, elas devem intensificar o diálogo e abertura para a comunidade, visando a ocupação pelos moradores e profissionais, sem prejudicar as aulas e a aprendizagem dos seus alunos. Se necessário, poderão ocorrer reformas nesses espaços. Os alunos também devem ser incentivados a desenvolver atividades, de aula ou extra-aula, no espaço de referência. Isto implica no envolvimento dos gestores com a questão do convívio seguro na sua região. (Ver Ação 2).
- g) Intensificação do policiamento preventivo e ação da Guarda Civil Metropolitana nos pólos, especialmente no espaço de referência e nos equipamentos públicos. Essa ação deve ampliar a sensação de segurança. Deve haver a perspectiva de redução desse policiamento na medida em que os atos criminosos tenham redução nesses locais.

Espaços de convivência que constituiriam cada CONVIVE - Pólo de Convivência:

- CONVIVE do Jardim Aurora: englobaria o Centro Educacional Unificado – CEU Jambuí; os dois campos de futebol e a pista de *skate* ao lado do CEU; a área a ser arborizada onde será criada pista para caminhada ao redor do CEU; a pracinha que recentemente inaugurada com campo de bocha, quadra e parquinho; a Escola Estadual Major Cosme de Faria; as associações comunitárias do bairro.
- CONVIVE do Jardim 1º de Outubro/Jd. Lourdes: englobaria a Casa dos Meninos I; o Núcleo de Atendimento da Família da Associação de Voluntários Integrados no Brasil - AVIB; a Associação de Moradores do 1º de Outubro e outras associações da região; o Telecentro 1º de Outubro; a Escola Estadual Renée Calabrês; a Unidade de Saúde da Família 1º de outubro e eventualmente, a praça a ser criada no terreno conhecido como "terreno da PANCO" caso haja desapropriação do mesmo.
- CONVIVE do Jardim Etelvina: Praça a se reformada na R. Padre Nildo, Escola Estadual, EMEF João Ribeiro de Barros e as organizações e lideranças da região.

- CONVIVE do Jardim Fanganiello: Escola Estadual, Unidade Básica de Saúde, espaço de convivência a ser criado na Rua Francisco Capara, Associação de Mulheres do Jardim Fanganiello, Associação El Shadai, outras associações do bairro.

Ação 1 – Criar uma comissão de convivência pacífica em cada CONVIVE - Pólos de Convivência

Ao mesmo tempo em que podemos observar, em muitas comunidades como a do Lajeado, uma cultura de participação pouco consolidada, também encontramos, por parte do Poder Público, uma dificuldade de trabalhar de modo integrado com as populações locais. O histórico de políticas públicas concebidas 'de cima para baixo', contribui para a desmobilização desses moradores, que cultivam uma descrença em relação aos gestores públicos. Muitas vezes, vigora uma visão restrita de cidadania, cultivada por ambas as partes, que coloca o Estado como provedor.

Dentro de um trabalho de segurança pública, a mobilização da comunidade é um fator importante na medida em que possibilita que ela própria desenvolva mecanismos para lidar com os seus conflitos, para inibir atos violentos, e para conseguir realizar seus interesses. A articulação comunitária dialoga constantemente com a questão do sentimento de pertencimento em relação ao espaço, além de fortalecer os laços afetivos entre as pessoas. Por fim, possibilita que os membros dessa comunidade ganhem em autonomia e iniciativa, valorizando mais a própria vida e, conseqüentemente, a de seus pares.

No Lajeado há muitos espaços construídos pelo Poder Público para o convívio, que acabam por se degradar a partir de um mau uso por sua comunidade e da falta de um acompanhamento mais próximo dos diversos setores da Subprefeitura que poderiam dar suporte para uma ocupação democrática e pacífica. É comum, segundo os relatos, que grupos criminosos passem a utilizar esses espaços como ponto de consumo e venda de drogas. Quando isso ocorre, grande parte da população deixa de utilizar a área que, ao invés de representar uma oportunidade de convívio, vira motivo de insegurança.

A 'comissão de convivência pacífica' visa constituir esse espaço de participação dentro daquilo que chamamos "Pólos de convivência" do distrito, sendo um ponto de encontro e diálogo da comunidade entre si, com os profissionais que nela atuam, e com o poder público local.

Estratégias

- 1) Mobilizar a comunidade a partir de suas demandas e da criação ou reforma de um espaço de convívio.
- 2) Trabalhar em parceria com os programas 'Ação Família' (supervisionado pela Supervisão de Assistência Social – SAS, da Subprefeitura de Guaianases), 'Saúde da Família' (supervisionado pela Supervisão de Saúde de Guaianases), Agente Jovem e Pró-Jovem. A partir dos mesmos, mobilizar a comunidade.
- 3) Mobilizar os profissionais do Poder Público que atuam na região. Devem estar representadas as escolas, unidades de saúde e demais equipamentos.
- 4) Mapear os espaços de convivência existentes no bairro, identificando os potenciais e maiores problemas. Ex: bares, ruas de lazer, campos, praças, associações e escolas.
- 5) Projetar ações de melhoria da convivência, montando um planejamento de curto, médio e longo prazos. Apontar parceiros do Poder Público e da iniciativa privada.
- 6) Realizar reuniões periódicas com todos os integrantes.
- 7) Definir sub-comissões para executar ações.

- 8) Envolver os membros da comissão no projeto “Espaços da Paz” (ver Compromisso 1, Desafio 1, Ação 1), de qualificação dos espaços de convivência, de forma a receberem a certificação de que são espaços seguros e referências de promoção e disseminação da cultura de paz.

Locais

- 1) Jardim Fanganiello.
- 2) Jardim Centenário/ Jardim Etelvina.
- 3) Jardim 1º de Outubro/ Jardim Lourdes.
- 4) Jardim Aurora.

Responsável

Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento – CASD (Subprefeitura de Guaianases).

Parceiros

- o Lideranças locais.
- o Programa Ação Família.
- o Programa Agente Jovem.
- o Guarda Civil Metropolitana.
- o Polícias Civil e Militar.
- o Escolas estaduais e municipais.
- o Unidades Básicas de Saúde.
- o Empresas.

Prazo de execução

Ação de médio prazo.

- o Agosto de 2006 a fevereiro de 2007 – Constituição das comissões e início de suas atividades de planejamento.
- o Fevereiro de 2007 em diante – Início do desenvolvimento de ações de convivência e acompanhamento dos projetos de adequação, reforma ou construção de espaços.
- o Participação dos membros da comissão no projeto “Espaços da Paz” – a definir.

Recursos (possíveis fontes)

Ação de baixo custo. Os recursos podem ser captados localmente e também junto à Subprefeitura de Guaianases, especialmente à Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento para ações de cultura, esportes e lazer.

Resultados esperados

- o Planejamento para a melhoria da convivência construído.
- o Atividades realizadas pela comissão.
- o Comunidade e poder público participando das reuniões.
- o Maior integração entre os atores sociais.

Indicadores de Resultados

- o Presença nas reuniões das comissões de convivência de representantes da comunidade e do poder público.
- o Elaboração de relatórios de planejamento.
- o Número de atividades promovidas pela Comissão.

- o Percepção da comunidade.

Ação 2 – Criar e reformar espaços, tornando-os adequados para o convívio seguro e para práticas esportivas, culturais, de lazer e comunitárias.

O distrito do Lajeado tem um histórico de invasões, que ocuparam de forma desordenada e intensa os espaços disponíveis. Uma das conseqüências disso é a grande concentração demográfica, de 18.684 hab/km² (SEADE, 2006) e, ao mesmo tempo, a escassez de áreas públicas abertas para o uso destes moradores.

O Centro Educacional Unificado - CEU Jambreiro, que fica em uma das extremidades do Lajeado, não dá conta de atrair e absorver demanda da população, talvez pela dificuldade de locomoção até ele. Os campos de futebol e as escolas recebem boa parte dessa demanda, mas têm dificuldade em atendê-la de modo satisfatório, e alguns grupos ficam sem opções de lazer, dentre os quais destacamos meninas e mulheres.

Assim, torna-se importante aproveitar aquelas áreas que ainda estão livres, recuperando e criando espaços onde a própria comunidade possa desenvolver atividades, sentindo-se apropriada deles. Essa ação é ainda importante para promover os 'comitês de convivência' nas comunidades onde serão constituídos os CONVIVE - Pólos de Convivência.

Estratégias

- 1) Definir, em cada CONVIVE, um local de referência, o qual deve ser reformado para receber atividades. No Jardim Fanganiello já foi identificado um local, bem como no Jardim Centenário/ Jardim Etelvina, ambos terrenos públicos; no Jardim Aurora os locais já foram reformados pela Subprefeitura de Guaianases; no Jardim 1º de Outubro/ Jardim Lourdes falta identificar espaço mais adequado (alguns já foram levantados).
- 2) Realizar as reformas e construções em parceria com a 'comissão de convivência pacífica' da região, procurando atender, dentro do possível, os interesses e demandas dos moradores de cada região.
- 3) Promover melhorias urbanas no entorno (ex: vias, iluminação, recolhimento de lixo).
- 4) Qualificar os espaços envolvidos no Pólo de Convivência como espaços de convivência pacífica através do projeto "Espaços da Paz", tornando-os a referência de espaços seguros e de promoção da cultura de paz e da resolução pacífica de conflitos.
- 5) Favorecer o desenvolvimento de atividades integradas entre as escolas das regiões do 'Convive' e o novo espaço de convivência. A comunidade escolar deve utilizar o espaço para atividades de classe e extra-classe, trabalhando a questão da convivência.
- 6) Favorecer o desenvolvimento de ações integradas entre outros equipamentos públicos e organizações locais e comunitárias e o novo espaço de convivência. Esta integração deve se dar com o aproveitamento melhor do espaço da entidade/organização para atividades de convivência e também do novo espaço. Por exemplo, um festival cultural que tivesse uma exposição de artes plásticas na entidade comunitária, apresentações de música no espaço de referência de convivência e feira de livros na escola.
- 7) Aumentar o policiamento ostensivo e preventivo, bem como as rondas escolares nessas regiões.
- 8) Firmar parceria com o Programa "Praça Viva" (Secretaria Especial de Participação e Parceria).

Locais

- o Jardim Aurora: engloba o Centro Educacional Unificado – CEU Jambêiro; os dois campos de futebol e a pista de *skate* ao lado do CEU; a área a ser arborizada onde será criada pista para caminhada ao redor do CEU; a praça com quadra e parquinho; a Escola Estadual Major Cosme de Faria; as associações comunitárias do bairro.
- o Jardim 1º de Outubro/Jd. Lurdes: engloba a Casa dos Meninos I; o Núcleo de Atendimento da Família da Associação de Voluntários Integrados no Brasil - AVIB; a Associação de Moradores do 1º de Outubro e outras associações da região; o Telecentro 1º de Outubro; a Escola Estadual Renée Calabrês; a Unidade de Saúde da Família 1º de outubro e eventualmente, a praça a ser criada no terreno conhecido como “terreno da PANCO” caso haja desapropriação do mesmo.
- o Jardim Etelvina: engloba a praça a ser reformada na R. Padre Nildo, a Escola Estadual, a EMEF João Ribeiro de Barros e as organizações e lideranças da região.
- o Jardim Fanganiello: engloba a Escola Estadual, a Unidade Básica de Saúde, o espaço de convivência a ser criado na R. Francisco Capara, a Associação de Mulheres do Jardim Fanganiello, a Associação El Shadai (as duas últimas envolvidas na gestão comunitária).

Responsável

Subprefeitura de Guaianases (Coordenadoria de Projetos e Obras, Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano).

Parceiros

- o Comissões de Convivência,
- o Guarda Civil Metropolitana,
- o Secretaria Especial de Participação e Parceria
- o Polícias Civil e Militar,
- o Escolas estaduais e municipais,
- o Unidades Básicas de Saúde,
- o Empresas

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Fevereiro de 2007 em diante – Início de re-adequação, reforma ou construção de espaços.

Recursos

- o Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras,
- o Secretaria Especial de Participação e Parceria,
- o Subprefeitura de Guaianases,
- o Comerciantes locais.

Resultados Esperados

- o Espaços reformados e adaptados para o desenvolvimento de atividades.
- o Espaços sendo utilizados pela comunidade para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de lazer e/ou comunitárias.
- o Redução de crimes nos espaços e no seu entorno.
- o Comunidade escolar utilizando o espaço para trabalhar a convivência com os alunos.

Indicadores de Resultado

- o Reforma dos espaços.
- o Variação do número de ocorrências criminais.
- o Percepção da comunidade.
- o Número de atividades desenvolvidas nos espaços.
- o Freqüência nos espaços.

Ação 3 – Implementar Telecentros nos CONVIVE - Pólos de Convivência

A importância da inclusão digital no mundo contemporâneo é notória. Grandes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e própria Prefeitura Municipal de São Paulo têm realizado esforços para que as populações possam ter maior acesso às novas tecnologias, hoje fundamentais tanto no ensino formal quanto para a vida profissional e o lazer.

Uma das principais demandas das comunidades, sobretudo dos jovens, são os Telecentros. O Lajeado possui quatro unidades, mas, segundo os moradores, a dificuldade de locomoção e o próprio espaço físico destes Telecentros, dificultam o acesso. Considerando a densidade populacional e a vulnerabilidade social desta região, faz-se necessário que novas unidades sejam implantadas.

Dentro da concepção do CONVIVE - Pólos de Convivência criam-se as condições necessárias para que estes Telecentros sejam bem aproveitados pela população, ajudando a promover a convivência pacífica nessas regiões.

Estratégias

- 1) Identificar locais e parceiros a partir das 'comissões de convivência'.
- 2) Abrir os Telecentros em horários e dias com concentração de crimes (sexta, sábado e domingo, nos períodos da noite e da madrugada).
- 3) Integrar os Telecentros com os demais equipamentos da região, como as escolas.
- 4) Procurar organizações parceiras ou profissionais, estagiários e/ou voluntários na área de comunicação para desenvolver projetos de comunicação com os jovens. Ex: jornal de bairro, *fanzines*, construção de *sites*, etc.

Locais

- o Jardim Fanganiello (Associação Beneficente El Shaday ou Escola Estadual Pedro Geraldo Costa);
- o Jardim Centenário/ Jardim Etelvina (antigo vestiário do Campo do Jardim Centenário, Paróquia Bom Pastor);
- o Jardim 1º de Outubro/ Jardim Lourdes (a identificar);
- o Jardim Aurora (a identificar).

Responsável

Secretaria Especial de Participação e Parceria.

Parceiros

- o Subprefeitura de Guaianases,
- o Organizações locais,
- o Equipamentos públicos locais.

Prazo de execução

Ação de curto prazo.

Recursos (Possíveis fontes)

Secretaria Especial de Participação e Parceria.

Resultados esperados

- o Telecentros implantados nas regiões dos CONVIVE - Pólos de Convivência.
- o Inclusão digital de uma parcela maior da população nas regiões dos CONVIVE -Pólos de Convivência.
- o Telecentros integrados com equipamentos do entorno.

Indicadores de resultado

- o Número de Telecentros implantados.
- o Registros e relatório de atividades dos Telecentros.
- o Frequência de uso de jovens e adolescentes.
- o Frequência de uso geral.
- o Variação nos números de 'alfabetização digital' na região.

Ação 4 – Criar um Centro Cultural

Os únicos equipamentos culturais presentes no distrito são a biblioteca e o Centro Educacional Unificado - CEU. Um centro cultural consistiria em um espaço diferenciado de convivência para a comunidade e foi demandado por diversos atores sociais, nos Grupos de Trabalho criados para elaboração de propostas deste Plano, e em outros momentos de interlocução. Atividades culturais e artísticas são muito reivindicadas pelos jovens.

O diagnóstico apontou a necessidade de que haja outras alternativas de convivência para jovens, complementares ao ambiente escolar, atualmente a principal, senão única, oportunidade de convívio. Apontou também, para a necessidade da oferta de oportunidades para que crianças e jovens possam se desenvolver e efetivar seus potenciais. Esse espaço poderia servir a esses dois fins.

Nesse sentido, além de um espaço de fruição e estudo, o Centro Cultural deveria oferecer também prática das linguagens artísticas, com atividades de educação pela arte para crianças e jovens, pois algumas metodologias desse tipo de educação são vias privilegiadas de promoção de desenvolvimento.

A criação do Centro Cultural se beneficia do fato de o Plano Diretor já prever, em área da Rua Antonio Tadeu, a construção de um equipamento voltado para a área cultural, a partir da aquisição do terreno pelo Poder Público.

Estratégias

- 1) Reformar o espaço para torná-lo adequado ao desenvolvimento de atividades artísticas.
- 2) Manter uma programação de atividades com shows, cursos e oficinas, abertos à comunidade.
- 3) Valorizar os artistas e profissionais da comunidade.
- 4) Desenvolver atividades de "educação pela arte" para crianças, adolescentes e jovens.

- 5) Envolver a Secretaria Municipal de Cultura, e outras organizações ligadas à cultura, para viabilizar o financiamento, gestão e desenvolvimento de exposições, espetáculos e atividades.

Local

Possibilidades: Terreno na Rua Antônio Tadeu (previsto no Plano Diretor); ou prédio da Antiga Estação de Trem; ou prédio da Antiga Subprefeitura; ou galpão da Cohab Miguel Ackel.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Cultura
- o Subprefeitura de Guaianases.

Parceiros

- o Organizações locais,
- o Organizações não-governamentais que trabalham com o tema
- o Artistas locais.

Prazo de execução

Ação de longo prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Cultura,
- o Subprefeitura de Guaianases,
- o Iniciativa privada.

Resultados esperados

- o Espaço do Centro Cultural construído/reformado.
- o Atividades culturais sendo oferecidas à comunidade.
- o Membros da comunidade participando das atividades do Centro Cultural.

Indicadores de resultado

- o Implantação do Centro Cultural.
- o Número e diversidade de atividades promovidas.
- o Número de participantes das atividades.
- o Número de freqüentadores do Centro Cultural.

Ação 5 – Aumentar o aproveitamento das atividades do Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro

O Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro é o maior espaço existente na região para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, sócio-educativas e de lazer. Este possui 3 quadras poliesportivas, 2 campos de futebol, anfiteatro para 450 pessoas e escolas, entre outros espaços. No início de agosto de 2006, havia 30 oficinas promovendo diversas atividades, contudo muitas delas tinham pouca procura.

A avaliação dos próprios gestores é de que, tendo em vista o seu potencial, o equipamento tem tido um aproveitamento abaixo esperado e do necessário para cumprir seus objetivos. Um dos motivos seria o fato de o CEU estar localizado em uma extremidade do distrito, tornando difícil o acesso para a maior parte da

população. Para os jovens, que tem como característica a sua territorialização, essa distância é um obstáculo ainda maior. A dificuldade de fazer as informações chegarem ao público e de sensibilizar a população com tão poucos recursos e estímulos também podem ser apontados como possíveis causas dessa baixa adesão.

Alguns esforços estão sendo feitos para, em especial, conseguir atrair a população mais jovem, como a abertura para formaturas. Contudo essas iniciativas, que muitas vezes esbarram na burocracia do equipamento, ainda são insuficientes para fazer o espaço cumprir o seu potencial para a comunidade do Lajeado. O melhor aproveitamento depende, sobretudo, da capacidade do CEU se aproximar da população, estabelecendo parcerias, e facilitar o acesso a suas instalações

Estratégias

- 1) Divulgar as atividades, utilizando os jovens e os espaços escolares como intermediários, através de uma parceria com os grêmios escolares e o Projeto Educom.
- 2) Trabalhar, ainda, com o Programa Agente Jovem e outros grupos juvenis, que atuariam como multiplicadores de informações e sensibilizadores.
- 3) Firmar parceria com o Programa Ação Família para a disseminação de informações junto às famílias.
- 4) Implementar uma linha de transporte gratuito circular para levar jovens de regiões mais distantes para o Centro Educacional Unificado – CEU Jambeiro. Essa linha pode ser diária, ou em dias e horários específicos, principalmente nos finais de semana.

Local

Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro e bairros de maior vulnerabilidade social.

Responsável

- o CEU Jambeiro
- o São Paulo Transporte S. A.- SPTrans.

Parceiros

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2,
- o Programa Educom,
- o Programa Agente Jovem,
- o Programa Ação Família,
- o Grêmios estudantis.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Transportes,
- o Empresas de transporte que atuam no Lajeado.

Resultados Esperados

- o Maior número de pessoas freqüentando as atividades do Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro.

- o População do distrito com maior acesso a atividades de cultura, esportes, lazer, sócio-educativas e comunitárias.
- o Linha de transporte para o Centro Educacional Unificado - CEU Jambeiro.

Indicadores de Resultado

- o Variação da frequência nas atividades do CEU Jambeiro.
- o Número de linhas de transporte para o CEU criadas e adaptadas.
- o Número de passageiros utilizando as linhas de transporte.

COMPROMISSO 2 – REDUZIR O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA.

Desafio 2.1 – Reduzir situações de crime e violência envolvendo adolescentes e jovens.

O Brasil possui, notadamente, uma população bastante jovem, com uma parcela significativa concentrada nas faixas entre a adolescência e o início da vida adulta cerca de 28% de sua população está compreendida na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade¹². Este fenômeno apresenta facetas bastante positivas, no entanto, dentro do contexto da violência urbana, o jovem tem ocupado também um lugar preocupante. Segundo dados do IBGE, cerca de 70% dos homicídios no país vitimam brasileiros na mesma faixa etária. Os dados disponíveis indicam, ainda, que os autores desses homicídios e outros atos violentos são, freqüentemente, também jovens.

No distrito do Lajeado, essa premissa é confirmada, por exemplo, pelo Pro Aim¹³, de acordo com o qual 74,5% dos homens mortos no período entre 2000 e 2005 tinham entre 15 e 34 anos. Entre estes, 58,4% tinham até 24 anos de idade.

Há, no distrito, contudo, um diferencial em relação às outras regiões do município de São Paulo: o fato de a população estar especialmente concentrada entre os 0 e 14 anos de idade, o que nos impele a focar também a questão da infância e adolescência e sua possível interface com o problema da violência.

Os profissionais que trabalham com essas populações são enfáticos em apontar o problema do envolvimento de adolescentes e jovens com o consumo e comercialização de entorpecentes, o que facilitaria sua exploração em alguns casos - exploração sexual, por exemplo - e sua inserção em outras situações de violência. É necessário, entretanto, ressaltar que a maioria dos jovens não está envolvida com atos criminosos ou de delinquência e sofre bastante com a estigmatização e o preconceito.

Sendo os principais equipamentos públicos que atendem maciçamente a população jovem, as escolas têm também sofrido com o problema da violência. Invasões, depredações, consumo de drogas e, em especial, as mais variadas formas de agressão entre alunos, e entre estes e professores, foram relatadas nas nossas visitas e reuniões. Também há muitas menções a relações conflituosas entre alguns pais, familiares de alunos, e outros membros da comunidade, e a escola.

Não menos grave é a questão da violência doméstica, intra-familiar e de gênero, cujas implicações estão diretamente relacionadas a este Desafio, mas que será mais detalhada no Compromisso 3 deste Plano.

Como se vê, o envolvimento de jovens, adolescentes e mesmo crianças em situações de violência e de não conformidade à legalidade e moralidade vigentes, como vítimas ou agressores, assume variadas formas. Resta o problema, não totalmente resolvido por especialistas das áreas de segurança pública e de juventude, de compreender os fatores que implicam numa maior suscetibilidade, por parte de alguns adolescente e jovens, a se envolverem em situações de violência. Indicadores de vulnerabilidade juvenil e indicadores sociais não parecem ser capazes, isoladamente, de explicar o fenômeno.

¹² Fonte: Censo 2000 (IBGE).

¹³ Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde.

O trabalho de alguns importantes pensadores destas áreas temáticas nos indica que parece haver uma combinação de fatores internos e externos ao indivíduo, que, no entanto, não são separados de forma estanque, mas, ao contrário, devem ser vistos como dimensões que se inter-relacionam.

Ao chegar na adolescência, ou mesmo antes dela, a forma como ocorrerá a combinação desses dois conjuntos de fatores pode gerar uma maior vulnerabilidade a situações de risco e de violência. De um lado, estão as circunstâncias externas, os fatores culturais, sociais e econômicas que conformam nossa sociedade atual, e que participam da formação de cada indivíduo, de cada jovem, bem como as oportunidades e obstáculos que ele encontra ao longo de sua vida. O outro aspecto a ser levado em conta é o grau de desenvolvimento pessoal, o grau de maturidade para compreender o mundo à sua volta e agir diante dele, a capacidade de fazer escolhas, que o adolescente ou jovem já atingiu. Os elementos que compõem o desenvolvimento pessoal do jovem, em sua trajetória para uma vida mais autônoma são a formação da identidade, a auto-estima, o auto-conceito, a auto-confiança, a visão destemida do futuro, a formação de um querer ser, o que possibilitará a construção de um projeto de vida, a atribuição de um sentido para a vida, favorecendo a autodeterminação (a capacidade de conduzir-se a si próprio), e, ainda, o grau de resiliência (capacidade de suportar as adversidades e de crescer em circunstâncias difíceis) de cada indivíduo¹⁴. O nível de desenvolvimento pessoal nos ajuda a compreender, ao menos em parte, por que, diante das mesmas situações alguns adolescentes e jovens encontram-se mais vulneráveis do que outros.

Luiz Eduardo Soares descreve os mecanismos e circunstâncias gerados em nossa sociedade atual que facilitam o envolvimento desses jovens, em situação de dificuldade pessoal e social, com a violência e a ilicitude. Dois fenômenos muito peculiares ao jovem das periferias brasileiras, a invisibilidade social e a estigmatização seriam chaves para a compreensão deste processo.

O primeiro diz sobre a precariedade dos vínculos sociais dos jovens, principalmente os moradores de regiões periféricas: a valorização excessiva do consumo se confronta com a pobreza reinante nestas regiões, influenciando na auto-estima dos jovens que não conseguem obter os símbolos de consumo que compõem as construções identitárias mais desejadas. A auto-estima degradada, por sua vez, é reforçada quando a estrutura familiar é precária e as referências para que estes adolescentes e jovens construam projetos de vida viáveis praticamente não existem. Nesse contexto, o adolescente e o jovem se tornam socialmente invisíveis: sua presença no ambiente familiar ou no convívio social, em muitos casos, não é vista como uma potencialidade e ele, por sua vez, não é encarado como um sujeito que desperte afetos ou simplesmente que tenha direitos a serem garantidos. A indiferença é a marca do seu cotidiano.

Quase como ato-contínuo desta invisibilidade, vem a estigmatização: em nossa cultura, os jovens das camadas populares, principalmente os do sexo masculino e negros, são freqüentemente vistos como uma potencial ameaça, não como cidadãos. Se este jovem não encontra apoio na família ou na escola, que também por vezes o vêem com desconfiança ou descaso, reforçando sua auto-imagem negativa, e, por fim, nas ruas ele se torna uma ameaça, sujeito aos olhares de medo e às abordagens violentas da polícia (fato relatado nas conversas informais e grupos de trabalho realizados com adolescentes e jovens), o jovem que não atingiu determinado grau de desenvolvimento pessoal e de resiliência, está sujeito a incorporar e responder ao estigma, reforçando-o. Ele passa a agir, portanto, de acordo com o que dele, social e culturalmente, se espera.

¹⁴ Ver COSTA, Antonio Carlos Gomes da. "Da heteronomia à autonomia: o desenvolvimento pessoal e social do adolescente". In *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Fundação Odebrecht, 2000.

A "saída" encontrada por muitos desses adolescentes e jovens para lidar com este ciclo perverso é romper a invisibilidade adotando a violência como norma de conduta social. Se a indiferença é um fato, a forma de superá-la é pela violência, que desperta a atenção para este jovem através do medo, da subjugação, da imposição da presença pela força. A atuação desta forma de superação da invisibilidade, por seu turno, reforça o estigma do jovem como potencial delinqüente, num ciclo perverso que se alimenta cotidianamente.

Para romper esta dinâmica, o Poder Público tem a responsabilidade de, no seu âmbito de atuação, superar a lógica que pressupõe o controle destes jovens para a de garantia de direitos. A implementação de ações que garantam um mínimo de possibilidades de construção identitária e de projetos de vida fora do contexto da criminalidade e da violência e que, por outro lado, reconheçam o jovem como sujeito de direitos e portador de potencialidades socialmente desejáveis, apontam alternativas ao envolvimento com situações de violência.

Evidencia-se, neste contexto, a necessidade de que se desenvolvam políticas públicas de segurança que tratem de maneira diferenciada, especializada e prioritária este segmento da sociedade brasileira combinadas a políticas de desenvolvimento (ver Desafio 2 abaixo), especialmente voltadas para os jovens adultos, entre 18 e 29 anos, para os quais há pouquíssimos programas e projetos específicos.

Resultados esperados

- Redução do número de crianças, adolescentes e jovens vítimas de violência (casos de homicídios, lesão corporal, e violência policial).
- Redução de atos violentos praticados por adolescentes e jovens.
- Redução do número de adolescentes em conflito com a lei.
- Redução do número de crimes praticados por jovens.
- Reduzir a estigmatização de adolescentes e jovens (senso comum de que jovem é somente autor de crimes e atos violentos).

Ação 1 – Desenvolver uma campanha de repúdio ao uso das armas de fogo por adolescentes e jovens.

No Brasil, todos os anos, mais de 36 mil pessoas perdem suas vidas por causa de uma arma de fogo. Dados da Organização Mundial de Saúde¹⁵ mostram que as mortes por armas de fogo são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos, resultado de conflitos banais (brigas, discussões e bate-bocas). Quando as armas de fogo estão presentes em situações de briga e desentendimentos, aumenta muito a chance desses conflitos terminarem em morte violenta.

Também segundo dados do ISER (SUS, 2002), de todas as mortes (naturais ou por causas externas) dos jovens brasileiros (15 a 24 anos), 38,8% acontecem por armas de fogo. Além disso, outra pesquisa do ISER (Brasil: as armas e as vítimas, 2005) demonstra que a taxa de mortes por arma de fogo no Brasil é de 21,8 por 100 mil habitantes e entre homens de 20 a 29 anos esta taxa é 5 vezes maior: 103,1 por 100 mil habitantes.

Estima-se, ainda, que o número total de armas em circulação no Brasil (ISER-Small Arms Survey, 2005) seja de 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), ou seja, os 90% restantes estão em mãos civis.

¹⁵ Relatório "Mortes por armas de fogo no Brasil", 2005.

Além desse quadro estatístico, que demonstra a situação das armas de fogo no Brasil, é importante ressaltar o papel simbólico que as armas de fogo têm entre os adolescentes e jovens. Principalmente os meninos jovens, muitas vezes acham que ter uma arma é sinal de masculinidade, que é "bacana" e que assim demonstram poder, ganham respeito e admiração.

Para lidar com a presença das armas de fogo nos conflitos letais e com a valorização simbólica atribuída a estas por meninos e meninas, adolescentes e jovens, é preciso desenvolver ações que promovam a reflexão e o questionamento sobre o uso da arma de fogo, tanto entre os meninos como entre as meninas – que acabam muitas vezes contribuindo para essa valorização do "masculino, forte, que usa arma". Coloca-se, então, a necessidade de realizar uma ação de conscientização do público jovem em relação aos significados e conseqüências da presença de armas de fogo na comunidade, a partir de um trabalho mais abrangente de disseminação e debate de informações sobre o tema.

Estratégias

- 1) Mobilizar grupos de adolescentes e jovens para fazer discussões e/ou outras dinâmicas (teatro, dança, etc.) promovendo a reflexão sobre o uso da arma e a "cultura do machão".
- 2) Mobilizar grupos específicos de meninas adolescentes e jovens para promover a reflexão e a crítica sobre "porque valorizar um menino que usa armas?".
- 3) Realizar debates sobre violência e armas de fogo a partir de filmes.
- 4) Aproveitar as discussões realizadas nos grupos para pensar o formato da campanha;
- 5) Desenvolver materiais de comunicação (filme, cartazes, *folders*, *spot* para rádio, outros).
- 6) Realizar eventos como *shows*, gincanas, performances teatrais para divulgar a campanha.

Local

- o Escolas, entidades, Centros Educacionais Unificados (CEUS) e outros locais em que os jovens se encontram para realizar os grupos.
- o Espaços de mídia, local e grande mídia, para veiculação da campanha.
- o Espaços para shows e eventos dos distritos.

Responsável

Coordenadoria da Juventude (Secretaria Especial de Participação e Parceria).

Parceiros

- o Agências de publicidade,
- o Instituto Sou da Paz

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

- o Realização dos grupos com jovens – 6 meses – janeiro a junho de 2007.
- o Elaboração do material de comunicação – 3 meses – janeiro a março de 2007.
- o Realização dos eventos de divulgação da campanha – 3 meses – abril a junho de 2007.

Recursos (possíveis fontes)

Prefeitura do Município de São Paulo.

Resultados Esperados

- o Jovens utilizando menos armas.

- o Meninas valorizando comportamentos diversos do comportamento agressivo.
- o Diminuição dos homicídios de jovens.
- o Diminuição dos homicídios praticados por jovens.

Indicadores de resultado

- o Número de armas apreendidas com adolescentes e jovens.
- o Número de homicídios de jovens por arma de fogo.
- o Número dos homicídios praticados por jovens, por arma de fogo.
- o Número de jovens que freqüentaram os grupos de discussão.

Ação 2 – Criar um sistema de monitoramento e encaminhamento de adolescentes em Medida Sócio-Educativa.

A articulação do Poder Público e da comunidade local com o atendimento e acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio Educativas contribui para o mapeamento individual e coletivo destes adolescentes em conflito com a lei, seja fornecendo dados sobre desempenho escolar e histórico de saúde, por exemplo, seja proporcionando alternativas de encaminhamento para PSC (Prestação de Serviços Comunitários) e outras possibilidades de ressocialização com potencial de evitar, ou pelo menos diminuir, a ocorrência de evasão escolar, reincidência em atos infracionais, exposição a situações de risco de violência destes adolescentes.

Promovendo esta articulação e monitoramento, otimiza-se o trabalho das entidades responsáveis pelo acompanhamento das medidas sócio-educativas no distrito e, ao mesmo tempo, diminui-se a estigmatização dos adolescentes em conflito com a lei, o que é importante fator de prevenção da violência.

No Lajeado, os casos de Liberdade Assistida são atendidos pela Comunidade Kolping, que recebeu, em 2005, 500 adolescentes e jovens. A prestação de serviços comunitários é mediada pelo Centro de Referência de Assistência Social, que recebeu 57 adolescentes e jovens, do início de 2006 até junho do mesmo ano. Ambas são acompanhadas pela Supervisão de Assistência Social de Guaianases.

Segundo os questionários e relatos colhidos, essas instituições encontram dificuldades em apoiar esses jovens, sobretudo no sentido de garantir sua escolarização, oferecer opções de capacitação profissional e inserção produtiva e realizar um trabalho de acompanhamento, ao final da medida, dando o suporte adequado para que estes adolescentes e jovens possam construir novos projetos de vida.

Também existe a necessidade de ampliar e qualificar os dados produzidos, articulando as diferentes instituições e órgãos que atendem esse público.

Estratégias

- 1) Conceber um modelo de monitoramento que envolva o Poder Público, entidades voltadas ao trabalho com adolescentes, associações de bairro, lideranças comunitárias, pais e representantes dos adolescentes em Medidas Sócio Educativas, que defina objetivos concretos e prioridades de ação. É fundamental que se consolide o fluxo de informações sobre o percurso do adolescente desde a ocorrência da infração até depois de terminada a medida, com acompanhamento da inserção do adolescente ou da reincidência.

- 2) Promover reuniões e campanhas de âmbito local para a sensibilização de empresas e equipamentos públicos do distrito sobre a importância do acolhimento dos adolescentes em Medida Sócio Educativa, principalmente os prestadores de serviços comunitários.
- 3) Envolver as escolas estaduais e municipais nesse sistema de monitoramento, para o estabelecimento de um "fluxo de dados" entre as escolas e as entidades envolvidas sobre os adolescentes em Medidas Sócio-Educativas.
- 4) Definição de objetivos, metas, áreas de atuação, ações, resultados esperados e prazos para o monitoramento em seu primeiro ano de implementação.
- 5) Mobilizar as mídias locais para divulgação destas atividades, contribuindo para a diminuição da estigmatização dos adolescentes em Medidas Sócio Educativas.
- 6) Promover reuniões com "grupos focais" para avaliação das atividades de monitoramento e seus resultados, coleta de dados e informações sobre novas demandas, situações de risco e potencialidades de intervenção.
- 7) Integrar os diferentes órgãos e instituições que trabalham com esses adolescentes e jovens.

Local

Todo o distrito do Lajeado.

Responsáveis

- o Conselho Tutelar do Lajeado;
- o Subprefeitura de Guaianases – Supervisão de Assistência Social (SAS);
- o Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases.

Parceiros

- o Escolas Estaduais e Municipais;
- o Unidades Básicas de Saúde e demais equipamentos da Coordenadoria de Saúde de Guaianases;
- o Polícias Civil e Militar
- o Guarda Civil Metropolitana;
- o Núcleos Sócio-Educativos;
- o Rede Social; Fórum da Criança e do Adolescente do Lajeado;
- o Ministério Público
- o Poder Judiciário Estadual;
- o Demais instituições de atendimento a crianças e adolescentes.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Término da concepção do projeto de monitoramento: janeiro de 2007.
- o Definição de responsáveis e parceiros: fevereiro de 2007.
- o Realização da primeira reunião dos participantes da rede: março de 2007.
- o Definição de dados e indicadores que comporão a primeira base do "fluxo de informações" e regras para sua divulgação e manutenção: maio de 2007.
- o Definição de objetivos, metas, áreas de atuação, ações, resultados esperados e prazos para as atividades de monitoramento em seu primeiro ano: maio de 2007.
- o Início das atividades de monitoramento: julho de 2007.

Recursos (possíveis fontes)

- o Fundação ABRINQ; SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

- o Secretarias Municipal de Educação
- o Secretaria de Educação do Estado de São Paulo;
- o Comércio e empresariado do distrito.

Resultados esperados

- o Articulação entre Políticas Públicas e Projetos Sociais para ações conjuntas voltadas para adolescentes em conflito com a lei.
- o Otimização dos resultados de trabalho de cada entidade/instituição envolvida nas atividades de monitoramento.
- o Diminuição dos índices de evasão escolar, gravidez na adolescência, reincidência médica, atos infracionais e homicídios entre os adolescentes atendidos.
- o Consolidação de um ciclo de atendimento e monitoramento dos adolescentes em MSE e em outras situações definidas pela rede como passíveis de intervenção, que promova os direitos destes adolescentes e seu protagonismo.
- o Diminuição da resistência de entidades, empresas e equipamentos públicos em acolher e trabalhar com adolescentes em MSE.
- o Diminuição da vulnerabilidade juvenil, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (Fundação SEADE), no distrito do Lajeado.
- o Diminuição da reincidência

Indicadores de resultado

- o Número de entidades envolvidas no monitoramento.
- o Número de adolescentes beneficiados pela ação.
- o Número de atividades conjuntas realizadas pelos parceiros desta ação e respectivo número de adolescentes participantes e/ou beneficiados.
- o Variação dos índices de evasão escolar, agressão, atos infracionais e homicídios entre adolescentes no distrito do Lajeado.
- o Variação dos números de reincidência.

Ação 3 – Criar mecanismos de aproximação entre jovens e agentes de segurança.

Os jovens da periferia constituem, hoje, um dos principais alvos de violência policial. Em escutas na comunidade, a população jovem trouxe para a discussão relatos de situações de violência, agressão verbal, física e assédio sexual de autoria de agentes de segurança, nas ruas e em escolas. Junto aos relatos, manifestações de descrença e repúdio a estes atores apontam uma imagem negativa do jovem sobre os representantes de instituições policiais, vinculadas à idéia de corrupção, abuso de poder e desrespeito à lei.

Esta ação visa promover a aproximação entre jovens e as instituições policiais e vice-versa, de modo a romper alguns preconceitos e comportamentos arraigados e possibilitar que a relação entre eles se reconstrua de maneira mais respeitosa e segura.

Estratégias

- o Promover eventos culturais, esportivos e recreativos, periódicos, organizados e protagonizados por jovens e agentes de segurança, onde todos participem de forma igualitária.
- o Promover encontros periódicos voltados para a organização dos eventos, que viabilizem a troca de conhecimento através de atividades artísticas e culturais.

- o Divulgar as ações via Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), pela Companhia de Polícia Militar e pelo Distrito Policial de Lajeado.
- o Utilizar espaços públicos para a realização de encontros e eventos com a participação das polícias da comunidade.
- o Envolver polícias e Guarda Civil Metropolitana nas comissões de convivência pacífica nos CONVIVE - 'Pólos de Convivência'.

Local

Nos bairros de maior vulnerabilidade social e juvenil do distrito.

Responsáveis

- o Guarda Civil Metropolitana;
- o Polícias Militar e Civil.

Parceiros

- o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) do Lajeado;
- o Escolas Estaduais e Municipais do distrito;
- o Núcleos Sócio-Educativos;
- o Associações comunitárias;
- o Instituto Sou da Paz;
- o Coordenadoria de Ação Social e desenvolvimento.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- o Iniciativa privada.

Resultados esperados

- o Redução da violência entre adolescentes, jovens e agentes de segurança pública;
- o Relação entre jovens e agentes de segurança pautadas pelo respeito aos direitos humanos e cumprimento da lei;
- o Aumento da confiança entre policiais e adolescentes e jovens;
- o Mudança na percepção de policiais a respeito dos adolescentes e jovens.
- o Mudança na percepção de adolescentes e jovens a respeito dos policiais.

Indicadores de resultado

- o Número de eventos realizados.
- o Número de jovens participantes.
- o Número de agentes de segurança participantes.
- o Frequência nos eventos.
- o Grau de confiança entre policiais e adolescentes e jovens.
- o Percepção de policiais a respeito dos adolescentes e jovens.
- o Percepção de adolescentes e jovens a respeito dos policiais.

Desafio 2.2 – Promover oportunidades de desenvolvimento para jovens.

No Distrito do Lajeado, a proporção de crianças, adolescentes e jovens na população total é bastante significativa: mais de 50% do total de habitantes estão na faixa etária entre 0 e 24 anos, especialmente concentrados entre 0 e 14 anos, considerando ainda o fato de que todas as crianças e adolescentes encontram-se em situação peculiar de desenvolvimento físico, psíquico e social.

Embora este fenômeno tenha aspectos muito positivos, uma das maiores preocupações dos moradores e lideranças do distrito com os quais conversamos, bem como dos agentes do Poder Público, é justamente com as novas gerações, sua segurança e seu desenvolvimento. A escassez de oportunidades de desenvolvimento de seus potenciais, nas esferas pessoal, social e para a vida produtiva talvez seja a maior dessas preocupações, pois os adultos vislumbram um futuro incerto para muitos desses jovens.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil, elaborado pela Fundação SEADE no ano de 2000, classificava a subprefeitura de Guaianases na 69ª posição no município de São Paulo, numa escala de 1 a 100, da melhor para a pior colocação, situando o Lajeado entre os 19 distritos que compõem o grupo 5, de maior vulnerabilidade juvenil na cidade. Dentre os indicadores utilizados, podemos destacar que, dos jovens de 15 a 17 anos, 32,05% não freqüentavam a escola, o sétimo maior percentual da Capital, e que o distrito estava entre os cinco maiores percentuais de proporção de jovens de 18 a 19 anos que não concluíram o ensino fundamental. Dados mais atuais, extraídos do SIM Direitos Humanos¹⁶, apontam mais problemas relacionados à escolaridade: o percentual de alunos com defasagem idade/série no Ensino Médio, em 2004, era de 39,07%, a 4ª pior taxa da cidade e o percentual de não aprovação (evasão e reprovação) no Ensino Médio nas escolas, estaduais e particulares era de 23,98%, também o 4º pior percentual dentre todas as Subprefeituras.

A escola e as demais instituições tiveram dificuldade de se preparar para responder suficientemente às novas demandas sociais e a uma população jovem tão numerosa, especialmente a partir de meados dos anos 90. Em se tratando de atividades complementares à escola, o número de projetos e programas, governamentais ou comunitários, oferecidos no Lajeado é extremamente reduzido¹⁷.

Esses fatores, associados à crise de valores, à desestruturação da família, ao preconceito, à invisibilidade e a estigmatização que sofrem os jovens pobres, moradores das periferias brasileiras, em geral, e o jovem do distrito do Lajeado, em particular, são, possivelmente, facilitadores do aliciamento por grupos de criminosos para todo o tipo de exploração e atividade ilícita, da exploração sexual ao tráfico de entorpecentes. Cabe ressaltar que a maioria dos jovens, que não está diretamente envolvida com tais grupos, também é freqüentemente prejudicada por essa visão negativa e estigmatizadora.

Em um contexto, de escassas oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e produtivo, muitos jovens têm dificuldade de olhar o futuro, construir seus projetos de vida e começar a caminhar de forma autodeterminada em direção seus sonhos e objetivos. Aumenta, portanto, a suscetibilidade a “se deixar conduzir” mais do que “começar a conduzir-se”, ao imediatismo, e a disponibilidade para “o que rolar”. O envolvimento dos jovens com condutas anômalas em relação à moralidade e à legalidade vigentes, situações de violência, criminalidade e práticas autodestrutivas normalmente se dá nesse vácuo de sentido e de desenvolvimento pessoal.

¹⁶ SIM DH. Dados do Censo Escolar de 2004.

¹⁷ Para maiores dados e informações sobre os programas, projetos e equipamentos públicos atualmente existentes no Lajeado, ver Diagnóstico da Situação de Violência - Distrito do Lajeado, produto da primeira etapa do Projeto São Paulo em Paz.

Esse quadro se agrava devido a algumas concepções equivocadas ainda fortemente presentes em nossa sociedade e mesmo nas iniciativas estatais, descritas pelo pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa: *"...ainda está longe, muito longe, de ser instaurada de forma definitiva na consciência social de nossa elite a visão de que cada jovem tem um potencial e de que desenvolvê-lo é um dever e um direito seu, para o que necessita de oportunidades."*¹⁸ Isso por que, não se consolidou ainda a visão desse jovem como sujeito de direitos e como pessoa dotada de potenciais, o que se reflete nas estratégias para se trabalhar com essa população.

O caminho para a superação dessa visão que segrega o jovem e não o vê integralmente como pessoa, é, portanto, inicialmente a mudança de olhar sobre os adolescentes e jovens moradores da periferia, de "problema" e "risco" a sujeito de direitos e portador de potencialidades. O passo seguinte é fortalecer, ampliar e diversificar as oportunidades oferecidas a adolescentes e jovens, prioritariamente, e também crianças, para que desenvolvam suas potencialidades, nas mais diferentes áreas, sempre promovendo essa mudança de olhar no interior de cada ação, de cada projeto. As ações que objetivam apenas a ocupação, a contenção, o controle e a repressão desses jovens, além de partirem de uma concepção perversa e superada, têm se mostrado muito pouco eficientes na promoção de mudanças de comportamento dos jovens, não beneficiando nem a eles, nem ao resto da sociedade.

Abaixo apresentamos propostas que procuram abranger uma diversidade de aspectos a serem desenvolvidos e de oferta de vias e oportunidades para fazê-lo, elaboradas com base nos principais desafios identificados no diagnóstico e durante o processo participativo de construção do Plano no distrito do Lajeado, o que não significa que essa relação de propostas seja exaustiva. É altamente desejável que outros projetos e ações complementares a esses sejam desenvolvidos e implementados por Poder Público e da comunidade no processo de execução do Plano, especialmente sobre temas onde ainda não há políticas no Lajeado, tais como a formação e inserção profissional de jovens.

Resultados esperados

- Aumento do número de adolescentes e jovens atendidos por programas sociais.
- Aumento do grau de escolaridade de adolescentes e jovens.
- Aumento da inserção produtiva de jovens.
- Aumento do número de adolescentes e jovens envolvidos em ações em prol da comunidade e de questões coletivas.
- Aumento das oportunidades sócio-culturais voltadas para os adolescentes e jovens.
- Diminuição do número de adolescentes e jovens envolvidos em situações de violência.

Ação 1 – Criar um Centro da Adolescência e Juventude

Há, no distrito, a necessidade de aumentar e diversificar os espaços de convivência pacífica para adolescentes e jovens, bem como oportunidades de desenvolvimento complementares à escola. São exemplos de projetos nessa linha aqueles que promovem a educação via arte e cultura, esporte, comunicação, ou a preparação para o mundo do trabalho e a inserção profissional, tema que é

¹⁸ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. 2000. Fundação Odebrecht. Pp. 110-114.

pouquíssimo trabalhado pelas ações atualmente existentes no distrito. O Centro da Adolescência e Juventude, portanto, poderia oferecer seu espaço, prioritariamente, para esse tipo de projeto.

Seria interessante manter nesse espaço os órgãos, programas e serviços voltados para crianças, adolescentes e jovens, como o Conselho Tutelar, um serviço de atendimento a vítimas de violência doméstica (a ser criado) e/ou outros, facilitando a integração e sinergia entre diferentes atores, de forma que esse Centro se constitua como a referência para o atendimento dessas populações.

Estratégias

- 1) Adaptar construção já existente ou construir um novo espaço.
- 2) Envolver os atores locais do Poder Público e a comunidade na gestão do espaço.
- 3) Priorizar programas e ações voltados para jovens adultos (18 a 29 anos), e, em segundo lugar, os adolescentes (12 a 18 anos), embora o espaço abrigue alguns serviços que atenderão também a crianças vitimadas e em situações de vulnerabilidade.
- 4) Manter o Conselho Tutelar no espaço.
- 5) Criar serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica neste local (ver Compromisso 3, Desafio 1, Ação 8).
- 6) Implementação de um Telecentro no local, com o desenvolvimento de atividades específicas para jovens, tais como projetos de desenvolvimento via comunicação e cultura (jornais eletrônicos, elaboração de *sites*, grupos de debate virtuais, etc.).
- 7) Implementar, prioritariamente, projetos voltados para o mundo do trabalho (capacitação e inserção profissional/produtiva, etc).
- 8) Oferecer outros serviços e programas para adolescentes e jovens no local, tais como a "Estação Juventude", ligada ao Pró-Jovem.
- 9) Desenvolver ações complementares à escola focados em arte e cultura; esporte; lazer; participação e protagonismo juvenil; e comunicação, como jornal, rádio, vídeo, *internet*, entre outras.
- 10) Realizar de eventos e oficinas, priorizando os jovens adultos.

Local

Possíveis opções:

- o Prédio da Antiga Estação de Trem. Obs.: atualmente desocupado. Segundo técnicos da subprefeitura, o local teria sido visitado por representante da Secretaria de Cultura, que disse que o espaço não era adequado por conta do barulho do trem.
- o Prédio da Antiga Subprefeitura. Obs: há projeto de desocupação em breve e sua futura destinação não está definida. É uma referência cultural, afetiva e histórica do bairro, pois era o prédio do antigo cinema.
- o Construção de novo prédio no terreno da Rua Padre Nildo do Amaral ou algum dos demais terrenos desocupados.

Responsável

- o Subprefeitura de Guaianases;
- o Coordenadoria de Juventude;

Obs: A ação prevê a gestão coletiva do Centro, a ser realizada por um conselho que envolva Poder Público e sociedade civil.

Parceiros

- o Conselho Tutelar,

- o Grupo de Trabalho de Violência Doméstica,
- o Fórum da Criança e do Adolescente.
- o Organizações comunitárias,

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

- o Dezembro de 2006 a abril de 2007 – definição do projeto, captação de recursos, contratação de pessoal, estabelecimento de parcerias.
- o Maio de 2007 – início da construção ou adaptação de prédio, instalação de Telecentro.

Recursos (possíveis fontes)

- o Subprefeitura de Guaianases (Coordenadoria de Projetos e Obras, Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento),
- o Secretaria de Infra-estrutura e Obras,
- o Secretaria de Participação e Parcerias,
- o Coordenadoria da Juventude,
- o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente,
- o Financiadores privados.

Resultados esperados

- o Centro implementado e em funcionamento.
- o Telecentro instalado.
- o Projetos de formação e inserção produtiva dos jovens em execução.
- o Alta frequência de jovens e adolescentes.
- o Ações dirigidas prioritariamente aos jovens adultos (18 a 29 anos).
- o Serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica realizando atendimentos.
- o Diminuição da reincidência da vitimação de crianças e adolescentes.

Indicadores de resultado

- o Número de jovens, adolescentes e crianças atendidos.
- o Número de conflitos resolvidos de forma pacífica.
- o Número de atos de violência.
- o Número de jovens e adolescentes inseridos em atividades produtivas.
- o Variação na escolaridade de jovens adultos e adolescentes.
- o Proporção de jovens e adolescentes que não concluíram ensino fundamental e médio matriculados na escola regular, Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Pró Jovem ou supletivos.
- o Proporção de jovens aprovados e matriculados em cursos superiores.
- o Número de atividades oferecidas pelo centro.
- o Diversidade das atividades oferecidas.
- o Número de jovens participantes em ações comunitárias e de protagonismo juvenil.
- o Variação do número de oportunidades sócio-culturais voltadas para os jovens.

Ação 2 - Desenvolver projetos de participação juvenil e o protagonismo juvenil.

O estímulo à participação política e social e ao desenvolvimento de projetos de protagonismo possibilita a adolescentes e jovens desenvolverem-se como cidadãos, primordialmente, e também nos âmbitos pessoal - ajudando-os a se conhecer melhor, elevando sua auto-estima, fortalecendo-os para a construção de seus projetos de vida - e produtivo - por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências que o ajudarão na vida profissional, como a capacidade de gestão do próprio trabalho e de equipes, a capacidade de planejar, executar e avaliar um projeto, entre outros.

No distrito do Lajeado, onde há quase 50 mil habitantes entre 15 e 29 anos (Fundação SEADE, 2006), há poucos projetos focados no protagonismo juvenil. As escolas têm relativa dificuldade em responder ao objetivo de formar grêmios estudantis e rádios escolares (através do Programa Educom), que, em muitas delas não estão funcionando. O outro programa público com esse caráter é o Agente Jovem, que atende 150 jovens. Grande parte das organizações que atendem a juventude trabalha com atividades complementares à escola e não desenvolvem esse tipo de atividade.

Para que sejam ampliadas as oportunidades para os adolescentes e jovens do distrito, é necessário potencializar os programas e projetos que hoje promovem atividades de participação e protagonismo juvenil.

Estratégias

- 1) Aumentar a adesão ao programa "Superação Jovem", de protagonismo juvenil nas escolas estaduais.
- 2) Estimular o desenvolvimento de projetos de iniciativa dos adolescentes do programa Agente Jovem, e apoiá-los em sua implementação.¹⁹

Locais

- o Casa dos Meninos 1.
- o Núcleo de Apoio à Família da Associação de Voluntários Integrados no Brasil (AVIB).
- o Associação Kolping.
- o Escolas Municipais e Escolas Estaduais.

Responsável

- o Secretaria Estadual de Educação.
- o Secretaria Municipal de Educação.

¹⁹ Exemplos de ações sugeridas pelos Agentes Jovens da Associação Kolping:

- Abertura da Casa dos Meninos 1 nos finais de semana:
 - a) envolver jovens a partir do Programa Agente Jovem;
 - b) utilizar oficinas na comunidade ou capacitar jovens para promover as atividades;
 - c) uso de carteirinhas, como nos telecentros.
- Melhorias urbanas na R. Moramba, no Jd. Lurdes. O objetivo é asfaltar e ter lixo recolhido:
 - a) conversar com os moradores;
 - b) fazer abaixo-assinado;
 - c) fotografar a rua;
 - d) levar demandas dos moradores para a subprefeitura.
- Espaço para jovens mostrarem seus talentos e para desenvolverem atividades culturais:
 - a) Os jovens do Agente Jovem que já desenvolvem atividades como dança, capoeira, música, iniciariam oficinas com outros jovens e pessoas da comunidade. O projeto poderia ser iniciado nas escolas, durante os finais de semana.
 - b) Eles também participariam da mobilização pela transformação da chácara da R. Antonio Tadeu em parque e espaço cultural.
 - c) Realizar atividades no novo espaço cultural.
- Transformar um terreno em praça, com brinquedos e posto policial:

- o Casa dos Meninos 1.
- o Associação de Voluntários Integrados no Brasil (AVIB).
- o Associação Kolping.
- o Jovens do Programa Agente Jovem.

Parceiros

- o Instituto Ayrton Senna,
- o Subprefeitura (CASD - Supervisões de esportes e de cultura).

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Janeiro a Março de 2007 – consolidação de parcerias entre o Projeto São Paulo e Paz e as instituições executoras dos projetos.
- o Abril em diante – início da implementação de projetos.

Recursos (possíveis fontes)

- o Subprefeitura (Coordenadoria de Planejamento e Obras, Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento).
- o Secretaria de Infra-estrutura e Obras.
- o Secretaria de Participação e Parcerias.
- o Coordenadoria da Juventude.
- o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.
- o Financiadores privados.

Resultados esperados

- o Aumento do grau de escolaridade de adolescentes e jovens.
- o Aumento do número de jovens envolvidos em ações em prol da comunidade e de questões coletivas.
- o Aumento das oportunidades sócio-culturais voltadas para os jovens.
- o Diminuição do número de jovens envolvidos em situações de violência.

Indicadores de resultado

- o Número de projetos desenvolvidos por jovens e adolescentes.
- o Número de jovens e adolescentes envolvidos em ações em prol da comunidade e de questões coletivas.
- o Número de pessoas beneficiadas pelas ações dos jovens.
- o Número de outros jovens e adolescentes mobilizados pelas ações e projetos.
- o Grau de autonomia atingido pelos jovens (iniciativa, planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados realizada pelos próprios jovens).
- o Regras de convivência do grupo estabelecidas coletivamente.
- o Existência de práticas e mecanismos de resolução pacífica de conflitos no grupo.
- o Capacidade de expressar verbalmente idéias e emoções, por parte dos jovens.

Desafio 2.3 – Prevenir a violência e promover a convivência pacífica nas escolas.

A escola constitui uma das mais importantes instituições de qualquer país, tendo sido fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e humano das nações que atingiram os melhores patamares de

riqueza e bem estar para suas populações, o que se vê traduzido no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano²⁰. As responsabilidades e tarefas do sistema educacional, bem como os sempre novos e crescentes desafios que diante dele se colocam, são, entretanto da mesma magnitude do seu potencial de impacto na realidade social de cada nação.

No Brasil, números do Censo Escolar nos indicam a dimensão desta tarefa: 56,5 milhões de alunos matriculados em 2005, na educação básica, considerando-se todas as suas etapas e modalidades: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Médio (educação regular); Educação Especial; Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos (Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação). No nível local, a rede municipal de São Paulo atende 549.793 alunos do Ensino Fundamental. Apenas no distrito do Lajeado, em 2006, as 19 unidades da rede municipal de Educação tiveram 15.325 alunos matriculados em suas turmas regulares (CEIs – Centros de Educação Infantil, CEU - Centro Educacional Unificado, EMEIs - Escolas Municipais de Educação Infantil e EMEFs - Escolas Municipais de Ensino Fundamental).

Especialmente na década de 90, acompanhando o fenômeno demográfico que ficou conhecido como a “Onda Jovem”²¹, as escolas sofreram um enorme impacto com esta inédita demanda de adolescentes e jovens, principalmente no Ensino Médio. Junto com seu enorme potencial, essas demandas concentraram no ambiente escolar todas as questões e desafios da juventude popular urbana na transição para o século XXI, gerando um impacto para o qual nem todos os estabelecimentos e educadores, assim como as demais instâncias da sociedade, estavam preparados.

De acordo com o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), as quatro aprendizagens fundamentais, todas com igual importância, em torno das quais a educação deve se estruturar são: “aprender a viver juntos”, “aprender a conhecer”, “aprender a fazer” e “aprender a ser”. A aprendizagem da convivência é um desafio muito significativo, principalmente por que, mundialmente, o ensino formal orienta-se ainda hoje para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer, não trabalhando, intencionalmente, as duas outras aprendizagens.

A educação para a convivência engloba conhecer e interagir com o outro; conviver com as diferenças físicas, culturais, religiosas, superando preconceitos; uma educação que contribua para a prevenção de conflitos ou sua resolução pacífica e, não menos importante, trabalhar em grupo em torno de objetivos comuns, como um aprendizado da vida em coletividade e em uma sociedade democrática.

Além de seu papel de promotora da educação de seus alunos, entretanto, as escolas públicas brasileiras, e as do Lajeado, em especial, constituem-se também na principal referência de equipamento estatal e de espaço de convivência presentes nas comunidades, em vista da escassez de equipamentos públicos estatais e outros espaços de convivência, especialmente nos bairros mais distantes da linha do trem. Esse papel se acentuou com a abertura das escolas nos finais de semana também para familiares e membros da comunidade por meio do Programa Escola da Família.

²⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido por economistas ligados ao PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o objetivo de contrapor-se à utilização do PIB (produto interno bruto) *per capita* como única medida de desenvolvimento. *Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.* O IDH é calculado a partir de três componentes: além do PIB per capita, também leva em conta a longevidade e a educação. Fonte: *site* do PNUD Brasil (<http://www.pnud.org.br/idh/>).

²¹ Este fenômeno se caracteriza por um pico na população de jovens adolescentes observado na demografia brasileira na virada do milênio, que passa a sofrer um declínio a partir de 2001. O fenômeno é resultado da queda de fecundidade na população, que se intensificou a partir da segunda metade da década de 1980. A esse respeito ver MADEIRA e RODRIGUES, 2003.

Por atenderem demandas tão amplas e variadas, diversos problemas naturalmente convergem para o espaço escolar, mesmo aqueles que se originam em outros ambientes. Dentre as dificuldades identificadas em escolas do Lajeado, em graus variados, em relação à violência e à promoção da convivência pacífica estão: a) problemas de convivência entre a escola e membros da comunidade, que se materializam nas invasões de seu espaço por pessoas de fora, especialmente para o uso das quadras, mesmo nos horários de aulas, uso de drogas e alguns casos de outros crimes, como furtos, roubos e ameaças. b) Problemas de relacionamento entre pais, e/ou familiares de alunos, e a escola, que se manifestam em relações hostis, agressões ou, simplesmente, na ausência do diálogo e da colaboração. c) Conflitos e agressões, coletivos ou interpessoais, entre alunos ou entre estes e os profissionais que trabalham nas escolas. d) Situações de vandalismo e má conservação do espaço escolar, indicando falta de vínculo com o ambiente e não percepção deste como espaço coletivo. e) Sensação de insegurança no entorno da escola. f) Violência doméstica e sexual, eventualmente identificada pelos educadores.

Para que tais desafios sejam enfrentados, é essencial nos dedicarmos a algumas tarefas:

- 1 - Construir uma aliança entre escola, famílias e comunidade, reconstruindo o diálogo, os vínculos e a relacionamento entre os três atores sociais, de forma que a escola possa ser reconhecida como espaço público de valor e importância estratégicas. O objetivo comum é a união de todos em favor do desenvolvimento e da educação dos alunos, com os adultos inclusive, assumindo seu papel de exemplo em como trabalhar juntos e resolverem conflitos pacificamente.
- 2 - Instituir nas escolas formas pacíficas de resolução de conflitos, que substituam a intolerância e a agressão pelo diálogo, num contexto de justiça e igualdade. Devem ser criadas orientações, práticas e espaços específicos para este fim, como, por exemplo, a mediação escolar. Tanto os conflitos entre alunos quanto aqueles envolvendo outros membros da comunidade escolar devem ser resolvidos com a observação dos mesmos princípios.
- 3 - Trabalhar os princípios, conteúdos, e métodos da Cultura de Paz, em que a vida é o principal valor, em atividades de sala de aula e também através de momentos vivenciais, em atividades extra-classe.
- 4 - Estimular a participação da comunidade escolar, e, especialmente dos alunos adolescentes e jovens adultos, nas decisões e debates sobre questões coletivas, entendendo-os como pessoas portadoras de potenciais e do direito de desenvolvê-los integralmente. A própria participação democrática é o meio mais eficaz para o aprendizado da vida coletiva e da democracia.

Cabe ressaltar que há diversas iniciativas em andamento nas escolas municipais e estaduais visando, direta ou indiretamente, o enfrentamento destes desafios, mas ainda restam muitos problemas e dúvidas sobre como dirigentes, educadores e toda a comunidade escolar podem, e devem, proceder frente a eles. As propostas abaixo, construídas com a participação de muitos desses gestores e educadores da rede pública, procuram apresentar alternativas, agregar idéias que possam complementar as propostas que já estão em andamento e outras mais que surjam num futuro próximo.

Resultados Esperados

- Redução dos casos de violência no ambiente escolar.
- Melhoria das relações entre pais e escola.

- Melhoria das relações entre os educadores, funcionários e alunos.
- Maior colaboração e integração entre escola e comunidade
- Comunidade escolar melhor preparada para resolver pacificamente seus conflitos
- Aumento da participação de alunos nos debates, decisões e ações de interesse coletivo.

Ação 1 – Implementar projetos de aproximação entre pais, familiares e a escola.

As relações hostis e não colaborativas entre pais e escola foram apontados por diversos educadores como o maior desafio vivenciado por eles. Em muitos casos não há diálogo entre pais/responsáveis e educadores, mas relações baseadas em ameaças, agressões e responsabilizações mútuas. Seria, então, necessário aproximar e melhorar as relações entre esses dois grupos para haja uma colaboração em favor da educação das crianças e adolescentes.

As estratégias abaixo procuram alcançar dois objetivos:

- 1- Criar um ambiente onde os alunos possam aprender formas menos agressivas de solução de conflitos, a partir do exemplo dos adultos.
- 2 - Promover uma relação mais colaborativa entre pais e familiares e a escola em favor da educação e desenvolvimento dos alunos.

Nesse sentido é importante mudar as relações e as percepções dos pais da escola e vice-versa, criando momentos de interação e aproximação que não sejam apenas as "broncas" ou da discussão de problemas dos filhos.

Estratégias

- 1) Ampliar a iniciativa em andamento na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) João de Lima Paiva: criação de grupos de pais e educadores nas escolas para conversar sobre as questões da educação, das fases de desenvolvimento e da convivência dos alunos.
 - a) Realizar reuniões com pais e responsáveis de crianças e adolescentes com dificuldades em relação à convivência e ao comportamento. O critério para a prioridade pode ser tanto os alunos mais envolvidos em conflitos quanto as famílias com relações mais conflituosas com a escola, ou, ainda outros critérios relevantes.
 - b) Manter cada grupo ao longo de algum tempo, se reunindo com periodicidade definida.
 - c) Desenvolver estratégias de divulgação ou convocação para a reunião que estimulem o interesse e a disposição em participar: por exemplo, ao invés de atribuir à reunião um caráter pesado e punitivo, colocar na pauta das reuniões assuntos tais como o comportamento das crianças e adolescentes, as etapas de desenvolvimento pelas quais estão passando e estratégias para entender e lidar com eles. Outra estratégia é aproveitar atividades desenvolvidas pelos alunos para atrair os pais (ver estratégia 2), abaixo, em que os adolescentes podem atuar como multiplicadores.
- 2) Aproximar os pais da escola através de outras ações lúdicas e de participação (atividades culturais, esportivas, apresentações de alunos, entre outras).
 - a) Desenvolver estratégias para envolver mais os pais em atividades já desenvolvidas pela escola, ou criar atividades lúdicas que eles possam desenvolver junto aos filhos. São exemplos desse tipo de atividade os festivais de música e outras atividades culturais,

atividades esportivas, exposições, oficinas, gincanas, feiras de ciências, feiras de trocas, entre outras.

- b) Envolver os pais desde o início, na organização dessas atividades, abrindo um espaço de interação colaborativa com a escola e de escolha de atribuições e papéis que eles desejem assumir.
- c) Aumentar a mobilização para participação dos pais e outros familiares nas atividades de final de semana, no Programa Escola da Família.

Local

Escolas municipais e estaduais do distrito.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases,
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2.

Parceiros

- o Conselho Escolar.
- o Associação de Pais e Mestres.
- o Programa Escola da Família.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

- o Dezembro de 2006 a Março de 2007 – desenvolvimento do projeto em cada escola, junto com o planejamento das atividades de 2007.
- o Março de 2007 em diante – a partir dessa data as estratégias de convite/convocação dos pais e a realização das reuniões pode ser iniciada, de acordo com o planejamento de cada escola.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Programa Escola da Família.

Resultados esperados

- o Melhoria das relações entre pais e escola.
- o Redução do envolvimento dos alunos cujos familiares participam dos grupos, em situações de violência e agressão na escola.
- o Melhoria da compreensão e diálogo entre pais e filhos.
- o Melhoria do desempenho escolar dos alunos cujos pais e familiares participam das atividades de diálogo e integração com a escola.

Indicadores de resultado

- o Grau de adesão dos pais e familiares às reuniões (comparecimento e envolvimento com as atividades propostas).
- o Número de atos agressivos entre pais, e familiares, e escola.
- o Resolução pacífica dos conflitos entre pais, e familiares, e a escola.
- o Situações de diálogo entre pais e escola.
- o Número de atividades que prevêm o envolvimento de pais e familiares.

- o Freqüência de pais e familiares nas atividades da escola abertas a esse público.
- o Participação dos pais em atividades da escola em geral (como na associação de pais e mestres, conselho escolar, etc.).
- o Mudança no comportamento e no desempenho dos alunos cujos pais estão participando das atividades propostas.
- o Freqüência dos alunos cujos pais e familiares estão participando das atividades propostas.

Ação 2 – Fortalecer o Programa Escola da Família, visando a aproximação entre escola e comunidade.

Muitas escolas enfrentam o problema da invasão de seu espaço por pessoas da comunidade, especialmente da quadras. Há situações de criminalidade, violência e hostilidade por vezes associadas a essas invasões. Por outro lado, a escola, enquanto principal espaço de convivência na maioria dos bairros, ainda não mantém com muitas das comunidades e suas lideranças relações de convivência e colaboração na intensidade que poderia haver. Algumas das escolas que abrem nos finais de semana não estão recebendo tantos freqüentadores quanto seria esperado, e também poderiam ter mais voluntários para desenvolver atividades, oficinas, cursos, grupos de debate, etc. As estratégias sugeridas abaixo podem e devem ser complementadas por outras de acordo com os interesses do público de cada escola.

Estratégias

- 1) Estimular maior participação de pessoas da comunidade nas atividades do Programa Escola da Família, como público e como monitores, oficinairos, voluntários.
- 2) Promover a divulgação e mobilização comunitária mais amplas, utilizando as rádios comunitárias e o jornal do bairro. Os agentes do Programa Saúde da Família (PSF), as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), os agentes do Programa Ação Família e outros grupos e organizações da comunidade podem ajudar a divulgar as atividades e também a recrutar voluntários, bem como organizar novas atividades.
- 3) Promover parcerias com o comércio local e patrocínios, como, por exemplo, a realização de concursos.
- 4) Atrair mais oficinairos, especialmente moradores da região, e diversificação das aulas e oficinas (oficinas de teatro, de vídeo, festival de música, etc.).
- 5) Aumentar e fortalecer o envolvimento do grêmio estudantil, dos alunos Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos demais alunos no desenvolvimento das atividades e em sua divulgação.
- 6) Trabalhar a convivência através de dinâmicas de grupo que promovam o conhecimento do outro, a interação e o trabalho em equipe, e de atividades de Educação Física, com jogos e atividades que envolvam a colaboração, ao invés de só estimular a competição

Local

Escolas municipais e estaduais do distrito.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Coordenadoria de Educação,
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2,
- o Conselho Escolar,
- o Associação de Pais e Mestres,
- o Coordenador de Área do projeto da Escola da Família.

Parceiros

- o Organizações comunitárias,
- o Unidades Básicas de Saúde
- o Agentes do Programa Saúde da Família,
- o Membros da comunidade,
- o Universidades.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

- o Dezembro de 2006 a Março de 2007 – desenvolvimento do projeto em cada escola, junto com o planejamento das atividades de 2007.
- o Março de 2007 em diante – execução das ações planejadas.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Programa Escola da Família.

Resultados esperados

- o Redução dos conflitos violentos ou agressivos entre escola e membros da comunidade.
- o Aumento da colaboração e integração entre escola e comunidade.
- o Aumento da participação da comunidade em atividades e debates sobre assuntos que envolvam a escola.
- o Aumento do número de freqüentadores das atividades da escola no final de semana.
- o Aumento do número de atividades oferecidas nas escolas nos finais de semana.
- o Redução do número de crimes praticados na escola e em seu entorno.
- o Redução do número de atos infracionais praticados na escola e em seu entorno.
- o Redução das invasões da escola em horários destinados exclusivamente aos alunos.
- o Redução das depredações e atos de vandalismo contra a escola praticados por membros da comunidade.

Indicadores de resultado

- o Número de conflitos violentos ou agressivos entre escola e membros da comunidade.
- o Grau de participação de membros da comunidade em atividades e debates sobre assuntos que envolvam a escola, tais como as reuniões do Conselho Escolar, assembléias, entre outras.
- o Número de freqüentadores das atividades da escola no final de semana.
- o Número de atividades oferecidas nas escolas nos finais de semana.
- o Número de crimes praticados na escola e em seu entorno.
- o Número de atos infracionais praticados na escola e em seu entorno.
- o Número de invasões da escola em horários destinados exclusivamente aos alunos.
- o Número de atos de depredação e de vandalismo contra a escola praticados por membros da comunidade.

Ação 3 – Implementar projeto de promoção da cultura de paz e da resolução pacífica de conflitos nas escolas.

O crescimento do fenômeno da violência cada vez mais lança o desafio ao universo escolar de constituir instrumentos e espaços de resolução pacífica de conflitos. Considerando-se a escola um espaço privilegiado onde crianças, adolescentes e jovens desenvolvem parâmetros de como se relacionar uns com os outros, é importantíssimo que os profissionais da educação estejam devidamente capacitados.

Segundo a própria Diretoria Regional de Ensino Leste 2, há dificuldade em desenhar uma linha pedagógica e procedimentos que respondam satisfatoriamente a essa questão. Há ainda uma dificuldade em preparar os profissionais de modo que eles possam lidar, do ponto de vista técnico e emocional, com os problemas que surgem.

A capacitação visa fornecer subsídios para que cada escola possa desenvolver uma proposta para lidar com o problema da violência, a partir do trabalho junto a esses profissionais.

Estratégias

- 1) Capacitar os profissionais da comunidade escolar para a cultura de paz e a resolução pacífica de conflitos.
 - a) Capacitar coordenadores pedagógicos e educadores comunitários. No entanto, é aconselhável que mais profissionais sejam envolvidos, considerando que o acúmulo de funções dificulta que eles possam dar conta de multiplicar os conhecimentos para toda a comunidade escolar.
 - b) Tratar do respeito à vida, promoção de direitos, democracia, respeito à liberdade de expressão e diversidade cultural, tolerância e solidariedade, prevenção de conflitos. A abordagem deve favorecer a discussão de situações vivenciadas por esses profissionais nas escolas.
 - c) Abordar a dimensão psicológica do trabalho dos educadores, preparando-os emocionalmente para lidar com as diversas situações.
 - d) Firmar parceria com Coordenadoria da Diversidade Sexual e com Coordenadoria de Assuntos da População Negra para abordar esses temas.
- 2) A partir da capacitação, ajudar os profissionais a construir uma linha de trabalho em torno da violência, tanto do ponto de vista pedagógico, como de procedimentos para lidar com os conflitos, bem como uma metodologia de multiplicação dos conhecimentos e instrumentos. A capacitação deve ter como resultado um projeto desenhado por cada escola.
 - a) Multiplicar o curso para os outros educadores.
 - b) Implementar o projeto, com acompanhamento pedagógico e atividades de formação em processo.
 - c) Avaliar processo e resultados.
- 3) Realizar projeto de mediação escolar.
 - a) Buscar instituição habilitada para ministrar o curso.
 - b) Formar professores da rede estadual e municipal.
 - c) Mobilizar alunos e educadores (ênfase no educador comunitário).

Responsável

- o Coordenadoria de Educação
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2.

Parceiros

- o Instituto Sou da Paz
- o Gestores e educadores das redes de educação
- o Instituto do Ser Humano,
- o Outras organizações parceiras (capacitações em cultura de paz e mediação escolar).

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Dezembro de 2006 a março de 2007 – desenvolvimento dos projetos e busca de parcerias para as atividades de formação e execução.
- o Abril e maio de 2007 – Capacitações e atividades iniciais de formação.
- o Junho e julho de 2007 – Elaboração do projeto a ser implementado em cada escola e preparação das condições para sua implementação, tais como a multiplicação das atividades de formação para os demais educadores.
- o Agosto de 2007 em diante – Execução do projeto, com acompanhamento, atividades de formação em processo e avaliação ao longo de toda a etapa de execução.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Secretaria de Participação e Parcerias,
- o Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

Resultados esperados

- o Coordenadores pedagógicos e educadores capacitados.
- o Projeto de convivência pacífica desenhado e implementado em cada escola.
- o Educadores melhor preparados para lidar com os conflitos nos ambiente escolar.
- o Redução dos atos de violência e agressão.
- o Aumento do número de conflitos resolvidos de forma pacífica.
- o Maior participação dos alunos nas decisões sobre questões coletivas.
- o Regras de convivência estabelecidas coletivamente.
- o Maior adesão aos valores da cultura de paz.
- o Melhoria da capacidade de comunicação dos alunos.

Indicadores de resultado

- o Número de coordenadores pedagógicos e educadores capacitados.
- o Número de coordenadores pedagógicos e educadores envolvidos na execução dos projetos.
- o Número de projetos de convivência pacífica implementados.
- o Número de alunos e de educadores envolvidos nesses projetos.
- o Número de atos de violência e agressão.
- o Número de conflitos resolvida de forma pacífica.
- o Participação dos alunos nas decisões sobre questões coletivas.
- o Número de regras de convivência estabelecidas coletivamente.
- o Grau de respeito às regras de convivência.
- o Casos de depredações no espaço escolar.
- o Ações de cuidado com o ambiente.
- o Número de casos de discriminação/preconceito.

- o Capacidade de escuta por parte de alunos e educadores.
- o Capacidade de expressar verbalmente idéias e emoções, por parte de alunos e educadores.

Ação 4 – Ampliar e fortalecer os Grêmios Estudantis

Os grêmios desempenham um importante papel como instrumentos de diálogo entre os estudantes e a escola, bem como de resolução pacífica de conflitos. Proporciona ainda aos adolescentes e jovens a possibilidade de vivenciar uma forma de participação social ativa e responsável, atuando politicamente em favor de seus interesses e conquistas, sendo capacitados no domínio dos instrumentos de trabalho em grupo, comunicação e negociação necessários à prática democrática e para o desenvolvimento de estratégias bem sucedidas de reivindicação e construção coletiva do ambiente escolar e comunitário.

No Lajeado existe uma indicação da Coordenadoria de Educação para a formação de grêmios estudantis nas escolas. Contudo muitas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e escolas estaduais demandam um apoio para conseguir consolidar nas suas instituições esses grupos, já que em uma parte considerável das escolas não há grêmios ou estes estão funcionando de modo precário. As estratégias sugeridas abaixo não são exaustivas, podendo ser complementadas por outras.

Estratégias

- 1) Realizar cursos para alunos e educadores da rede estadual e municipal com foco na criação e no fortalecimento de grêmios. Buscar experiências como a do curso “Multiplica Grêmios – formação de multiplicadores do Projeto Grêmio em Forma” (Instituto Sou da Paz) para essa formação.
- 2) Mobilizar alunos e educadores (ênfase no educador comunitário).
- 3) Multiplicar os conteúdos entre outros educadores e alunos.
- 4) Implementar e fortalecer os grêmios estudantis.
- 5) Estimular a fundação de grêmios do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno, com existência colaborativa, porém autônoma, em relação ao grêmio do período diurno.
- 6) Avaliação do processo.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Educação.
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases.
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2.

Parceiros

Instituto Sou da Paz.

Prazo de execução

Ação de médio prazo.

- o Dezembro de 2006 a março de 2007 – preparação do projeto e estruturação do curso.
- o Abril, maio e junho de 2007 – curso de formação de multiplicadores.
- o Junho de 2007 – início do processo de formação de novos grêmios e fortalecimento dos já existentes.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Educação.
- o Secretaria de Participação e Parcerias.

- o Outra instituição financiadora.

Resultados esperados

- o Educadores e alunos capacitados.
- o Grêmios constituídos nessas escolas.
- o Grêmios funcionando como instrumento de diálogo e de mediação de conflitos.
- o Diminuição da ocorrência de atos violentos em escolas com grêmios

Indicadores

- o Número de pessoas capacitadas pelo curso.
- o Número de participantes das atividades de multiplicação.
- o Número de novos grêmios implementados.
- o Variação do número de alunos participando de grêmios.
- o Número de grêmios de EJA implementados.

Ação 5. Desenvolver projetos de convivência e participação de alunos extra-classe e inter-escolas.

As atividades que envolvem os alunos em projetos coletivos extra-classe são importantes oportunidades para o trabalho com a convivência e a colaboração, propiciando vivências novas e a necessidade de aprender a trabalharem juntos em prol de objetivos comuns. São também importantes oportunidades de desenvolvimento, por trabalhar conhecimentos, competências e habilidades diferentes e complementares ao conteúdo trabalhado em sala de aula.

Ao levar essas práticas para momentos de integração interescolas, em torno dos mesmos projetos e de objetivos comuns, promovendo a interação e a colaboração entre alunos dessas diferentes escolas pode-se melhorar a convivência, através de um trabalho com as diferenças, e prevenir atos de violência.

Estratégias

- 1) Desenvolver projetos como:
 - a) Jornal escolar reunido, posteriormente, num jornal interescolas.
 - b) Esporte escolar e posterior promoção de campeonatos interescolas.
 - c) Festivais de música (na escola e/ou interescolas).
 - d) Encontro de grêmios estudantis.
 - d) Outras ações integradas "interescolas".
- 2) Realizar visitas entre as escolas para conhecer alguns projetos que já estão em andamento e iniciar o intercâmbio de experiências entre alunos e educadores.
- 3) Desenvolver projetos com alunos do Programa de Jovens e Adultos (EJA), adaptando-os de acordo com os temas de interesse e faixa etária de cada grupo de alunos.
- 4) Estimular a participação voluntária, oferecendo ao aluno a possibilidade de escolha para participar do(s) projeto(s) que mais o interessar.
- 5) Trabalhar a convivência através de dinâmicas de grupo que promovam o conhecimento do outro, a interação e o trabalho em equipe e de atividades de Educação Física, com jogos e atividades que envolvam a colaboração, ao invés de só estimular a competição.

Local

Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Escolas Estaduais.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Educação,
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases,
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2,
- o Gestores e educadores.

Parceiros

- o Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres,
- o Organizações comunitárias,
- o Coordenadoria de Cultura,
- o Coordenadoria de Esporte e Lazer (Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento - CASD),
- o Coordenadoria da Juventude.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Dezembro de 2006 a Março de 2007 – desenvolvimento do projeto em cada escola, junto com o planejamento das atividades de 2007.
- o Março a julho – execução das ações planejadas em cada escola como acompanhamento pedagógico, capacitações e avaliações de processo ao longo de toda a etapa de execução.
- o Agosto a novembro – realização das atividades interescolas, em paralelo as atividades que são desenvolvidas em cada escola.
- o Repetição do ciclo em 2008, com as adaptações necessárias.

Recursos (possíveis fontes)

Ação de baixo custo. Se forem necessários, poderão ser utilizados recursos da própria escola, recursos da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria de Esportes, da Secretaria de Cultura ou podem ser utilizadas estratégias de captação local, como o patrocínio de comerciantes locais ou festas, feiras, venda de produtos realizados nas oficinas, entre outras.

Resultados esperados

- o Melhora da convivência entre alunos.
- o Melhora da convivência entre alunos e professores.
- o Desenvolvimento de habilidades de trabalho e convivência em grupos.
- o Redução das brigas e agressões entre alunos.
- o Redução das brigas e agressões entre alunos de diferentes escolas.
- o Ampliação das oportunidades de convivência pacífica dos alunos.
- o Melhora do desempenho escolar dos alunos.
- o Melhora da freqüência dos alunos envolvidos.

Indicadores de resultado

- o Número de brigas e agressões entre alunos.
- o Número de brigas e agressões entre alunos de diferentes escolas.
- o Número de conflitos resolvidos de forma pacífica.
- o Participação dos alunos nas decisões sobre questões coletivas.
- o Número de regras de convivência estabelecidas coletivamente.
- o Grau de respeito às regras de convivência.
- o Número de brigas e agressões resultantes de discriminação/preconceito.

- o Capacidade de escuta por parte de alunos e educadores.
- o Capacidade de expressar verbalmente idéias e emoções, por parte de alunos e educadores.

COMPROMISSO 3 – REDUZIR OS CRIMES DE MAIOR INCIDÊNCIA E/OU MAIOR IMPACTO NA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DO DISTRITO DO LAJEADO.

Desafio 3.1 – Reduzir a violência doméstica, sexual e de gênero.

As diversas formas de violência doméstica, sexual e de gênero caracterizam-se por sua significativa invisibilidade, uma vez que esses temas são, ainda hoje, quase *tabus* em nossa sociedade. Há uma dificuldade em falar sobre essas questões e muita incerteza sobre como agir diante delas. Nesse contexto, as vítimas se vêem, freqüentemente, em situações de impotência, sentindo-se envergonhadas e culpadas, paradoxalmente, por terem sido vitimadas, o que contribui para que esses tipos de violência sejam, em geral, subnotificados.

A gravidade do problema da violência doméstica e de gênero no distrito do Lajeado foi identificada em entrevistas com atores sociais locais, a partir de informações fornecidas pelas unidades de saúde do distrito, pela Coordenadoria da Mulher do município e através da análise dos dados do Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM-DH), que indicam que a Subprefeitura de Guaianases possui a 2ª maior taxa de internação de mulheres e 3ª maior taxa de internação de crianças, por agressão, na cidade de São Paulo. Há relatos de que, em um período muito curto, cinco mulheres teriam sido mortas por seus companheiros ou namorados no bairro do Jd. Lourdes no segundo semestre de 2005.

Casos de violência doméstica foram relatados em quase todas as unidades municipais de saúde e educação visitadas, embora a grande maioria dos profissionais que nelas trabalham não tenham recebido capacitação para identificar, encaminhar e acompanhar o problema. Percebe-se, ainda, um claro viés de gênero nesse tipo de violência, pois, no caso dos adultos, normalmente ele é praticado contra mulheres e o autor costuma ser seu cônjuge. Crianças e adolescentes constituem outro grupo freqüentemente vitimado, havendo relatos, também, de violência contra idosos. Os agressores domésticos de crianças e adolescentes são, geralmente, seus pais, padrastos e mães. A percepção de que há um grande número de mulheres depressivas e com desequilíbrios psíquicos foi mencionada como um fator de agravamento desse quadro.

Informações da Polícia Civil, da Supervisão de Saúde e do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher “Viviane dos Santos”, indicam que não há um ciclo suficientemente organizado, que articule os diversos atores do Poder Público, para lidar com o problema. Hoje, as principais referências de atendimento são o Conselho Tutelar (para crianças vitimadas) e o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher–“Viviane dos Santos” (para mulheres). Não há um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vitimadas, e muitos dos equipamentos de referência, como Delegacias de Defesa da Mulher e abrigos, ficam bastante distantes.

Quanto ao enfrentamento da questão, a Organização Mundial de Saúde - OMS aponta a importância do trabalho preventivo em três níveis:

- *Primário*: ações e programas informativos dirigidos à população em geral, sensibilização de profissionais e combate ao preconceito. São ações dirigidas a um público mais amplo, normalmente desenvolvidas através de estratégias de comunicação e educação.

- *Secundário*: a capacitação de profissionais que lidam diretamente com as populações de risco, visando a identificação precoce. São ações mais específicas e focadas em públicos determinados.
- *Terciário*: ações voltadas para diminuir as conseqüências relacionadas ao fenômeno, promovendo o atendimento integral das vítimas, com a implementação e ampliação destes serviços.

Uma política completa e eficiente para combater e prevenir a violência doméstica, sexual e de gênero deve propor ações nos três níveis e promover uma atuação integrada entre os diferentes atores sociais do Poder Público e da comunidade. Não há, atualmente, uma articulação, procedimentos e fluxos definidos e eficientes para atendimento dessas vítimas, nem, muitas vezes, a comunicação entre os atores do Poder Público e da comunidade que convivem com o problema. Os serviços públicos, em geral, não estabeleceram ainda diretrizes definidas sobre como proceder, o que gera muitas dúvidas, re-trabalho e, freqüentemente, a omissão ou o atendimento inadequado. Grande parte dos profissionais que trabalham com as populações vulneráveis, e que podem potencialmente identificar, acolher e encaminhar os casos não estão capacitados para tanto. Falta sensibilização e informação adequadas, bem como o apoio psíquico e emocional para esses servidores.

Nesse sentido, as ações propostas abaixo pressupõem a mobilização desses atores locais para a atuação conjunta, resultando na **constituição de uma Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero**. No âmbito deste Plano, esta Rede seria uma primeira ação proposta, responsável pela constituição, articulação, monitoramento e avaliação das demais ações a serem implementadas no distrito.

Uma das principais, e mais urgentes, tarefas da Rede é a **constituição de um ciclo de atendimento** que garanta o atendimento integral das vítimas de violência sexual e de gênero, criado a partir da implementação e ampliação de serviços e, sobretudo, pela capacitação e integração desses atores.

Resultados esperados

- Redução da subnotificação de casos de violência doméstica, sexual e de gênero.
- Redução da incidência da violência doméstica, sexual e de gênero.
- Aumento do número de profissionais do poder público e organizações capacitadas para identificar, encaminhar e acompanhar casos.
- Constituição de uma rede de erradicação desse tipo de violência, com reuniões periódicas e representação das áreas da Saúde, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, polícias, Conselho Tutelar e de organizações da comunidade.
- Maior número de vítimas em atendimento, com apoio jurídico, psicológico, de assistência social e médico.

Ação 1 – Desenvolver campanha para sensibilização e combate ao preconceito junto à população local.

O objetivo desta ação é implementar estratégias de prevenção primária, de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde, tendo em vista o combate ao preconceito e as transformações previstas na legislação a partir da Lei Federal nº 11.340/06, sancionada este ano e que redefine em nossa legislação a violência contra a mulher e as políticas públicas voltada para o problema. A campanha deve favorecer a notificação de casos, orientar as vítimas e questionar os estereótipos, valores e práticas que justificam

socialmente as agressões, favorecendo sua perpetuação. Para tanto, é necessário que, além de materiais e atividades de comunicação e sensibilização, que trabalhem a informação (ver Estratégia 1), haja ações de educação e espaços para a reflexão mais aprofundada sobre o problema, com atividades vivenciais que possibilitem a reavaliação de valores e atitudes, individual e coletivamente (Estratégia 2). Esse tipo de atividade visa promover o aprofundamento do nível de consciência para o problema, resultados que uma campanha informativa e de sensibilização não conseguem promover, plenamente e de forma ampliada, isoladamente.

A realização de um Boletim da Rede de Violência Doméstica (Estratégia 3) complementa as estratégias anteriores, disseminando informações e contribuindo para a sensibilização, mobilização dos diversos públicos, bem como para complementar a capacitação daqueles que foram formados pelas ações de capacitação da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica. Este instrumento ajudará a manter a rede viva e mobilizada, uma vez que uma das características e funções principais dessa modalidade de articulação social é a circulação de informações.

Estratégias

- 1) Realizar ampla campanha de informação e sensibilização sobre o fenômeno (o que é a violência doméstica, como ela se manifesta e como proceder diante da vitimização, própria ou de terceiro). O objetivo primário é desnaturalizar e dar visibilidade ao problema.
 - a) Definir o público alvo, priorizando as populações das regiões mais vulneráveis como: Jardim Lourdes, Jardim 1º de Outubro, Jardim Fanganiello, Jardim Aurora e Jardim Etelvina.
 - b) Detalhar os conteúdos da campanha.
 - c) Criar material gráfico sobre o tema da violência doméstica, intrafamiliar e de gênero.
 - d) Trabalhar em parceria com os Programas Saúde da Família e Ação Família, a partir dos agentes comunitários, nas regiões em que estes estão funcionando. Estes multiplicariam as informações e discutiriam os temas junto às famílias atendidas.
 - e) Capacitar os agentes comunitários, profissionais das áreas de assistência social e de saúde, bem como lideranças comunitárias para disseminar as informações, conceitos e materiais informativos, trabalhando como agentes multiplicadores.
 - f) Realizar grupos de conversa, coordenados pelos profissionais e lideranças capacitados, nas associações de bairro e nos equipamentos públicos em cada região.
 - g) Realizar palestras e debates mais amplos para a discussão de temas específicos, com a participação de membros da Rede e de convidados especialistas.
 - h) Envolver o Conselho Comunitário de Segurança - Conseg no desenvolvimento e divulgação da campanha, de forma a sensibilizar especialmente os agentes locais da segurança pública: polícias e Guarda Civil Metropolitana.
 - i) Monitorar e avaliar o impacto e os resultados da campanha.
- 2) Realizar atividades educativas em Unidades Básicas de Saúde, escolas, associações, ou outras organizações, que possibilitem, além do aprofundamento do grau de informação, práticas e vivências que levem o participante a um questionamento sobre sentimentos, valores e atitudes, individuais e coletivos, e culturais.
 - a) Capacitar profissionais de saúde, educação (inclusive educadores comunitários) e assistência social, funcionários do Poder Público ou membros da comunidade. Além dos conceitos e conteúdos relacionados à violência doméstica e de gênero, os educadores multiplicadores aprenderão a desenvolver técnicas e práticas educativas vivenciais, como dinâmicas, debates, atividades com textos, entre outras.

- b) Sensibilizar os representantes dessas organizações para a implementação dos projetos educativos em suas instituições (diretores de escola, gerentes de unidades de saúde, presidentes de entidades, coordenadores de programas, etc).
 - c) Auxiliar as pessoas capacitadas a construir um projeto educativo, utilizando as técnicas e instrumentos pedagógicos trabalhados na capacitação, a ser implementado nas organizações onde atuam, adaptado às especificidades de cada área, local e público: unidades de saúde, escolas, núcleos sócio-educativos, associações de bairro, etc.; para mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, Movimento GLBTT – gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros – Guardas Civis Metropolitanos, policiais, etc.
 - d) Acompanhar, supervisionar e apoiar pedagogicamente os "educadores multiplicadores" durante a elaboração e implementação das atividades.
 - e) Realizar avaliação de processo e de resultados.
- 3) Criar e disseminar o Boletim da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero.
- a) Construir um boletim eletrônico e impresso com informações sobre as atividades da rede de Violência Doméstica para o público interno e externo à rede, que também servirá como prestação de serviços à população, informando e sensibilizando sobre o tema, bem como sobre como pedir ajuda e encaminhar casos.
 - b) Envolver estudantes de jornalismo, de comunicação e de *design* gráfico/*web design* na elaboração do boletim, como voluntários ou mediante bolsa.

Responsável

Comissão de Coordenação da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero.

Parceiros

- o Secretaria de Saúde,
- o Supervisão de Assistência Social da Subprefeitura de Guaianases,
- o Secretaria Municipal de Educação
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases,
- o Conselho Tutelar,
- o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
- o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos",
- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parceria), Faculdades de educação e comunicação.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Dezembro de 2006 a Abril de 2007 – Concepção da campanha, produção dos materiais gráficos, mobilização do Conselho Comunitário de Segurança - Conseg e dos demais parceiros.
- o Abril a Junho de 2007 – Início das capacitações e da veiculação da campanha. Elaboração e distribuição do 1º Boletim da Rede.
- o Julho em diante – Multiplicação das atividades educativas (Estratégia 2) e continuação das demais estratégias.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Saúde,
- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parceria),
- o Secretaria Municipal de Educação,
- o FUNCAD – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente),
- o UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Resultados esperados

- o Redução da subnotificação de casos de violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Aumento do grau de informação e sensibilização para o problema por parte da população em geral.
- o Aumento do número de palestras, debates e outras atividades sobre os temas da violência doméstica, da violência sexual e da violência de gênero.
- o Mudança de valores e atitudes frente a essas questões, por parte da população em geral.
- o Boletins publicados e distribuídos, com periodicidade fixa.

Indicadores de resultado

- o Número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero notificados.
- o Número de pessoas atingidas pelas estratégias da campanha.
- o Número de palestras, debates e outras atividades sobre os temas da violência doméstica, da violência sexual e da violência de gênero.
- o Número de boletins publicados e de boletins distribuídos.

Ação 2 – Implementar um programa de atendimento aos usuários de Álcool e Drogas.

Trata-se de um serviço relacionado à prevenção secundária. Segundo a estimativa do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos", cerca de 30% dos agressores têm algum problema relacionado ao uso de álcool e drogas. Os dados colhidos junto ao 68º Distrito Policial e Infocrim apontam para um aumento de crimes contra a pessoa (lesão corporal dolosa e homicídios) nos finais de semana e nos períodos da noite e da madrugada, quando o consumo dessas substâncias é maior.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - Álcool Drogas mais próximo hoje fica em Itaim Paulista e tem uma demanda bem superior à sua capacidade.

Estratégias

- 1) Instituir um programa de prevenção ao uso e de atendimento ao usuário de álcool e drogas inspirado nos serviços da UNIFESP – Unidade Federal de São Paulo e do Hospital das Clínicas, que são modelos no tratamento desse tema, especializado nas relações entre a violência e o uso desse tipo de substância.
- 2) Capacitar os profissionais das unidades de saúde para identificar, atender, encaminhar e acompanhar os casos, dentro das diretrizes do programa.
- 3) Incluir os mesmos profissionais nas demais capacitações oferecidas para profissionais de saúde que atenderão vítimas e autores de violência.
- 4) Instalar um CAPS Álcool e Drogas com equipe multidisciplinar especializada também em questões de violência, que atue como referência do programa.
- 5) Promover e manter a atuação integrada entre as unidades de saúde e o CAPS - Álcool e Drogas.

Local

Construção de equipamento no terreno da Unidade Básica de Saúde do Jardim Robru.

Responsável

- o Secretaria Municipal de Saúde.
- o Supervisão de Saúde de Guaianases.

Parceiros

- o COMUDA - Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool de São Paulo, PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas.
- o Polícias Civil e Militar.
- o Guarda Civil Metropolitana.
- o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher “Viviane dos Santos”.
- o Programa Ação Família (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).
- o Conselho Tutelar.

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

- o Dezembro de 2006 a Março de 2007 – Estabelecimento de parcerias, estruturação do programa e do projeto do CAPS.
- o Abril a Junho de 2007 – Capacitação dos profissionais das UBSs e início da construção do CAPS.
- o Junho a Dezembro de 2007 – Término da obra de construção do equipamento, montagem e capacitação da equipe multidisciplinar e inauguração do CAPS.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria de Saúde.

Resultados esperados

- o Aumento do número de usuários de álcool e drogas atendidos.
- o Redução do número de dependentes de álcool e drogas.
- o Redução do número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero associadas ao consumo de álcool e drogas.

Indicadores de resultado

- o Variação do número de usuários de álcool e drogas atendidos pelo sistema público de saúde.
- o Variação do número de dependentes de álcool e drogas atendidos pelo sistema público de saúde.
- o Tempo de permanência sem uso de drogas e álcool por parte dos dependentes em tratamento.
- o Variação no número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero associadas ao consumo de álcool e drogas.

Ação 3 – Implementar um programa para a promoção de cultura de paz e prevenção da violência pela rede de saúde.

Este programa atuará principalmente na prevenção secundária, mas também desenvolverá ações de prevenção primária.

Os equipamentos de saúde, por sua natureza e pelo caráter universal do seu atendimento, são uma das principais “portas de entrada” de casos de violência, doméstica, sexual, de gênero e outros. A preparação,

técnica, psíquica e emocional dos profissionais para lidar com estes casos, entretanto, ainda é muito irregular. Ademais, ainda não se encontra institucionalizada no sistema, também, uma política de atendimento, com fluxos, procedimentos e práticas unificados. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Assessoria Técnica de Cultura de Paz está desenvolvendo cursos de capacitação de seus profissionais para que se tornem referências em suas unidades, estimulando também a constituição de redes locais que integrem e apoiem essas pessoas em sua atuação.

Propomos, portanto, a instituição de um programa que fortaleça e complemente essas iniciativas que já estão sendo desenvolvidas pela Secretaria, e que integre a rede dos profissionais de saúde à Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero do Lajeado. Para atuar como referência do programa, propõe-se a instalação de um CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa, um equipamento da política de saúde pública para promover a convivência e integração social das pessoas atendidas, diferenciado, especializado em prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz, podendo atender desenvolver ações preventivas com um público amplo e com pessoas em situação de risco. O serviço se diferenciaria também por desenvolver ações coletivas, de grupo, trabalhando um número maior de pessoas, o que não seria possível apenas com um modelo de saúde baseado em atendimentos individuais. Assim como no caso do atendimento aos usuários de álcool e drogas, as Unidades Básicas de Saúde e Unidades Básicas de Saúde da Família estariam inseridas no Programa, tendo o CECCO como serviço de referência, mas também desenvolvendo atividades em suas próprias instalações. Assim seria possível promover ações de diversos níveis de complexidade e capilarizar o atendimento, dando cobertura total ao distrito.

Estratégias

- 1) Sensibilizar e capacitar os profissionais da área da saúde para implementar o programa: identificar, acolher encaminhar e acompanhar casos de violência, realizar práticas alternativas, terapia comunitária, entre outras ações do Programa. (vide a capacitação para a constituição do ciclo de atendimento às vítimas, Ação 5 deste desafio).
- 2) Apoiar a rede de profissionais de saúde que está sendo mobilizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 3) Apoiar a instalação do SIVA – Sistema de Informação de Violência e Acidentes da Saúde.
- 4) Fortalecer o centro de práticas alternativas, com os objetivos de: a) atender aos profissionais de saúde, ajudando-os a promover seu bem-estar, físico e emocional, fortalecendo-os para lidar melhor com os usuários, especialmente aqueles em situação de violência (cuidado com os cuidadores); b) capacitar os profissionais das Unidades Básicas de Saúde e Unidades Básicas de Saúde da Família a implementar as atividades de práticas naturais nas unidades.
- 5) Aumentar o número de psicólogos nas unidades de saúde, com o objetivo principal de desenvolver trabalhos coletivos, como terapias de grupo, com caráter preventivo, pois o atendimento individual limita muito a capacidade de atendimento do serviço, não constituindo uma solução para as demandas locais relacionadas à violência. Esses profissionais, assim como os demais envolvidos neste projeto, teriam o CECCO e o Centro de Atenção Psico-Social como referência.
- 6) Implementar um CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa especializado na promoção de cultura de paz e prevenção da violência, com equipes multidisciplinares, que desenvolveria ações focadas na prevenção.

Local

Sugerida a realização de construção na Chácara da R. Antonio Tadeu, no mesmo terreno onde seria construído o centro cultural. Um dos motivos é a facilidade de acesso para os moradores do Jardim Lourdes, o bairro onde ocorreram os homicídios de mulheres no em 2005, e onde observava-se um *hot-spot* de homicídios em 2004.

Responsável

Secretaria Municipal de Saúde/Supervisão de Saúde de Guainases.

Parceiros

- o Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero do Lajeado,
- o Subprefeitura de Guaianases.

Prazo de execução

Ação de longo prazo.

- o Dezembro de 2006 a Março de 2007 – Estabelecimento de parcerias, estruturação do programa e do projeto do CECCO.
- o Abril a Outubro de 2007 – Capacitação dos profissionais das UBSs e início da construção do CECCO.
- o Outubro de 2007 a Março de 2008 – Término da obra de construção do equipamento, montagem a capacitação da equipe multidisciplinar e inauguração do CECCO.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Saúde.

Resultados esperados

- o Aumento do atendimento de casos de violência por parte dos profissionais da saúde.
- o Aumento do número de profissionais capacitados para identificar, encaminhar e acompanhar casos de violência.
- o Redução da incidência e reincidência da violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Constituição de uma rede de referência em cultura de paz, formada por profissionais da saúde.
- o Atuação integrada entre a rede dos profissionais de saúde e a Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero.
- o Utilização do SIVA – Sistema de Informação de Violência e Acidentes da Saúde para a notificação de todos os casos de violência atendidos.

Indicadores de resultado

- o Variação do número de casos de violência atendidos pelos dos profissionais do sistema de saúde.
- o Variação do número de profissionais capacitados para identificar, encaminhar e acompanhar casos de violência.
- o Número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Número de casos registrados pelo SIVA – Sistema de Informação de Violência e Acidentes da Saúde.

Ação 4 – Constituir uma Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Intrafamiliar e de Gênero.

A Rede visa viabilizar o trabalho integrado entre as organizações e setores do poder público implicados com o tema, desenhando e implementando ações que promovam o atendimento integral das vítimas (por

exemplo: o sistema de notificação e acompanhamento de casos), bem como ações de prevenção primária e secundária. Esse modelo de trabalho, em rede, é apontado por instituições referência de enfrentamento do problema, tais como o UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e a Coordenadoria da Mulher do Município, como fundamental para o envolvimento de profissionais e para manter o ciclo de atendimento das vítimas em funcionamento. Trata-se, portanto, principalmente de uma ação de prevenção terciária, embora desenvolva ações também nos demais níveis e faz parte do ciclo de atendimento das vítimas.

Estratégias

- 1) Constituir uma Comissão de Coordenação da Rede, a partir do grupo que já vem se reunindo sob o nome de Grupo de Trabalho (GT) de Violência Doméstica, com representantes das diversas áreas do Poder Público e das organizações comunitárias com relação com o tema. O papel dessa comissão é desenhar, monitorar e acompanhar as ações que constituirão a política de prevenção e combate à violência doméstica e de gênero no distrito. Esta comissão também alimentará a Rede, disseminando informações, mantendo o fluxo de comunicação, promovendo encontros, capacitações, etc.
- 2) Mobilizar novos atores sociais, a partir daqueles já envolvidos no Grupo de Trabalho de Violência Doméstica, Sexual e de Gênero.
- 3) Garantir a participação da comunidade e do Poder Público.
- 4) Criar instrumentos que facilitem o ciclo de atendimento, como um sistema de notificação.
- 5) Firmar parcerias com a Coordenadoria da Mulher, do Idoso e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 6) Promover levantamentos e pesquisas com o objetivo de mapear e levantar dados sobre os fenômenos da violência doméstica, sexual e de gênero.

Local

Todo o distrito. A Comissão de Coordenação da Rede poderá se reunir na sede do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Responsável

Supervisão de Assistência Social e/ou Secretaria da Saúde e/ou Conselho Tutelar.

Parceiros

- o Secretaria de Educação.
- o Polícias Civil e Militar.
- o Guarda Civil Metropolitana.
- o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".
- o Associação dos Voluntários Integrados do Brasil –AVIB.
- o Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases.
- o Associação Social Comunitária do Lajeado Joílson de Jesus.
- o Outras organizações e lideranças comunitárias.

Prazo de execução

Ação de curto prazo.

- o Julho de 2006 a Fevereiro de 2007 – Constituição da Comissão de Coordenação da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica e de Gênero, com a integração de atores sociais que ainda não foram envolvidas, como as polícias e a Guarda Civil Metropolitana.

Recursos (possíveis fontes)

Ação de baixo custo.

- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parceria).
- o Secretaria Municipal da Saúde.

Resultados esperados

- o Subnotificação de casos de violência doméstica, sexual e de gênero reduzida.
- o Rede de atenção constituída, com reuniões periódicas e representação das áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, polícias, Conselho Tutelar e de organizações da comunidade.
- o Aumento dos dados e informações levantados sobre os fenômenos da violência doméstica, sexual e de gênero.

Indicadores de resultado

- o Número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero notificados.
- o Número de pessoas e de organizações integrantes da Rede.
- o Número de reuniões realizadas pela Rede.
- o Diversidade de composição da Rede e da Comissão de Coordenação da Rede.
- o Número de atividades e projetos desenvolvidos, monitorados e avaliados pela rede.
- o Quantidade de dados levantados e sistematizados a respeito dos fenômenos da violência doméstica, sexual e de gênero.

Ação 5 – Constituição de um Ciclo de Atendimento das vítimas.

Trata-se de uma ação de prevenção terciária, centrada no atendimento às vítimas. Não há atualmente uma articulação, procedimentos e fluxos definidos e eficientes para atendimento dessas vítimas, nem, muitas vezes, a comunicação entre os atores do Poder Público e da comunidade que convivem com o problema. Os serviços públicos, em geral, não estabeleceram ainda diretrizes definidas sobre como proceder, o que gera muitas dúvidas, re-trabalho e, freqüentemente, a omissão ou o atendimento inadequado. Grande parte dos profissionais que trabalham com as populações vulneráveis, e que podem potencialmente identificar, acolher e encaminhar os casos, não estão capacitados para tanto. Faltam sensibilização e informação adequadas.

Estratégias

- 1) Integrar os serviços de atendimento e estabelecer fluxos para mulheres, crianças e adolescentes, idosos, etc.
- 2) Promover um curso para sensibilização e capacitação, integrando atores do Poder Público e de organizações comunitárias. O objetivo é preparar os profissionais para identificar, acolher, encaminhar, atender e acompanhar casos dentro da estrutura do ciclo de atendimento.
 - a) Garantir que a capacitação possua módulos interdisciplinares com a presença de atores de diversas áreas, visando sua integração e a criação um repertório comum.
 - b) Deve haver um módulo específico para cada área de trabalho quando necessário, como é o caso dos profissionais da Saúde.
 - c) Cada área do Poder Público e cada organização deve formar multiplicadores que irão transmitir os conhecimentos adquiridos, além de servir como referência dentro de seu órgão ou instituição.

- d) Os responsáveis pelos órgãos e instituições devem indicar profissionais cuja função seja estratégica para a identificação e o acolhimento dos casos.
 - e) É recomendável que a capacitação tenha um módulo específico abordando o trabalho em rede.
- 3) Criar instrumentos que facilitem o ciclo de atendimento, como a implementação de um sistema de notificação.
 - 4) Formação de equipes multidisciplinares locais para encaminhar e acompanhar cada caso, desde sua abertura até o encerramento. Seriam formadas cerca de quatro equipes, a partir da área de abrangência das Unidades Básicas de Saúde.

Local

Todo o Distrito.

Responsável

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parceria),
- o Subprefeitura de Guaianases - Supervisão de Assistência Social,
- o Secretaria da Saúde/Supervisão de Saúde de Guaianases,
- o Comissão de Coordenação da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica.

Parceiros

- o Polícia Civil – 7ª Delegacia de Defesa da Mulher.
- o Polícia Militar.
- o Guarda Civil Metropolitana.
- o Coordenadoria de Educação de Guaianases.
- o Diretoria Regional de Ensino Leste 2.
- o Associação dos Voluntários Integrados do Brasil.
- o Associação Kolping São Francisco de Guainases.
- o Associação Joilson de Jesus.
- o Vara de Infância do Fórum de Itaquera.
- o Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Prazo de Execução

Ação de curto prazo.

- o Dezembro de 2006 a Abril de 2007 – Preparar o curso de sensibilização e capacitação e estabelecer fluxos de atendimento para mulheres, crianças e adolescentes, idosos, etc., negociando com os diferentes parceiros sua participação.
- o Abril de 2007 em diante – Capacitação dos profissionais e formação de equipes multidisciplinares locais.

Recursos (possíveis fontes)

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parcerias),
- o SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,
- o Secretaria Municipal da Saúde,
- o UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Resultados esperados

- o Profissionais das diversas áreas capacitados e atuando.

- o Equipes multidisciplinares locais de acompanhamento dos casos formadas e atuando.
- o Redução da subnotificação de casos de violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Redução da incidência da violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Aumento do número de profissionais do poder público e das organizações capacitadas para identificar, encaminhar e acompanhar casos.
- o Maior proporção de vítimas em atendimento, com apoio jurídico, psicológico, de assistência social e médico.

Indicadores de resultado

- o Número de profissionais capacitados.
- o Número de profissionais integrando o ciclo de atendimento.
- o Número de casos acompanhados pelas equipes multidisciplinares locais (número de casos abertos e número de casos encerrados).
- o Número de casos de violência doméstica, sexual e de gênero atendidos.
- o Números de reincidência de vitimação.

Ação 6 – Instalar uma “Casa de Acolhida”.

A Casa de Acolhida é um equipamento complementar ao atendimento de vítimas e se destina àquelas mulheres que necessitam sair de casa e podem, ou não, ir para um abrigo, sendo uma forma de abrigamento emergencial. Existem no município poucos abrigos, o que dificulta o atendimento a todas as mulheres que deles necessitam, especialmente em situações que demandam rapidez no atendimento.

O SIM DH aponta que as outras três Subprefeituras onde se observam as maiores taxas de internação por agressão de mulheres (São Miguel, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes) mantêm divisa com Guaianases. Portanto a instalação do equipamento será de grande importância para o atendimento de vítimas em toda a região.

Ação de prevenção terciária, faz parte do ciclo de atenção às vítimas.

Estratégias

- 1) Construir ou adaptar uma casa já existente, de acordo com as normas e padrões recomendados para este tipo de serviço.
- 2) Integrar esta unidade com a Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero e o ciclo de atendimento.
- 3) Atender não apenas as vítimas do distrito do Lajeado, mas também as dos distritos vizinhos, do extremo leste da cidade.
- 4) Acolher, junto com as mulheres vitimadas, seus filhos menores de dezoito anos, sempre que necessário.

Local

Todo o distrito.

Responsável

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parcerias)
- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Parceiros

- o Polícias Civil e Militar,
- o Guarda Civil Metropolitana,
- o Conselho Tutelar,
- o Secretaria Municipal da Saúde
- o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

- o Janeiro a abril de 2007 – Estabelecimento de parcerias, captação de recursos e realização do projeto da Casa de Acolhida.
- o Maio a outubro de 2007 – Início da construção ou adaptação da Casa.
- o Outubro de 2007 – Inauguração da Casa de Acolhida.

Recursos (possíveis fontes)

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parcerias)
- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Resultados esperados

- o Casa de Acolhida em funcionamento.
- o Redução da reincidência da vitimização.

Indicadores de resultado

- o Número de mulheres atendidas.
- o Número de casos de reincidência atendidos.
- o Tempo de permanência das mulheres na Casa de Acolhida.

Ação 7 – Ampliar os serviços e capacidade de atendimento do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Sabe-se que esta organização não-governamental, único equipamento especializado na violência doméstica e de gênero no distrito, realiza hoje um grande número de atendimentos. Levando em conta o fenômeno da subnotificação dos casos, podemos ter segurança de que as ações acima descritas devem gerar um aumento e um melhor dimensionamento desta demanda. Portanto, torna-se necessário a ampliação dos serviços de atendimento para que os casos possam ter um encaminhamento adequado. Ação de prevenção terciária, faz parte do ciclo de atendimento às vítimas.

Estratégias

- 1) Integrar unidade com a rede local e o ciclo de atendimento.
- 2) Buscar o apoio da Coordenadoria da Mulher.
- 3) Ampliar o convênio existente e/ou novos convênios com outros entes governamentais.
- 4) Buscar outras fontes de recursos, como organizações não governamentais financiadoras internacionais.
- 5) Mudar a sede do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos" para uma construção maior que permita a ampliação do atendimento.

Local

Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Responsável

- o Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- o Secretária Municipal de Saúde.

Parceiros

- o Coordenadoria da Mulher (Secretaria Especial de Participação e Parcerias).
- o Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- o Secretária Municipal da Saúde.
- o UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.
- o Outros financiadores internacionais e nacionais.

Resultados esperados

- o Redução da incidência da violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Redução da reincidência de vitimização.
- o Ampliação da capacidade de atendimento.
- o Maior número de mulheres em atendimento, com apoio jurídico, psicológico, de assistência social e médico.

Indicadores de resultado

- o Variação do número de mulheres atendidas.
- o Número de profissionais trabalhando no Núcleo.
- o Número de atendimentos realizados pelo Núcleo.

Ação 8 - Implementar um serviço de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual.

O distrito do Lajeado possui uma população de 72.232 pessoas entre 0 e 19 anos, o que representa mais de 40% dos habitantes do distrito. A região da Subprefeitura de Guaianases apresenta a 3ª maior taxa de internação de crianças por agressão no município, sendo que as outras 3 subprefeituras de maior taxa também estão no extremo Leste. Contudo o serviço mais próximo fica em São Miguel Paulista e atende somente casos de violência sexual. Segundo o Conselho Tutelar há muita dificuldade de obter atendimento. Trata-se de uma ação de prevenção terciária, necessário para que se constitua um ciclo de atendimento a essas vítimas.

Estratégias

- 1) Instalar um serviço multidisciplinar, que realize atendimento psicológico, de assistência social, jurídico e, possivelmente, médico, com profissionais especializados em atendimento de crianças e adolescentes vitimados, através da contratação de uma organização não governamental especializada.
- 2) Integrar este serviço no ciclo de atendimento a vítimas de violência doméstica, sexual e de gênero, e na Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero, de forma a ser acompanhado, monitorado e avaliado pela Comissão de Coordenação da Rede.
- 3) Estabelecer convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e com a Secretaria da Saúde, além de buscar outras fontes de financiamento complementar, para viabilizar o funcionamento do serviço.

Local

Lajeado (locais possíveis: Unidade Básica de Saúde Jardim Robru, Antiga Estação, Antiga Subprefeitura, no local onde for instalado o Centro de Juventude).

Responsável

- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- o Secretaria de Saúde,
- o Organização não governamental que assumirá o atendimento.

Parceiros

- o Conselho Tutelar.
- o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- o Polícias Civil e Militar.
- o Guarda Civil Metropolitana.
- o Comissão de Coordenação da Rede pela Erradicação da Violência Doméstica.

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- o Secretaria de Saúde.
- o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundo da Criança e do Adolescente).

Resultados esperados

- o Redução da subnotificação de casos de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Redução da incidência da violência doméstica, sexual e de gênero entre crianças e adolescentes.
- o Maior percentual de vítimas em atendimento, com apoio jurídico, psicológico, de assistência social e médico.

Indicadores de resultado

- o Número de casos notificados de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sexual e de gênero.
- o Número de casos de reincidência de vitimação.
- o Número de casos atendidos pelo serviço.

- o Número de atendimentos realizados pelo serviço.

Ação 9 – Instalar uma Delegacia de Defesa da Mulher

A Delegacia de Defesa da Mulher de referência hoje é a 7ª DDM localizada na Vila Jacuí, que fica distante não apenas do distrito, como de todo o extremo Leste, que apresenta uma concentração de casos de agressão a mulheres e crianças (de acordo com dados do SIM DH). O Jardim Lourdes, bairro onde se sugere que a Delegacia seja instalada, fica numa região de grande vulnerabilidade social e é um local destacado pela Coordenadoria da Mulher pela gravidade do problema de violência contra a mulher, tendo ocorrido 5 mortes no período de apenas um mês em 2005. Ação de prevenção terciária, faz parte do ciclo de atendimento às vítimas.

Estratégias

- 1) Acompanhar o pedido para instalação da unidade, já protocolada pela Subprefeitura de Guaianases junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
- 2) Integrar unidade com a Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero, integrando-a ao ciclo de atendimento.

Local

Jardim Lourdes.

Responsável

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Subprefeitura de Guaianases.

Parceiros

Coordenadoria da Mulher, Secretaria Especial de Participação e Parcerias, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana, Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher "Viviane dos Santos".

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

Recursos (possíveis fontes)

- o Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Resultados esperados

- o Delegacia de Defesa da Mulher instalada na região do Jardim Lourdes e em funcionamento.
- o Redução da subnotificação dos casos de violência doméstica, sexual e de gênero.

Indicadores de resultado

- o Variação do número de casos notificados (B.O.s).
- o Variação do número de casos de reincidência de vitimização.
- o Número de inquéritos policiais instaurados.
- o Número de inquéritos policiais encerrados.

Desafio 3. 2 – Reduzir a incidência de crimes contra o patrimônio

Para prevenir violência e promover convivência, é necessário trabalhar com os diferentes tipos de crimes e violências. O controle dos crimes contra a pessoa deve sempre ser prioritário, já que a vida e a integridade física são os principais bens a serem protegidos. No entanto, além da violência objetiva, vivida a partir de cada ato criminal ou violento, existe a violência subjetiva ou a sensação de insegurança, o medo sentido pelas pessoas, independente de viverem objetivamente uma experiência violenta. Portanto, para realizar um trabalho efetivo para promoção da segurança, é preciso lidar com essa dimensão subjetiva. Realizar ações para prevenir e controlar outros tipos de crimes, que nem sempre acontecem com o uso de violência, mas que causam insegurança, é uma forma de lidar com a violência subjetiva e contribuir efetivamente para diminuir a criminalidade e promover o convívio seguro.

O enfrentamento deste problema pode ser feito a partir de três abordagens:

A primeira vem no sentido de qualificar os espaços públicos através de melhorias urbanas, prevenindo as situações que beneficiam o criminoso, como locais degradados, escuros, de difícil circulação, com aglomeração de pessoas, entre outros.

A segunda linha de ação vem no sentido de fazer a polícia mais presente, com intensificação do policiamento e das ações policiais. Dentro disso, podemos destacar a necessidade da polícia estabelecer uma relação positiva com a comunidade, gerando confiança e cooperação.

Por último, vem a necessidade de que a ação policial esteja sustentada por um planejamento, um sistema de informação e monitoramento que dê a ela a possibilidade de atuar estrategicamente e de forma integrada entre as polícias civil e militar e com a Guarda Civil Metropolitana. Embora tenhamos observado nos últimos anos um grande avanço nessa direção, é preciso que esse trabalho seja constantemente aprimorado.

No Lajeado a sensação de insegurança está pulverizada em diversas localidades e muitas vezes, é difícil determinar suas causas. Os dados do Infocrim apontam que os crimes mais presentes no Distrito são os roubos e furtos. Tanto os "furtos de veículos" quanto os "furtos - outros" são aqueles que apresentam mais claramente uma tendência de aumento.

Os mapas e dados colhidos a partir do Infocrim nos ajudam a identificar uma concentração de crimes contra o patrimônio (roubo e furto) e atos infracionais em duas regiões do distrito: a parte central (antiga estação de trem e Mercado Municipal) e a Estrada do Lajeado Velho (em especial no seu encontro com a Rua Doutor José Gravonski e a Estrada Dom João Néri). Estes seriam locais com grande número de estabelecimentos comerciais, sendo também espaços de intensa circulação de pessoas. Segundo as polícias que atuam no Lajeado, o policiamento nessas regiões é dificultado pelo trânsito, a dificuldade de acesso rápido aos estabelecimentos, pela poluição visual e pela falta de equipamento adequado para o seu trabalho.

Além desses locais há uma concentração de crimes e uma grande sensação de insegurança em relação às passarelas sobre a linha de trem, especialmente as mais afastadas do centro. Muitos relatos indicam que a população tem evitado utilizá-las, o que já teria inclusive gerado acidentes envolvendo pessoas que faziam a travessia por baixo. A responsabilidade do policiamento nestas passarelas é dividida pelas Companhias da Polícia Militar do Lajeado e de Guaianases.

Resultados esperados

- Sensação de segurança ampliada.
- Redução do número de ocorrências de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nos locais prioritizados.

Ação 1 – Realizar reformas urbanas nos locais de maior concentração de crimes contra o patrimônio, melhorando a iluminação, facilitando a circulação nas vias e calçadas e reduzindo a poluição visual.

Intervenções realizadas no ambiente urbano contribuem para reduzir as oportunidades para a prática de crimes e violência e aumentam a sensação de segurança. São ações de prevenção situacional. Assim, aumentar a vigilância natural em espaços de circulação de pessoas e/ou altos índices de delitos, melhorar a iluminação, ampliar passagens e criar e requalificar espaços públicos de convivência são exemplos de ações de prevenção situacional.

No distrito do Lajeado, foram identificados alguns locais que concentram a ocorrência de crimes contra o patrimônio e atos infracionais

Sendo centros comerciais do distrito, esses locais têm uma circulação grande de pessoas. No entanto a estrutura urbana do local não é devidamente adaptada para receber esse público, o que gera engarrafamentos e dificuldade de se locomover nas calçadas. Segundo a Polícia Militar, os criminosos muitas vezes se aproveitam deste fato para roubar e furtar, se escondendo nas lojas ou no meio das aglomerações.

Estratégias

- 1) Firmar parceria com os comerciantes, conscientizando-os da necessidade de facilitar a circulação e reduzir a poluição visual. Podem ajudar também no custeamento da reformas.
- 2) Construir uma alça de acesso na Estrada do Lajeado Velho (encontro com a Rua Dr. José Gravonski e Estrada Dom João Néry).
- 3) Identificar locais para serem iluminados nessas regiões. Em alguns deles colocar iluminação mais potente.
- 4) Recuperar região no entorno da passarela do Jardim Fanganiello.
- 5) Estudar a necessidade de realocar os camelôs.
- 6) Promover a melhoria estética dos locais, evitando a degradação dos mesmos e aumentando a sensação de segurança.

Local

- o Região Central do distrito,
- o Estrada do Lajeado Velho,
- o Passarelas.

Responsável

- o Subprefeitura de Guaianases (em especial Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Coordenadoria Planejamento e Obras).

Parceiros

- o 4ª Companhia do 39º Batalhão Polícia Militar,
- o 1ª Companhia do 28º Batalhão da Polícia Militar,
- o Guarda Civil Metropolitana (GCM),
- o 68º Distrito Policial
- o Comércio local.

Prazo de Execução

Ação de longo prazo.

- o Parceria com comerciantes – até 6 meses.
- o Melhoria da iluminação nas regiões – até 6 meses.
- o Melhorias estéticas das regiões – até 18 meses.
- o Construção de alça de acesso – até 2 anos.
- o Melhorias no entorno de passarelas – até 2 anos.

Recursos (possíveis fontes)

- o Subprefeitura de Guaianases,
- o Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
- o Iniciativa privada.

Resultados esperados

- o Locais priorizados melhor iluminados.
- o Locais priorizados com circulação melhorada.
- o Locais priorizados com menor poluição visual.
- o Recuperação dos espaços degradados nessas regiões.
- o Comerciantes sensibilizados para agir preventivamente, cooperando com as polícias e Guarda Civil Metropolitana.
- o População utilizando as passarelas mais intensamente (especialmente as mais afastadas do Mercado).
- o Sensação de segurança ampliada.
- o Redução do número de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nos locais priorizados.

Indicadores de resultados

- o Ocorrências de vandalismo nas regiões priorizadas.
- o Reuniões entre policiais militares e civis, Guardas Civis Metropolitanos e comerciantes.
- o Variação do número de ocorrências de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nas regiões priorizadas.
- o Número de novos pontos de luz e número de lâmpadas trocadas nas regiões priorizadas
- o Variação da concentração de placas, faixas e outras formas de poluição visual nas regiões comerciais priorizadas.
- o Ações de prevenção por parte dos comerciantes
- o Circulação em ruas e calçadas das regiões priorizadas.
- o Variação da circulação nas passarelas afastadas do centro.

Ação 2 – Manter/Alocar base comunitária móvel da Polícia Militar nas regiões priorizadas.

A base comunitária móvel é concebida como uma forma complementar ao policiamento ostensivo, feito em motos, automóveis ou a pé. Ela dá conta da polícia fazer-se presente em locais com maior incidência de crimes, estando mais equipada do que nas outras formas de policiamento, mas também possibilita que os policiais estabeleçam relações de maior confiança e cooperação com a comunidade.

O Lajeado possui hoje apenas uma base móvel que estaria em manutenção. Atualmente o policiamento na região é feito, sobretudo, a pé.

A alocação de bases móveis comunitárias potencializaria a ação da Polícia Militar nessas regiões de concentração de crimes, tornando a ação policial mais rápida e eficiente, facilitando o envolvimento do comércio local na prevenção e trazendo uma sensação maior de segurança.

Especificamente a região da Estrada do Lajeado Velho (altura da Rua Doutor José Gravonski) é um local onde há concentração desses crimes e que está hoje sendo pouco assistida.

Estratégias

1. Recuperação de base comunitária móvel hoje em manutenção.
2. Instalação de nova base.
3. Trabalho integrado com Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana (GCM).
4. Preparar efetivo para policiamento comunitário.
5. Monitoramento constante a partir do Infocrim.

Local

Estrada do Lajeado Velho com a Rua Doutor José Gravonski (prioritário), região da antiga estação de trem e Mercado Municipal (prioritário) e ao longo da Av. Nordestina.

Responsável

- o Comando Geral da Polícia Militar.

Parceiros

- o Guarda Civil Metropolitana,
- o Polícia Civil,
- o Subprefeitura de Guaianases
- o Comércio local.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- o Recuperação da base – até 6 meses.
- o Instalação de nova base – até 18 meses.
- o Integração com Polícia Civil e GCM – 6 meses.
- o Preparo de profissionais – até 18 meses.

Recursos (possíveis fontes)

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Resultados Esperados

- o Duas bases comunitárias móveis funcionando nas regiões priorizadas.
- o Sensação de segurança ampliada.
- o Redução do número de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nessas regiões.
- o Polícia comunitária mantendo relações cordiais e de cooperação com a comunidade do entorno desses locais, especialmente comerciantes, e vice-versa.

Indicadores de Resultados

- o Número de ocorrências atendidas pelas bases.
- o Variação de sensação de segurança.
- o Variação das ocorrências de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nas regiões priorizadas.
- o Variação de ocorrências de violência policial.
- o Número de atividades policiais desenvolvidas em conjunto com a comunidade.

Ação 3 – Intensificar e aperfeiçoar policiamento preventivo e a ação da Guarda Civil Metropolitana, com melhoria de equipamentos e atuação estratégica.

As presenças da polícia e da Guarda Civil Metropolitana (GCM) são formas conhecidas de inibir a ação criminosa e os atos infracionais. A concentração de crimes em determinada região sugere a necessidade de que esse trabalho preventivo seja melhorado.

Segundo esses atores, para que as polícias e a Guarda Civil Metropolitana sejam mais efetivas na prevenção, é necessário um trabalho coordenado e focalizado nas regiões mais críticas. Além disso, é preciso promover a melhoria da condição desse efetivo. Hoje, as polícias e Guarda locais têm uma importante restrição de equipamentos, entre as quais foram mencionadas a falta de HT (radio-comunicadores) e manutenção de viaturas.

De um modo geral, o trabalho preventivo é facilitado na medida em que polícias e a Guarda Civil Metropolitana consigam planejar conjuntamente suas ações, fazendo-se presente num maior número de locais, com maior intensidade e nos horários e locais mais problemáticos. Nesse sentido, há um fator complicador no caso das passarelas sobre a linha de trem, que é o fato de o policiamento das mesmas ser compartilhado por duas Companhias de Batalhões diferentes.

Estratégias

- 1) Incentivar e fortalecer o planejamento da ação da Polícia Militar e da Polícia Civil, promovendo uso constante da análise criminal para subsidiar a alocação do efetivo e atuação da polícia no distrito.
- 2) Contribuir para aprimorar a formação e qualificação dos policiais que atuam no Lajeado, promovendo o conhecimento com base nas especificidades locais
- 3) Integração das companhias, Guarda Civil Metropolitana e Polícia Civil
- 4) Identificar equipamentos que precisam ser adquiridos ou reformados/ consertados, definindo prioridades.
- 5) Buscar parcerias com empresários.

Local

- o Região Central do distrito,
- o Estrada do Lajeado Velho,
- o Passarelas.

Responsável

- Polícia Militar,
- Polícia Civil,
- Guarda Civil Metropolitana.

Parceiros

- Subprefeitura de Guaianases
- Empresas privadas.

Prazo de Execução

Ação de médio prazo.

- Planejamento conjunto – até 6 meses.
- Reforma/conserto de equipamentos – 6 meses a 1 ano.
- Melhoria da qualificação dos profissionais - 6 a 18 meses.
- Compra de Equipamentos – 6 meses a 18 meses.

Recursos (possíveis fontes)

- Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo,
- Iniciativa privada.

Resultados Esperados

- Equipamentos comprados e reformados/ consertados.
- Planejamento conjunto (Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana) realizado.
- Diminuição do número de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nas regiões priorizadas.
- Ampliação da sensação de segurança nas regiões priorizadas.

Indicadores de Resultado

- Número de equipamentos comprados e reformados/consertados.
- Planejamento documentado.
- Número de ações conjuntas (Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana).
- Número de crimes contra o patrimônio e atos infracionais nas regiões priorizadas
- Sensação de segurança nas regiões priorizadas.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que participaram da elaboração do Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência no distrito do Lajeado

Abimael Venâncio • Aderson Valdomiro • Agentes Jovens • Alba Batista Reis • Aldo Florentino Alves • Aleksandro Pereira Davi • Alvina M. dos Santos • Ana Claudia Silva • Ana Cleide Nunes • Ana Ferreira dos Santos • Anair Aparecida Novaes • Andréa Maria de Souza • Andréa Rissatti • Andréia Spolaol • Ângela Maria Jardim • Anselmo Clemente • Antonia Lima • Antonia Rodrigues • Antonio Eduardo dos Santos • Antonio dos Santos Miranda • Antonio Marcos Oliveira • Antonio Sergio Spinelli • Antunes Lima • Aparecido Terto • Aprígio Silva • Armando Silva • Ary Rabello • Avelízio Jacomina • Beatriz Helena • Berenice Rodrigues do Carmo • Bruno Garritano • Bruno Henrique • Cacá Lopes • Capitão Benedito Pereira • Capitão Marcelo Nascimento • Carlos Alberto Bambuy • Carlos Eduardo Silva • Carlos Roberto • Carmen Castro Gomes • Celso Gabriel Arruda • César Sousa Reis • Cícero Alves • Claudia Ferreira da Silva • Claudia Margarida • Cláudio Albuquerque • Claudionor Santos • Cleotina Paula • Cristiana Marques dos Santos • Cristiana Silva de Sá • Danielle Ávila • Danielle Santos Regina • Décio Yoshikaso Hatakeiama • Delegado Philogonio Rodrigues de Souza • Douglas Marangon • Edilson Reis • Edilson S. Santos • Edjalma Alves • Eduardo Carlos Felipe • Elaine Magalhães • Eliana dos Santos Antão • Eliana Irena • Elke Alves • Elzeli Margarida • Eremita dos Santos • Estevam Galvão de Oliveira • Everaldo A. da Silva • Fábio Moraes Gonçalves • Fátima Mourato • Fernanda Andrilly • Fernanda R. Souza • Fernanda Teixeira Nogueira • Flávio Henrique da Silva • Florisa Crispim da Silva • Francisco Felipe • Frank S. Carvalho • Gabriela Santos • Geane Santos de Aquino • Genival P. da Silva • Germano Justo da Silva • Gessy Teixeira • Givaldo Bacelar • Glória Vieira • Guaraciaba Elena A. de Araújo • Guilherme Coelho • Haydée Caruso • Haroldo Salvador Freire • Henrique de J. Carvalho • Henrique Gregório • Ide Pardine Alves • Idenilde Carvalho • Inspetor Alírio • Inspetor José Arnaldo das Neves • Inspetora Elisabete Sebrônio dos Santos • Irene Esquerdo • Íris Valério Braga • Ivanete G. da Silva • Ivanilton da S. Oliveira • Jacqueline Sordi • Jair Garcia dos Santos • Janete Araújo da Silva • Jeane Mabel • Jéssica Galluci • Jesus L. Machado • João Jorge da Costa • João Roque • Jonas Melman • Jonatas Araújo Santos • Jorge Tanoue • José Julião de Almeida Ramos • José Police Neto • José Renato Felipe • Josivaldo Lima • Juracy Ferreira da Silva • Katiele Moreira • Lais Gonsauves • Leandro Albert P. Laterza • Lenira Silveira • Leonardo Silva • Lefícia de Assis • Lílian Cavalheiro • Luciana Guimarães • Luciene Oliveira • Luis Carlos Da Silva • Luzia de J. Andrade • Luzia Feitosa • Luzinete Pociano • Marcelo Coelho de Amorin • Márcia Teixeira da Silva • Marcilene Maria Lima de Sá • Marco Antonio • Marcos Biancardi • Maria A. Souza da Paixão • Maria Ângela Gianetti • Maria Antonia da Silva • Maria Aparecida Jabra • Maria Aparecida Paraíso Garcia • Maria Carlota C. Mariano • Maria Cleide de Lima Portella • Maria Conceição Machado • Maria de Fátima • Maria de Lourdes Sousa Lisboa • Maria do Livramento • Maria José • Maria Rosa Vasconcelos • Maria Rosilda Meneses • Marilande Marcolin • Marília Agnes • Marília Santos Carvalho de Polillo • Marisa Marcelino • Marisa Vicentini • Marisilma S. Silva • Marista Ferreira • Marlene Zorio • Marli Ferreira • Marli Lemos Garcia • Marly Matos Reis • Mauro R. da Silva • Nairdes Ribeiro • Nairton de Castro • Neice Marangon • Nilma Carvalho • Noé Ramos Júnior • Núbia Lopes • Olga Mineko • Oflíia Maria Dominicis • Padre José Antonio da Silva • Padre Rosaldo dos Santos • Paula Sales Batista • Pedro da S. Oliveira • Priscila Sousa • Regiane Zanetti • Renata Carvalho • Renildo da S. Oliveira • Ricciotti Cundari Filho • Rita de Cássia Alves • Rodrigo Pereira • Rogério Santana • Ronaldo Bueno Vieira • Rosa Rodrigues • Rosa Santos • Rosana Soares Godinho • Rosangela Crevelário • Rosangela T. S. Santos • Rosangily Correia • Rose da Silva • Roseli Dantas • Roseli O. da Silva • Rosilene Esteves • Ruth Conceição Spósito • Sabrina Penkal • Sandra R. Rodrigues • Sandra Toledo • Sargento Xavier • Selma Castanho • Selma Cristina Dias • Sérgio Ruiz • Silvana Silva • Silvinéia R. de Araújo • Simone Da Silva • Sonia M. Stefano • Sônia Romão • Sueli Ferreira da Silva • Sueli M. Silvestre • Sueli Mendes Lupetto • Tales Marcio de Moraes • Tatiane F. Santos • Tatiane Vieira • Thaise Janaina • Thiago Lopes • Vadinho • Valdenia Coutinho • Valéria Barbosa Souza • Valeria Roso dos Santos • Valquíria Ezequiel S. Falqueiro • Vânia Maria Ferreira de Freitas • Vicente Pereira • Vilma G. Santos • Vilu Salvatore • Waldir Moura dos Santos • Webber Prado • Zefira Santana • Zenith R. dos Santos • Zuleide Scurbani • Zuleika Anceleti.

1ª Cia do 28º Batalhão da Polícia Militar • 4ª Cia do 39º Batalhão da Polícia Militar • 68º Distrito Policial • 7ª Delegacia de Defesa da Mulher • Abrigo AVIB • Ação Social Comunitária do Lajeado Jólson de Jesus • Associação Cultural de Resistência Afro Brasileira • Associação de Moradores do 1º de Outubro • Associação União de Mulheres do Jardim Fanganiello • Associação de Mulheres e Crianças do Jardim Bandeirantes • Associação El Shaday • Associação Esperança Jardim Lourdes • Associação Filhos de Obaluaiê • Associação Pequeno Mundo de Ellen • Associação Voluntários Integrados no Brasil – AVIB • Casa dos Meninos 1 • Casa dos Meninos 2 • Casa Eliane de Grammont • Centro de Referência às Vítimas de Violência – Sedes Sapientiae • CEU Jambreiro • Comitê Contra a Fome do Jardim Fanganiello • Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases • Conseg do Lajeado • Conselho Gestor do Campo do Jardim Centenário • Conselho Tutelar do Lajeado • Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento de Guaianases • Coordenadoria de Educação de Guaianases •

Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Guaianases • Coordenadoria de Projetos e Obras de Guaianases • Coordenadoria Municipal da Mulher • Coordenadoria Regional de Saúde Leste • CTA Vila Chabilândia • Defesa Civil de Guaianases • Diretoria Regional de Ensino - Leste 2 • E.E Araci Zebral Teixeira •

E.E César Dacorso • E.E Eliza Raquel • E.E Jardim Aurora II • E.E Jardim Centenário • E.E Joaquim Eugênio • E.E Lajeado II • E.E Luciane E. Santo • E.E Major Cosme de Faria • E.E Pedro Geraldo Costa • E.E Profª Balbina Netto Vellozo • E.E Profª Maria Lúcia Ambrózio • E.E Profº Breno Di Grado • EMEF Alexandre de Gusmão • EMEF Dias Gomes • EMEF Idêmia de Godoy • EMEF João de Lima Paiva • EMEF João Ribeiro de Barros • Epiradas • Epirados • Fórum da Criança e do Adolescente de Guaianases • Gabinete da Subprefeitura de Guaianases • Inspeção Regional da Guarda Civil Metropolitana – Guaianases • Instituto Ser Humano • Núcleo de Agricultura Urbana - Sociedade Amigos de Vila Nancy • Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Viviane dos Santos • Organização Social Plugados na Educação • Paróquia Bom Pastor • Rede Criança de Combate a Violência Doméstica • Sociedade Amigos do Jardim Aurora • Supervisão de Assistência Social de Guaianases • Supervisão de Cultura de Guaianases • Supervisão de Esportes, Lazer e Recreação de Guaianases • Supervisão de Habitação de Guaianases • Supervisão de Saúde de Guaianases • UBS Guaianases I • UBS Jardim Etelvina • UBS Jardim Robru • UBSF 1º de Outubro • UBSF Jardim Fanganiello • UBSF Jardim Santa Luzia • União Popular de Moradia Adão Manoel da Silva

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. 2000. Fundação Odebrecht, 2000.

FUND. ABRINQ. *O fim da omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica*. São Paulo, 2004.

MADEIRA, Felícia Reicher e RODRIGUES, Eliana Monteiro. "Quantos São, Onde Estão: Um Novo Olhar para os Adolescentes Brasileiros". In: *Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude*. Imprensa Oficial, 2003.

SOARES, L. E. *Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo*, in *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. NOVAES, R e VANNUCHI, P. (orgs.) – São Paulo. Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

Sites consultados:

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) – www.seade.gov.br.

Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos – www.prefeitura.sp.gov.br/sim_dh

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – www.ibge.gov.br

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasi) – <http://www.pnud.org.br/idh/>.